



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**



Omar Numa Abrahão

Possibilidades de Intervenção e de Desenvolvimento Urbanos em Área de Assentamento Espontâneo no Contexto Metropolitano de Belém: o caso do Paracuri 3

Belém
2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**



Omar Numa Abrahão

Possibilidades de Intervenção e de Desenvolvimento Urbanos em Área de Assentamento Espontâneo no Contexto Metropolitano de Belém: o caso do Paracuri 3

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, como requisito para a titulação no Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES - Universidade Federal do Pará, sob a Orientação do Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Belém
2008

Abrahão, Omar Numa

Possibilidades de intervenção e de desenvolvimento urbanos em área de assentamento espontâneo no contexto metropolitano de Belém: o caso do Paracuri 3 / Omar Numa Abrahão; Orientador Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior. - 2008.

126 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008.

1. Planejamento urbano – Belém (PA). 2. Assentamentos humanos – Belém (PA). 3. Urbanização - Belém. 4. Invasões de terras – Belém. I. Título.

CDD 307.76098115



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**



Omar Numa Abrahão

Possibilidades de Intervenção e de Desenvolvimento Urbanos em Área de Assentamento Espontâneo no Contexto Metropolitano de Belém: o caso do Paracuri 3

Banca examinadora:

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
CFCH/UFPA, Orientador

Prof.^a Dr.^a Simaia do Socorro Sales das Mercês
NAEA/UFPA, Examinadora interna

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Vidal Bastos
NAEA/UFPA, Examinadora interna

Defesa: Belém, PA, 05 de março de 2008.

DEDICATÓRIA

*À minha mãe, Ceni Abrahão e à
memória de meu pai, Jorge Abrahão.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos, Jorge Luiz, Lula e Heron Abrahão, que em momentos difíceis, incentivaram meu desenvolvimento acadêmico e profissional,

À minha namorada Alessandra Kelma de Souza, pela dedicação e pela companhia incondicionais,

Ao meu orientador Saint-Clair Trindade, pelo estímulo à ampliação do conhecimento científico e pelo exemplo de engajamento acadêmico,

Aos professores do NAEA, em nome da coordenadora Edna Castro, pela alta qualidade e conteúdo de seus ensinamentos,

À educadora e vereadora Marinor Brito, amiga inseparável, por me adotar em sua família,

Ao geógrafo Hugo Hage Serra, pela amizade e pela disposição em cooperar durante esta pesquisa,

Ao arquiteto Juliano Ximenes, por dividir comigo seu amplo conhecimento e seu acervo sobre planejamento urbano,

Aos moradores da ocupação Paracuri 3, pela receptividade à realização da pesquisa na área.

RESUMO

Este trabalho analisa estratégias de desenvolvimento urbano em área de assentamento espontâneo tendo em vista as concepções de moradia, de espaço urbanizado e de desenvolvimento urbano que se fazem presentes na perspectiva da população moradora e de técnicos e urbanistas quando se pensa em intervenção e re-qualificação urbana de espaços segregados. Para a análise faz-se um estudo de caso da ocupação urbana do Paracuri 3, localizada no distrito de Icoaraci, Região Metropolitana de Belém. A metodologia utilizada pressupôs a pesquisa bibliográfica, a observação direta e a aplicação de questionários com questões semi-estruturadas com técnicos/urbanistas e moradores. A partir das vivências dos moradores da área e da concepção de técnicos que conhecem a área ou têm experiências de trabalho na mesma, constatou-se a existência de uma tensão entre tais concepções, além da existência de estratégias diferenciadas de desenvolvimento urbano revelada a partir dessas mesmas concepções.

Palavras-chave: Assentamento Espontâneo. Segregação Espacial. Intervenção Urbana. Área de Ocupação. Desenvolvimento Urbano.

ABSTRACT

In this work we analyze strategies for urban development in areas of spontaneous human settlement, considering the theoretical conceptions of habitation, urban space and urban development, which are fundamental for inhabitants and urban technicians, for planning urban development of segregated areas. This analysis is based on studies using as reference the urban occupation “Paracuri 3”, situated in Icoaraci District, Belém City, State of Pará.

The methodology is composed by bibliographic research, direct observation of the studied area and application of a semi-structured questionnaire to urban technicians and inhabitants of the researched area.

Considering the experiences of inhabitants of the area and the conceptions of the urban technicians - who knows the researched area or have already worked there - we detected a social tension and different development strategies in these conceptions.

Key-words: Spontaneous Settlement. Spatial Segregation. Urban Intervention. Area of Occupation. Urban Development.

SIGLAS E ABREVIATURAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CBB – Comissão de Bairros de Belém

COHAB – Companhia de Habitação Popular

COSANPA- Companhia de Saneamento do Pará

DABEN – Distrito Administrativo do Bengui

DAICO - Distrito Administrativo de Icoaraci

GRPU – Gerencia Regional do Patrimônio da União

IAP – Instituto de Aposentadorias e Pensões

IBAMA – Instituto Brasileiro de Assistência ao Meio Ambiente e Recursos Naturais

IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano

MNRU- Movimento Nacional de Reforma Urbana

MOVA – Movimento de Alfabetização de Adultos

NAEA- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

PAI – Plano de Ação Imediata

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDU- Plano Diretor Urbano

PLADES- Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento

PMB- Prefeitura Municipal de Belém

PT- Partido dos Trabalhadores

SAAEB-Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SOCIPE – Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária de Belém

UFPA- Universidade Federal do Pará

ZEIS- Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quadro de Entrevistados	16
-----------------	-------------------------	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização geográfica da área do Paracuri	19
Mapa 2	Localização geográfica da área do Paracuri	57

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Igarapé Paracuri	50
Fotografia 2	Rua da Paz, Paracuri 3	52
Fotografia 3	Imagem aérea de Belém	54
Fotografia 4	Imagem aérea de Belém	58
Fotografia 5	Rua da Paz, Paracuri 3	59
Fotografia 6	Faixas etárias	60
Fotografia 7	Espaço de lazer	64
Fotografia 8	Palafitas e estivas na Rua Aleluia, Paracuri 3	69
Fotografia 9	Matéria jornalística	70
Fotografia 10	Rua e estiva	72
Fotografia 11	Instalação sanitária	73
Fotografia 12	Pontes de madeira	74
Fotografia 13	Moradores da ocupação	75
Fotografia 14	Moradores da ocupação	77
Fotografia 15	Placa de rua	78
Fotografia 16	Caminho de madeira	80
Fotografia 17	Reunião familiar	82
Fotografia 18	O ambiente da ocupação Paracuri 3	83
Fotografia 19	Momento de entrevista	85
Fotografia 20	Extensão da área da moradia	87
Fotografia 21	Lazer infantil	89
Fotografia 22	Atividade pesqueira artesanal	90
Fotografia 23	Atividade comercial	92

Fotografia 24 Estabelecimento de comércio local	93
Fotografia 25 Estabelecimento de comércio local	94
Fotografia 26 Distribuição de brindes	95
Fotografia 27 Palafita e ponte de madeira	98
Fotografia 28 Vista lateral de uma estiva, em horário de maré baixa	99
Fotografia 29 Área livre entre residências da Rua Aleluia, Paracuri 3	101
Fotografia 30 Ambiente do Paracuri 3	102
Fotografia 31 Estabelecimentos de comércio local	104
Fotografia 32 Atividade pesqueira	105
Fotografia 33 Atividade industrial de construção de barco	109
Fotografia 34 Lazer infantil no igarapé Paracuri	110
Fotografia 35 Estivas conectando palafitas e ruas de terra	111

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	vi
LISTA DE QUADROS E LISTA DE MAPAS.....	vii
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	viii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 POLÍTICAS URBANAS E ASSENTAMENTOS ESPONTÂNEOS	
2.1 Assentamentos espontâneos e a questão da periferização e da segregação espacial.....	21
2.2 As políticas urbanas convencionais face às demandas dos assentamentos espontâneos.....	29
2.3.O ideário da reforma urbana e a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos espontâneos.....	39
3 A BACIA DO PARACURI E SUA INSERÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE BELÉM	
3.1.A produção do espaço urbano de Belém e as áreas alagadas.....	49
3.2 Paracuri: caracterização sócio-espacial de um assentamento espontâneo	56
4 O ESPAÇO DE VIVÊNCIA NO PARACURI E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
4.1 Na concepção da população moradora.....	68
4.2 Na concepção dos técnicos e urbanistas.....	97
4.3 Entre o vivido e o concebido: um balanço necessário.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	122

1.INTRODUÇÃO

A presente pesquisa na periferia metropolitana de Belém/PA traz como objeto de estudo as políticas urbanas alternativas direcionadas para as ocupações urbanas segregadas e intervenções urbanas em áreas de assentamentos espontâneos. Trata-se de identificar, sob a perspectiva de diferentes sujeitos - população moradora e técnicos urbanistas -, concepções, procedimentos e instrumentos de intervenção urbana em espaços segregados, contextualizados no ideário da reforma urbana, de forma a caracterizar diferentes perspectivas de desenvolvimento urbano face a uma realidade concreta que se apresenta no espaço urbano belenense.

Compreende-se que o processo de industrialização e a busca pelo desenvolvimento, que acompanham o avanço do capitalismo, têm levado as cidades a crescerem “desordenadamente”¹. Novos habitantes que chegam à cidade e enfrentam vários tipos de entraves, como mercado de trabalho saturado, falta de oferta de habitações e deficientes serviços de infra-estrutura. Ainda assim, a cidade lhes acena com melhores possibilidades do que o campo, conforme afirmação de Abelém (1989), dada a precariedade de condições vida bastante acentuada neste último.

As condições em que se dá o crescimento das aglomerações urbanas, com um aumento de habitantes que excede largamente as possibilidades de criação de novos postos de trabalho, explicam as características sociais e ecológicas da sociedade urbana em formação, e, em particular, o fenômeno chamado “marginalidade” urbana. Porém, na avaliação de Castells (1984), é ideológico chamar marginalidade àquilo que é, de fato, situação de tensão entre duas estruturas sociais interpenetradas.

Na avaliação de Telles (2001), o crescimento quantitativo da economia não promoveu desenvolvimento social, e a modernidade emergente trouxe consigo as evidências de um sistema de desigualdades, que foram projetadas por força de conflitos e lutas sociais, no cenário público da sociedade brasileira. A questão social

¹ O termo aparece entre aspas porque remete a um ponto de vista ideológico de planejadores que não reconhecem como ordem a sociabilidade de uma área e as características da produção do espaço e do ambiente vivido, mas apenas a funcionalidade da geometria da disposição das habitações em um assentamento.

ganhou dimensão institucional evidente enquanto “dívida social” a ser resgatada para que este país esteja à altura de uma modernidade pretendida.

Com o aumento da demanda por habitações, o mercado imobiliário pressiona pela valorização dos terrenos situados nas áreas mais urbanizadas da cidade, gerando o que se conhece por especulação imobiliária (CORRÊA, 2004). Segundo Ultramari e Moura (1996), na busca do lucro com menores dificuldades, a mancha urbana da periferia avança. Aumenta a área urbana parcelada dividindo glebas em lotes, estendendo assim o perímetro urbano definido em lei, ou seja, os limites dos contornos oficiais da cidade, sobre áreas até então rurais.

Decorrente deste mecanismo do mercado imobiliário, o déficit habitacional representa a negação de reconhecimento do direito à moradia. Há uma grande parcela de população à espera de um lote ou de uma casa, passíveis de serem adquiridos com sua parca renda, e esses loteamentos recém abertos tornam-se uma grande perspectiva de posse. Desse modo, a periferia vai crescendo, se distanciando e se diferenciando do centro, e esta expansão da cidade leva à degradação da arquitetura e do marco urbanístico, fazendo imperar a segregação econômica, social e cultural.

Paralelamente à sobrevalorização fundiária urbana, outra fragilidade do sistema penaliza os trabalhadores. Eles não têm incluído em seu salário o cálculo do montante necessário para gastos com a provisão da habitação própria, ficando este contingente populacional com acesso quase sempre restrito a áreas não desejadas pelas empresas do mercado imobiliário e com precárias condições de infra-estrutura urbana, caracterizando aquilo que convencionalmente tem-se chamado de assentamento espontâneo.

Assim sendo, a população acaba por se antecipar ao poder público no processo de produção do espaço urbano, estabelecendo-se em áreas onde têm garantias de não haver despesas fixas, caracterizando-se como uma localização residual, em detrimento de uma localização que promova fácil acesso ao mercado de trabalho e aos serviços e equipamentos urbanos.

Um exemplo desta situação ocorreu em Belém, no ano de 1997, quando alguns moradores do bairro da Pratinha, localizado no Distrito Administrativo do Bengui (DABEN), ocuparam as margens livres do igarapé Paracuri e deram origem à

“invasão”² Paracuri 3, em um processo de ocupação em que não ocorreram conflitos graves pela posse da terra. Oito anos depois, já haviam cerca de 160 casas na comunidade, a maioria delas construída em madeira.

O espaço da ocupação³ Paracuri 3 pode ser considerado uma área de assentamento espontâneo; este assentamento humano tem uma posição geográfica privilegiada por estar próximo da orla fluvial e entre dois igarapés, mas ao mesmo tempo possui a desvantagem de se localizar distante do centro da cidade.

A delimitação da área de pesquisa corresponde à ocupação urbana das margens dos Igarapés Paracuri e Bacuri, localizados entre a baía do Guajará e o bairro da Ponta Grossa, situados no Distrito Administrativo do Icoaraci (DAICO), na zona norte do Município de Belém. O terreno da bacia hidrográfica do Igarapé Paracuri têm a especificidade geomorfológica de localizar-se em altitude inferior ao nível máximo da água da baía de Guajará – o que ocorre durante o auge da estação de chuvas, em março, e nas marés de sizígia - o que o caracteriza como área alagável, comumente denominada área de “baixada”. É, portanto, uma área sujeita a enchentes diárias, onde os moradores convivem com o ambiente alagável e com constante acúmulo de lixo.

Souza (2006) lembra que, não obstante a segregação sócio-espacial vivenciada pelas famílias, as práticas sócio-espaciais revelam um lugar particularizado por um cotidiano diferenciado, que adquire a conotação de uma resposta insurgente à reprodução do espaço regulado pela padronização metropolitana. Para o autor, define-se um espaço social através de usos e de conteúdos construídos a partir da experiência imediata dos moradores, vinculados em sua maioria aos hábitos e às estratégias típicas do estilo de vida do habitante rural, com identidades e representações vinculadas invariavelmente às particularidades das localidades ribeirinhas. Assim, a população de baixa renda, que não tem como se inserir no espaço urbano, faz sua criatividade aparecer no espaço socialmente construído, no método construtivo das casas e na forma de viver cotidiana, que revelam, de certa maneira, uma dimensão ribeirinha da cidade.

² O termo aparece entre aspas porque, apesar de ser amplamente utilizado pelos próprios moradores de ocupações, é refutado pela comunidade científica porque remete a uma visão ideológica distorcida, que não reconhece que a função social da cidade e nem que o direito à moradia se sobrepõe ao direito de propriedade.

Nas primeiras décadas do século XX, era muito comum encontrar nas construções a figura dos artesãos. Carpintéro (1997) lembra que estes profissionais encarregavam-se dos detalhes ornamentais e da parte estética da obra. Porém, com a introdução das máquinas e dos elementos pré-fabricados, eles desapareceram, e junto com eles, a arte de construir. A expropriação do saber construtivo dos trabalhadores da construção civil, do saber local dos cidadãos e da riqueza criativa da arquitetura das habitações informais, não passa de incapacidade de pensar o futuro.

Os agrupamentos humanos que têm grau de dependência grande em relação ao ambiente natural, notadamente quanto aos recursos naturais, e a um acervo tecnológico e cultural bem simples, são reconhecidos, segundo Furtado (1994), como populações tradicionais. Mas por ter sido, desde a expansão do capitalismo, associada à noção de oposição ao progresso ou às distintas modernidades (FURTADO apud SIMONIAN, 2005), o que é identificado como tradicional é automaticamente discriminado como inferior.

Avalia-se que, na ocupação de áreas alagáveis, a tipologia habitacional retrata as representações ribeirinhas⁴, enquanto a casa simula as práticas culturais próprias dos locais de origem dos moradores, criando, segundo Souza (2006), uma rede de significados, usos e funcionalidades que permitem o surgimento de especificidades na construção de suas relações sociais e de territorialidades.

É possível verificar que as formas das casas da ocupação Paracuri 3 utilizam um conjunto de técnicas tradicionais e preservam, de alguma maneira, o ambiente percebido pelo ideário ribeirinho dos moradores, que são, em sua maioria, migrantes vindos de locais como Muaná, no arquipélago de Marajó, e de Igarapé-Miri, no interior do Estado do Pará (SIMONIAN, 2006). Para estes cidadãos, que cultivam a cultura ribeirinha, a moradia não se resume apenas à casa, mas também ao entorno, em uma relação em que a rua passa a ser fundamental para completar a função exercida pela casa.

No caso das cidades localizadas no trópico úmido, o clima, a pobreza e o relacionamento da população com as águas, geram formas de ocupação

³ Nesta dissertação, o assentamento espontâneo pesquisado, localizado na área do Paracuri 3, será tratado pelo termo ocupação Paracuri 3.

inaceitáveis do ponto de vista ortodoxos, mas que são responsivas às necessidades e expectativas dos seus habitantes, conforme constata Cardoso (2002). Segundo pesquisa realizada pela autora:

A amenidade do clima permite que a necessidade do abrigo seja facilmente satisfeita através de palafitas, que o acesso ocorra através da estiva, que a terra seja demarcada a partir de um lote fictício a partir do acordo entre vizinhos.

Nos assentamentos informais, a associação da visão de provisão da rua, o acesso que ela permite e as formas de apropriação social que nela se manifestam são fundamentais para a adequação das decisões técnicas às expectativas e necessidades da população beneficiária e da cidade como um todo. Atualmente, as dificuldades técnicas levam a alterações (como retificação de ruas e construção de aterros e de canais) que são vistas como naturais, e que são executadas segundo o mesmo ritmo que o seriam em outro ponto da cidade (CARDOSO, 2002, p. 208).

Por outro lado, as concepções de cidade e de habitação, do ponto de vista técnico, em geral, contrapõe-se à concepção dos trabalhadores urbanos. Enquanto, para Carpintéro (1997), os técnicos e políticos equacionam uma fórmula capaz de viabilizar a construção de habitações econômicas, a população luta de outra maneira por melhores condições de moradia. Enquanto a população reivindica um espaço de moradia na cidade, evidencia-se no discurso dos técnicos, a necessidade de intervenção urbana em qualquer situação.

Os técnicos, em geral, funcionam a serviço do governo e do poder econômico, e defendem que intervenções de urbanização são sempre necessárias, visando a um crescimento “ordenado” da cidade. Acreditam estarem colaborando para, no mínimo, que as conseqüências sejam menos desastrosas para a população, sem se dar conta de seu papel manipulador e repressor, a título de estar representando o interesse coletivo. Defendem a construção de habitações econômicas como forma de intervir nos hábitos e nos valores da população trabalhadora.

Há um senso comum formado em discursos científicos, que sustenta algumas ideologias já ultrapassadas contestadoras da implementação de infra-estrutura urbana em áreas de habitação degradada, devido aos habitantes não terem condições de financiar esta infra-estrutura. No discurso linear e racional, as

⁴Construção de habitações com métodos construtivos, materiais de construção e forma das habitações similares aos utilizados pela população ribeirinha em seu local de origem.

iniciativas ficavam sempre por conta dos poderes públicos ou privados, e à população, “pobres seres inferiores” e “sem cultura”, resta a função de serem primeiramente educados para depois exercerem o direito de cidadania.

É neste contexto que Abelém (1989) questiona o processo de planejamento global, seus meios e seus fins:

Para os técnicos da prefeitura, os problemas se limitam à existência ou não de recursos, não percebendo outros fatores determinantes da situação. É, no entanto, um planejamento contraditório, que se caracteriza pela preocupação com a recuperação física da área, com a execução, com a aplicação de verbas, ficando o aspecto social em segundo plano. Há também preocupação com o escoamento do trânsito, com a necessidade de novas vias de transporte, que se associam à preocupação com os aspectos físicos da cidade (ABELÉM, 1989, p. 146).

Há um exemplo disso no próprio bairro do Paracuri, em Belém, onde o conjunto Paracuri 2 é formado por residências construídas pela Companhia de Habitação Popular (COHAB), as quais não possuem nenhuma sintonia com o restante do bairro. Trata-se de uma intervenção com objetivo exclusivamente funcional, mas que acabou por descaracterizar a arquitetura do bairro, funcionando como uma intervenção dirigida à idéia de padronização da cidade e da vida que nela se realiza. Baseado nesta experiência de intervenção do poder público, é possível afirmar que, em determinados casos, poderia ser mais viável não realizar uma intervenção que venha a destruir a coletividade e naturalizar o espaço - como é a preferência do mercado imobiliário - tornando a intervenção um sinônimo de destruição de formas mais orgânicas de vida social.

Contrapondo-se, também, às formas convencionais de intervenção, Carpintéro (1997) acrescenta:

As várzeas tiveram um papel importante na história dos bairros populares, histórias que foram esquecidas no decorrer dos projetos de retificação dos rios e de remodelação da cidade. Com as obras de canalização e retificação dos rios, vários espaços de ocupação e lazer, antes ocupados pela população ribeirinha, foram transformando-se em locais de expropriação e especulação por parte do poder público (CARPINTÉRO, 1997, p. 174).

Reforça-se, aqui, a idéia de que, espaços degradados, como a ocupação Paracuri 3, em Belém, devem ser vistos como áreas que têm uma história de ocupação a ser preservada, ambientes socialmente construídos, e não como áreas que necessitam apenas de melhorias estéticas. É necessário entender as relações

que se colocam, a sociabilidade interna dos assentamentos, as práticas rotineiras em que as pessoas se ajudam e assim vivem melhor, construindo, apesar dos problemas de infra-estrutura presentes na área. Há uma relação, por exemplo, entre o ritmo do rio e o ritmo da cidade, uma articulação entre a floresta e o ribeirão com a vida urbana.

Para tanto, sugere-se adotar uma concepção técnico-acadêmica para propor a melhoria das condições de infra-estrutura e moradia. Por sugestão de Silva, F.C. (2002), deve-se alterar a tradição academicista de isolamento da universidade em relação à sociedade, ofertando atividades de extensão e assessoria, concepção e implementação de estratégias de apoio ao desenvolvimento regional e local dos territórios em que atuam, construindo uma articulação interinstitucional e suprapartidária envolvendo os governos municipais, construindo capital humano e social regionais, sem os quais o desenvolvimento produtivo é efêmero e não internaliza melhoria das condições de vida.

Deste raciocínio, surgem as questões de nossa problemática de pesquisa:

a) que estratégias de desenvolvimento urbano podem melhorar a habitabilidade em um assentamento espontâneo e incentivar a permanência dos moradores na área?

b) que concepções de moradia e de espaço urbanizado se fazem presentes na perspectiva da população moradora e de técnicos urbanistas, quando se pensa em intervenção e requalificação urbana de espaços segregados, como no caso da ocupação Paracuri 3?

Segundo a concepção de Cano (1985), é usual a formulação de medidas de política econômica divorciadas da realidade e é raro o trabalho ou estudo que apresente uma visão integrada do fenômeno regional, inserido na dinâmica social de toda a nação. Com vistas a superar tais obstáculos, se faz necessário vencer o desafio de preparar, na prática, um plano de desenvolvimento intra-urbano, que realmente possa ser implementado.

Porém, em um país como o Brasil, onde a urbanização é indissociável de processos de favelização e periferização, soluções factíveis e efetivas para melhorar a qualidade de vida dos moradores de favelas e loteamentos irregulares precisam ser buscadas (SOUZA, 2004). Mas em função de fatores tanto locais quanto supra-

locais, como a sangria de recursos representada pelo pagamento do serviço da dívida externa, o autor avalia que acaba sendo inviável para um país como o Brasil, suprir adequadamente o déficit habitacional quantitativo e qualitativo que aflige grande parte de sua população urbana.

Nesse contexto, o planejador urbano tem o desafio de propor políticas públicas com o intuito de incluir as parcelas marginalizadas da cidade dentro das regras legais, como, por exemplo, com a delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), visando a garantir a permanência da população de baixa renda na área onde mora, em caso de realização de uma intervenção físico-urbanística na área.

Durante o período de dois mandatos do prefeito Edmilson Brito Rodrigues (1997-2004), o processo de participação popular no Município de Belém tomou uma grande dimensão e criou um dilema entre técnicos das instituições públicas, que, em parte, demonstraram ter dificuldade de aceitar influência externa na tomada de decisões, e de outra parte adaptaram seus projetos após submetê-los à avaliação da população afetada.

Ao desenvolver trabalhos, durante este processo iniciado pelo ex-prefeito, como engenheiro civil, pela Prefeitura Municipal de Belém, em obras de drenagem e pavimentação das vias incluídas no plano de investimentos através da participação popular no processo de Orçamento Participativo, além de projetos de participar de projetos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário, e do projeto de intervenção urbana na Vila da Barca (área de assentamento espontâneo no bairro do Telégrafo, em Belém), ampliou-se o conhecimento sobre as condições de assentamento e desenvolvimento urbanos no Município de Belém e sobre a cronologia e a história da ocupação de cada uma dessas áreas.

Manteve-se, simultaneamente, contato com líderes comunitários visando a aperfeiçoar os projetos, adaptando-os à realidade local, considerando-se importância do ponto de vista de quem a vivencia diretamente. Desta forma, ampliou-se o contato com teorias e práticas acerca de projetos de intervenção, de reassentamento de moradores, de prioridades, de respeito ao espaço socialmente construído relacionadas à justiça social, de instrumentos de gestão urbana, e das demandas tradicionais do movimento de moradia.

Impelido a ampliar meus conhecimentos e minhas possibilidades de continuar atuando neste campo de trabalho e de pesquisa, surge a importância de pesquisar as possibilidades de intervenção urbana em áreas de assentamento espontâneo face às suas especificidades, tendo em vista o ideário da reforma urbana. E além disso, enfatizar a análise das concepções de moradia a serem consideradas em uma intervenção urbana, visando a reverter as condições de degradação do espaço segregado para que as habitações não mais contribuam para a degradação do espaço.

Esta pesquisa torna-se relevante, portanto, uma vez que estamos vivenciando uma conjuntura nacional de elaboração de Planos Diretores Municipais, que propicia o debate sobre a mudança de postura de gestores públicos e sobre a ampliação da intervenção do poder público e da iniciativa privada na recuperação físico-urbanística de áreas degradadas. Por outro lado, as conclusões formadas a partir da área pesquisada podem embasar decisões sobre intervenção urbana em outras áreas no Município de Belém com as quais a ocupação Paracuri 3 apresenta similaridades com relação à existência de habitações degradadas, localizadas em espaços segregados da cidade.

Outras áreas da cidade que passam ou passaram por processos de intervenção, têm a importância de munir esta pesquisa com os resultados produzidos por suas experiências quanto à melhoria habitacional na cidade de Belém, além de representarem uma vasta gama de concepções de desenvolvimento urbano, com os quais será possível dialogar. São os casos do Plano de Recuperação de Baixadas de Belém, a macrodrenagem da bacia do Una, a macrodrenagem da bacia do Tucunduba, o Plano de Desenvolvimento Local e Integrado do Riacho Doce e Pantanal e a urbanização da Vila da Barca.

A análise e as descobertas feitas a partir dos dados coletados e das experiências de investigação do espaço vivido e socialmente construído, e a análise de políticas, concepções e estratégias de re-qualificação urbana pertinentes às especificidades do espaço segregado, tendo em vista a permanência de seus moradores e a melhoria qualitativa do espaço socialmente produzido, visam a apontar alternativas estratégicas para a elaboração de políticas de planejamento de desenvolvimento local, levando em consideração as especificidades sócio-culturais do local, reforçando a importância da participação popular nas decisões,

contribuindo com o debate e com a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento urbano na Amazônia.

Em uma intervenção urbana planejada para reverter as condições de degradação do espaço segregado considera-se tanto a concepção técnica dos gestores públicos, quanto a visão dos moradores. Entretanto, um projeto que proponha a padronização das construções e a homogeneização do espaço, usual na concepção convencional, não contribuiria para a permanência dos moradores na área. Seria necessária uma concepção de vivência da população moradora, mas que também levasse em consideração o conhecimento técnico.

Alfonsin (1997) tem questionado os impactos dos processos de regularização fundiária sobre a população de baixa renda, supostamente beneficiária das intervenções, principalmente no que diz respeito à repentina exposição de uma população, historicamente excluída do mercado pela própria condição de marginalidade territorial e jurídica, aos efeitos perversos da inclusão neste mesmo mercado. Na avaliação da autora:

O temor revelado por estes questionamentos é o de que a população pobre tenha seu terreno regularizado e passe a possuir um bem com valor no mercado, possa ser assediada pela especulação imobiliária e o venda por preço irrisório, colocando por terra o objetivo do poder público ao iniciar a intervenção de regularização fundiária: garantir o direito à moradia das populações que ocuparam terrenos no território da cidade. A situação em que as famílias ficam mais expostas ao mercado, decorre do reconhecimento judicial da usucapião constitucional para fins de moradia, já que o morador terá o título de propriedade e poderá fazer o que bem entender do terreno. A solução para o problema parece ser a combinação do instrumento de ZEIS com o instrumento da usucapião. Ao lado do instrumento jurídico de regularização da posse de família determinada, aplicar-se-ia um instrumento de gravame da área total do assentamento (ALFONSIN, 1997, p. 271).

Ao mesmo tempo, as questões em torno da racionalização da construção ocupam posição central; pensar e planejar uma casa com o mínimo de gasto requer não apenas uma discussão técnica em torno do assunto, mas exige, contudo, um controle sobre a organização dos espaços internos.

Os projetos de casas populares preconizadas pelo engenheiro Backheuser em 1906, apresentam alguns elementos que, como passar do tempo, sofreram modificações. Dentre eles, a latrina fora da habitação, o pé direito de quatro metros e ainda a disposição das portas e janelas tomando um quinto da área a iluminar. Na opinião de Backheuser, os banheiros deviam ficar fora da habitação por representar um provável foco de infecção.

A redução do tamanho dos dormitórios, decorre da necessidade de incorporar, nas “plantas de casas econômicas”, um segundo dormitório, indispensável para famílias com um ou mais filhos (CARPINTÉRO, 1997, p. 111, 117).

Por outro lado, Carpintéro (1997) acredita que de nada adianta projetar e reduzir o custo da construção das habitações econômicas, ou então, implementar novos programas habitacionais, se as expectativas dos trabalhadores continuarem ausentes dos discursos dominantes e se os trabalhadores continuarem sendo desrespeitados e pouco remunerados.

Buscando reconhecer a amplitude de tal descompasso entre concepções, trata a presente análise, de uma pesquisa, uma investigação junto a um assentamento espontâneo, com objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, com vistas a torná-lo mais explícito e aprimorar idéias que possibilitem a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. O desafio de pesquisar uma área segregada da cidade exige que se utilize métodos de interpretação e de investigação que expressem como e porquê a produção social do espaço urbano exposta nas práticas do cotidiano gera processos de segregação espacial, principalmente quanto à localização e qualidade das moradias das classes populares, fazendo-se necessário entender que as moradias não precisam contribuir para a degradação do espaço e as casas poderiam estar articuladas às potencialidades da várzea e do rio.

Propõe-se uma abordagem dialética que, de acordo com Minayo (1994), abarca o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. Esse método de análise considera que a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e as experiências que surgem na realidade concreta.

O interesse principal de uma pesquisa engajada passa a ser, segundo Cardoso (1986), mostrar os sinais velados de inconformismo e resistência que são delimitadores de um espaço habitado pela classe trabalhadora. Já na avaliação de Borda (1981):

Uma pesquisa da ação deve ser voltada às necessidades básicas do indivíduo, que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem as classes mais carentes nas estruturas sociais

contemporâneas, levando em conta suas aspirações e potencialidades. Ser um cientista hoje significa estar compromissado com alguma coisa que afeta o presente e o futuro da humanidade. A ciência deveria estimular o desenvolvimento endógeno, centrado no homem e na participação popular no desenvolvimento. É inevitável levar em consideração as necessidades das grandes maiorias humanas, que são vítimas do progresso desequilibrado da própria ciência (BORDA, 1981, p. 43, 47).

Seguindo este mesmo raciocínio, Simonian (2005) acrescenta:

A eficiência do pesquisador não se desvincula da ética se a pesquisa é produzida seguindo os cânones das ciências humanas ou da Antropologia, por certo implicará em muitas possibilidades de uso para a população envolvida. A pesquisa pode subsidiar a elaboração de projetos de desenvolvimento e pode contribuir para o fortalecimento da identidade sócio-cultural local. Em caso de má fé, os dados podem ser manipulados, desconsiderando critérios importantes, inviabilizando o reconhecimento de demandas apresentadas em benefício de interesses de um determinado segmento social (SIMONIAN, 2005, p. 7).

Visando a corroborar com essa abordagem, adotaram-se técnicas qualitativas de coleta de dados e também uma atitude positiva de escuta e de empatia, que promoveu uma interação do pesquisador com os membros da comunidade pesquisada. A abordagem qualitativa, como descrita por Minayo (1994), aprofunda-se no mundo do significado das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias ou estatísticas. Preocupou-se em compreender a dinâmica das relações sociais, que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Na Amazônia, os elementos que forem diferentes, devem dar o tom da abordagem social, pois nesta região é alto o peso das significações, das representações e da natureza; mas dificilmente dirige-se o olhar para elementos inusitados.

Neste caso, o pesquisador deve ter a habilidade de ouvir o morador, sem influenciar o discurso do entrevistado com elementos do seu próprio discurso. A habilidade do pesquisador para indagar pode ser, segundo Yin (2001), o diferencial de uma interlocução desta espécie. Na avaliação de Cruz Neto (1994), nada substitui o olhar atento de um pesquisador de campo ao evasivo próprio da realidade das relações sociais.

Para Apel apud Oliveira (1996), o homem não pensa sozinho, mas o faz socialmente, no interior de uma “comunidade de comunicação” e “de argumentação”.

Thompson (1992) define a investigação oral como um procedimento de percepção de como o sujeito construiu e entende o seu cotidiano. Como aponta Oliveira (1996):

No ato de ouvir o “informante”, o etnólogo exerce um “poder” extraordinário sobre o mesmo. As perguntas, feitas em busca de respostas pontuais, lado a lado da autoridade de quem as faz, criam um campo ilusório de interação. A rigor não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador. O pesquisador não cria condições de efetivo diálogo. A relação não é dialógica (OLIVEIRA, 1996, p.20).

Desta forma, a primeira etapa pressupõe o levantamento da literatura importante já existente sobre gestão e planejamento do espaço urbano, tendo como indicador de análise o tema assentamentos espontâneos e a segregação habitacional no espaço urbano. É preciso que se tenha uma base teórica para, como observa Cruz Neto (1994), podermos olhar os dados dentro de um quadro de referências que nos permitem ir além do que simplesmente nos está sendo mostrado, e a teoria informa o significado dinâmico daquilo que ocorre e que buscamos captar no espaço de estudo.

Faz-se necessário analisar em profundidade cada informação, para descobrir possíveis contradições e utilizar fontes diversas, e estabelece-se um diálogo crítico, articulado e reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação. Trata-se da importância da descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. Na avaliação de Gil (1989):

A leitura analítica, tem finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa. A leitura é de natureza crítica, porém deve ser desenvolvida com bastante objetividade para identificar as intenções do autor. O pesquisador deve adotar a atitude de objetividade, imparcialidade e respeito.

A leitura interpretativa procura-se conferir significados mais amplos aos resultados obtidos com a leitura analítica. Vai além dos dados, através de sua ligação com outros conhecimentos já obtidos, desde que sejam significativos, originados de pesquisas empíricas ou de teorias comprovadas (GIL, 1989, p. 78).

Na etapa seguinte, procedeu-se à análise de documentos pertinentes para o aprofundamento teórico nos temas propostos pela pesquisa, de documentos técnico-acadêmicos sobre a região, notícias de jornal sobre a área em estudo e dados

qualitativos obtidos em entrevistas com moradores do local a partir de pesquisa exploratória⁵ realizada na área.

Selecionou-se, mediante estratégia e tática adequadas, uma amostra significativa de todo o universo de moradores da área – distribuídos ao longo de aproximadamente 160 residências - que foi tomada como representativa para efeitos de investigação.

Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, guiadas por uma relação de pontos de interesse do entrevistador, com 6 (seis) técnicos que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, e que conhecem ou que já trabalharam no local, e 15 (quinze) famílias de moradores da área em estudo, por adequação a determinadas características - moradores antigos da área, localização de suas benfeitorias, líderes políticos da comunidade e moradores que atuam de forma participativa nos movimentos sociais locais.

Guiado pelo líder comunitário em exercício na área, o entrevistador percorreu a ocupação Paracuri 3, selecionando para realizar entrevistas, moradores de residências construídas em madeira e em alvenaria; moradores de residências próximas à Rodovia Arthur Bernardes e outras distantes da rodovia; moradores que possuem comércio próprio, outros que buscam empregos rotativos oferecidos nas proximidades da ocupação, além de pescadores; moradores de residências próximas aos igarapés Paracuri e Bacuri, e outras sem contato com o recurso hídrico; moradores favoráveis ao grupo político do atual líder comunitário e outros que lhe fazem oposição; moradores antigos da área e moradores recentes na área; além de moradores oriundos diretamente de cidades do interior e moradores que migraram antes para outras áreas; moradores de cada rua e passagem da ocupação.

⁵ Pesquisa exploratória realizada na ocupação Paracuri 3 em 26 de novembro e 10 de dezembro de 2005 por estudantes de mestrado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, durante atividade curricular da disciplina Metodologia Interdisciplinar, ministrada pela antropóloga e professora doutora Lígia Simonian.

No quadro de entrevistados, apresentado nas páginas seguintes, descreve-se alguns dados de cada técnico e de cada morador entrevistado, observando-se a preservação do anonimato destes, através da utilização de pseudônimos.

QUADRO DE ENTREVISTADOS

Identificação dos Técnicos

No.	Pseudônimo	Local de Trabalho	Idade	Profissão
1	A	Secretaria Municipal de Habitação (Prefeitura Municipal de Belém)	42 anos	Educador
2	B	Secretaria Municipal de Habitação (Prefeitura Municipal de Belém)	59 anos	Administrador
3	C	Centro Integrado de Governo (Governo do Estado do Pará)	37 anos	Urbanista
4	D	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (autarquia da Prefeitura Municipal de Belém)	28 anos	Engenheiro Sanitarista
5	E	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (autarquia da Prefeitura Municipal de Belém)	47 anos	Geólogo
6	F	Secretaria Estadual de Obras Públicas (Governo do Estado do Pará)	39 anos	Arquiteto

QUADRO DE ENTREVISTADOS

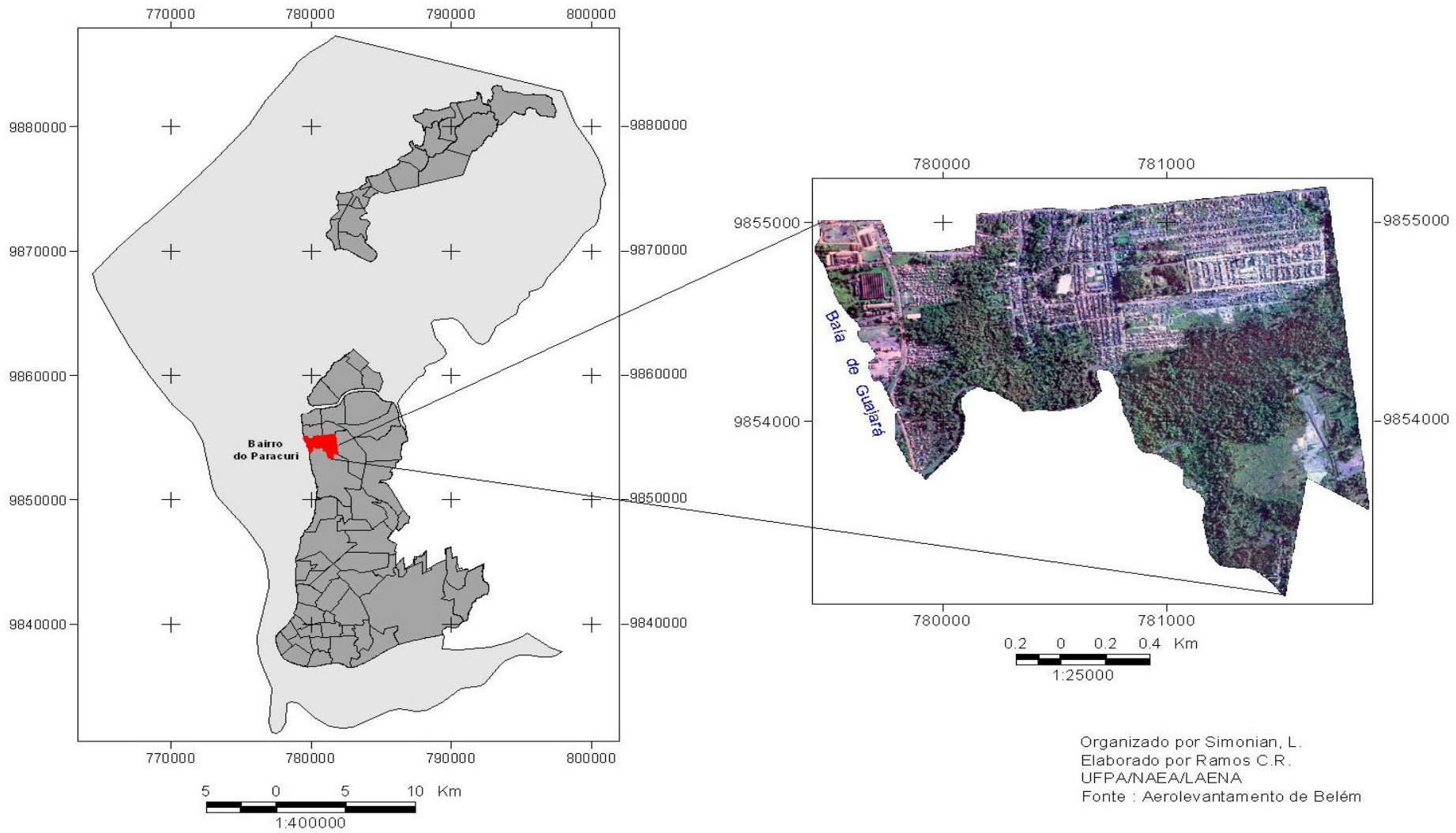
Identificação dos Moradores

No.	Sexo	Pseudônimos de moradores da Rua da Paz	Idade	Ocupação
1	F	Moju	26 anos	doméstica
2	F	Chaves	35 anos	
3	M	Afuá	42 anos	
4	M	Muaná	33 anos	venda de carne
5	M	Soure	46 anos	carpinteiro
6	M	Salvaterra	65 anos	autônomo
7	M	Curralinho	29 anos	
8	F	Camará	38 anos	
9	F	Joannes	43 anos	casa de família
10	F	Portel	40 anos	mercearia
11	F	Condeixa	24 anos	
12	F	Igarapé-Miri	29 anos	
13	F	Muaná 2	36 anos	pescadora
14	F	Melgaço	16 anos	
15	M	Igarapé-Miri 2	17 anos	
16	F	Muaná 3	34 anos	casa de família

QUADRO DE ENTREVISTADOS

Identificação dos Moradores

No.	Sexo	Pseudônimos de moradores da Rua Aleluia	Idade	Ocupação
17	F	Muaná 4	46 anos	mercearia
18	M	Bujaru	35 anos	
19	M	Muaná 5	37 anos	braçal
20	F	Curumu	58 anos	
21	M	Gurupá	26 anos	
22	F	Anajás	33 anos	
23	F	Moju 2	44 anos	doméstica
24	M	Mexiana	50 anos	autônomo
25	F	Boa Vista	40 anos	casa de família
26	F	Ponta de Pedras	26 anos	
27	M	Muaná 6	47 anos	pesca
No.	Sexo	Pseudônimos de moradores da Passagem Menino Jesus	Idade	Ocupação
28	F	Caviana	34 anos	venda de açaí
29	M	Limoeiro	31 anos	venda de peixe
30	M	Boa Vista 2	38 anos	compra de água



Mapa 1: Localização geográfica da área do Paracuri

Comentário: Aproximação feita em foto aérea do Município de Belém

Fonte: Ortofotos de Belém, 1998.

Elaborou-se um roteiro, traduzindo os objetivos da pesquisa em itens bem redigidos, especificando os dados que se pretendia obter e escolhendo e formulando as perguntas, que deviam ser guiadas por uma relação de pontos de interesse.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas através de interrogação direta das pessoas, solicitando informação acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise qualitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Este método de investigação tem as vantagens de possibilitar um conhecimento direto da realidade e de obter grande quantidade de dados em curto espaço de tempo e com baixo custo. Há também algumas desvantagens, como a ênfase nos aspectos referentes à percepção que as pessoas têm a respeito de si mesmas e de seu espaço, o pequeno aprofundamento no estudo da estrutura e dos processos sociais, e a visão do fenômeno estudado, com limitada apreensão do processo de mudanças estruturais.

O presente trabalho está estruturado em uma introdução, três partes distintas e considerações finais. A primeira parte define os conceitos de assentamentos espontâneos, de periferização e de segregação espacial, e as sugestões para seu desenvolvimento, sob os pontos de vista das políticas urbanas convencionais e do ideário da reforma urbana.

A segunda parte refere-se à produção do espaço urbano de Belém, à incorporação das áreas alagadas e à caracterização sócio-espacial de um assentamento espontâneo. Finalmente, a terceira parte analisa, na perspectiva de técnicos urbanistas e de moradores do assentamento espontâneo pesquisado, as concepções de moradia a se considerar em uma intervenção urbana para reverter as condições de degradação do espaço segregado, a partir da realidade da ocupação Paracuri 3, na periferia metropolitana de Belém, além das estratégias de desenvolvimento urbano que possam melhorar a habitabilidade em áreas de assentamentos espontâneos de forma a incentivar a permanência dos moradores na área.

2. POLÍTICAS URBANAS E ASSENTAMENTOS ESPONTÂNEOS

2.1. Assentamentos espontâneos e a questão da periferização e da segregação espacial

Considera-se ser a segregação, segundo Trindade Jr. (1997), um processo espacial essencialmente articulado às necessidades de reprodução das classes sociais. Nesta mesma linha de raciocínio, Castells (1984) define segregação urbana como uma tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. As áreas sociais que emergem da segregação estão dispostas segundo uma certa lógica, e não de modo aleatório.

Já a segregação residencial, apresenta-se como uma expressão espacial das classes sociais e implica necessariamente em separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas. Harvey apud Corrêa (2004) argumenta que no capitalismo há uma fragmentação da estrutura das classes sociais, ao mesmo tempo em que se verifica uma crescente concentração de atividades e população na cidade. A segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Segundo Corrêa (2004):

Enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como comunidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução. A propriedade fundiária e seu controle pela classe dominante tem a função de permitir o controle do espaço através da segregação residencial, cumprindo portanto, um significativo papel na organização do espaço (CORRÊA, 2004, p. 66).

A segregação espacial é inerente ao sistema capitalista e, por alguns autores, pode ser considerada natural e inclusive despolitizada, mas deve-se considerar que é a classe trabalhadora que vem lutando pelo direito de morar e construindo suas próprias habitações. Para Ultramari e Moura (1996), a construção da cidade, de suas avenidas, de seus becos, de suas periferias e de suas favelas, não vêm do acaso: está subordinada ao processo de acumulação e reprodução do capital.

A forma mais desenvolvida da divisão de trabalho material é a atual segregação urbana: de um lado, as zonas centrais de produção intelectual e de mando e, de outro, as zonas periféricas. Para Lojkine (1997), a mais forte segregação social é a localização da habitação, a rejeição das camadas populares para fora dos grandes centros urbanos, e as frações não monopolistas do capital são também excluídas pelo próprio jogo da renda fundiária, do acesso aos grandes meios de consumo coletivos.

O espaço urbano é segregado a partir de uma distribuição desigual e uma racionalidade instrumental. Na opinião de Maricato (1982), a “exclusão urbanística” aumentou cada vez mais o número de ocupações ilegais nas cidades; paradoxalmente, esta ilegalidade tornou-se funcional e, ao mesmo tempo, disfuncional para os planejadores “modernistas”. Funcional, através de relações clientelistas e da especulação imobiliária, que acabam valorizando determinados solos urbanos; e disfuncional, dependendo do ponto de vista, para a sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e para a ampliação da cidadania.

A segregação espacial em Belém tem suas particularidades, devido à localização da cidade e ao seu processo histórico. Na avaliação de Souza (2006):

O crescimento da cidade não se deu de maneira contínua, devido aos aspectos físicos. Grandes áreas desocupadas, formadas em sua maioria por várzeas de rios e igarapés, eram entremeadas por áreas de terra-firme. Com o aumento demográfico da cidade, principalmente pelo deslocamento oriundo do interior do Estado do Pará, as camadas populacionais desfavorecidas iniciaram um processo de ocupação das áreas de baixadas, deficiente em equipamentos sanitários, educacionais, transportes, comunitários, etc. (SOUZA, 2006, p. 6)

Em grande parte dos países periféricos, o abandono de áreas rurais por grande número de pessoas formam um instável “lumpem proletariado”, geralmente em residências faveladas nas margens das grandes cidades. A pobreza urbana é, na maior parte dos casos, pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano.

A periferia da cidade, local de moradia da população de baixo *status* social, ratifica, segundo Corrêa (2004), em um momento posterior, este seu papel: é o *locus* de correntes migratórias da zona rural e das pequenas cidades. Além disso, parte significativa dessa população não é composta de migrantes em processo de

ascensão social, mas sim de camadas empobrecidas, em processo de mobilidade social descendente (TASCHNER, KOWARICK apud CARDOSO, 2007).

Na avaliação de Rodrigues (1989), uma das formas da classe trabalhadora resolver seu problema de morar é comprando um lote em áreas da periferia pobre e geralmente em loteamentos clandestinos. Corroborando com esta linha de raciocínio, Ultramari e Moura (1996) apontam que é na apropriação do espaço das cidades que as periferias avançam, ou seja, na obtenção de uma moradia ou de um pedaço de terra para sua construção:

Urbanisticamente, a característica padrão das periferias expressa uma baixa densidade de ocupação do solo e uma alta velocidade de expansão para áreas novas e mais longínquas. Um aumento de distancia que eleva os custos sociais da urbanização, comprometendo a eficiência das administrações publicas e criando regiões onde os problemas da cidade se avolumam.

Socialmente, as periferias urbanas são áreas de concentração de moradias de população de baixa renda, carentes dos serviços básicos essenciais e que sofrem os efeitos de longos deslocamentos para o trabalho, o consumo e o lazer. Reforçam um ciclo de pobreza cada vez mais difícil de romper.

Carentes, as áreas periféricas implicam, também, a deterioração progressiva da cidade e da vida urbana como um todo. Crescendo continuamente, elevam as demandas nas áreas centrais, onde buscam os serviços que aí existem (ULTRAMARI; MOURA, 1996, p. 10-11).

Além disso, Ultramari e Moura (1996) lembram que as periferias formam um mosaico composto de quadras que nem sempre se encaixam; terrenos aos quais não se parece ter acesso; ruas descontínuas; vias de comunicação expressas - grandes avenidas, linhas de trem e até mesmo pedaços de estrada - dividindo comunidades; pequenas sobras de vegetação; rios poluídos com barrancos nas margens, que somem abruptamente ao aproximarem-se das áreas centrais, em canalizações; e algumas fábricas e galpões de serviços vizinhos a áreas residenciais.

Isso explica um pouco a imagem de espaço “desordenado” e recém desbravado que configura as periferias, mas que, de fato, possui uma lógica e um tipo de organização. Nesse sentido, Corrêa (2004) adverte que as áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações.

Consequindo um rendimento pequeno, a classe trabalhadora não tem igualmente o direito de opção por local e tipo de moradia. Terá que procurar a solução mais viável para se instalar com a família, e esta solução será a de ocupar áreas insalubres ou afastadas do centro, ou ainda encostas de morros, enfim, aquelas áreas ainda não sujeitas à especulação do mercado imobiliário, caracterizando, devido à ausência total de infra-estrutura urbana básica e à baixa qualidade da moradia.

Criam-se loteamentos populares na periferia urbana, sujeitos a enchentes, mosquitos, valas negras, crimes, esquadrão da morte, horas e horas perdidas em precários transportes coletivos. Eis alguns dos aspectos do cotidiano desta periferia urbana, fruto de uma ação espacialmente diferenciada dos proprietários fundiários. Tais loteamentos, segundo Corrêa (2004), são, em geral, ilegais face à legislação urbana em vigor.

O parcelamento irregular dos lotes, assim como a inexistência de calçadas, dificulta e desestimula a arborização de vias. A inexistência de rede de esgotos faz com que as águas servidas sejam despejadas em valetas e corram a céu aberto para os mesmos córregos. A alta densidade em lotes de pequena dimensão não permite que se tenha a garantia da distância mínima entre o poço e a fossa. Enfim, dependendo do padrão de ocupação, resultam as facetas específicas da qualidade ambiental.

Os moradores da periferia, uma vez desatendidos em suas demandas urbanas básicas, singularizam-se e tornam-se poluidores potenciais. No entendimento de Ultramari e Moura (1996), a inexistência de coleta de lixo regular e de boa qualidade obriga-os a servirem-se dos córregos como sumidouros de seus dejetos.

Desta forma, a pobreza passa a ser vista como consequência da não-integração de parcela da sociedade aos novos padrões de produção; e a ineficiência do Estado em cumprir o papel de provedor, é atribuída ao seu gigantismo e à sua intervenção em domínios que são da competência da própria sociedade.

Por isto, morar na periferia é, para Abelém (1989), condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se à pobreza gerada pelo modelo territorial.

Santos (1987) avalia que esses agentes tornam-se ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhes ser entregue gratuitamente pelo poder público.

Buscando-se caracterizar os vários tipos de ocupação conhecidos, considera-se o cortiço uma expressão da segregação espacial. Segundo Carpintéro (1997), na opinião do saber médico do início do século XX, o cortiço representava o espaço da proliferação e da contaminação dos focos infecciosos. E continua:

Os cortiços, as casas de cômodos, as estalagens e mais tarde as favelas representavam, para os médicos e higienistas, uma ameaça para o desenvolvimento da cidade. A presença desse tipo de moradia decorria dos elevados preços dos aluguéis e dos terrenos na cidade. Os trabalhadores impossibilitados de construir sua própria moradia e incapacitados de pagar altos aluguéis, encontravam nos cortiços a única alternativa de abrigo na cidade. Ao relatar as condições insalubres dos cortiços, seus moradores não esqueciam de enfatizar a existência de redes de solidariedade, como forma de suportar a miséria em que viviam (CARPINTÉRO, 1997, p. 56, 59).

Já no entendimento dos planejadores urbanos da cidade de São Paulo, nos anos 1920, não bastava demolir os cortiços e as casas de cômodos ou, então, simplesmente afastar a população pobre do centro (CARPINTÉRO, 1997). Para estes urbanistas, a solução estava na incorporação destes problemas ao próprio planejamento da cidade, capaz de permitir um controle sobre a expansão e a distribuição da população, acompanhado de uma projeção futura da cidade.

A favela, uma outra expressão da segregação, é um dos tipos de ocupação, e surge da necessidade do onde e do como morar. Se não é possível comprar casa pronta, nem comprar um terreno no mercado formal, tem-se que buscar uma solução, e para alguns, esta solução é a favela. A favela é, segundo Rodrigues (1989), produto da conjugação de vários processos: da expropriação de pequenos proprietários rurais e da super-exploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades. É também produto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto. Para a autora, a favela exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano por uma parcela da classe trabalhadora. E ainda complementa:

O fato de a maior parte da população favelada morar nas regiões metropolitanas, serve como um primeiro demonstrativo de que a chamada crise de habitação está mais concentrada onde também se concentra a produção. Ou seja, concentração de riqueza e de pobreza, porque sem

dúvida, nas metrópoles o preço da terra é mais elevado, o que torna ainda mais difícil o acesso de uma grande parcela dos moradores à terra e à casa (RODRIGUES, 1989).

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados “invadidos”, que, segundo Corrêa (2004), os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. Cardoso (2007) lembra que tal “invasão” ocorre preferencialmente em terrenos públicos, o que aumenta a possibilidade de permanência. Nos casos de mangues e assemelhados, o “terreno” vai sendo constituído juntamente com a construção da casa, através de aterros sucessivos e a conseqüente expansão do assentamento em direção à área alagada.

A produção deste espaço é, segundo Corrêa (2004), antes de mais nada, uma forma de resistência, e ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças, por exemplo.

Na avaliação de Souza (2004), os loteamentos irregulares representam outro tipo de ocupação e outra forma de segregação; possuem um status jurídico distinto e bem mais estável que o das favelas, pois não são ocupações. São irregulares por não preencherem os requisitos mínimos previstos em lei, mas seus moradores possuem algum tipo de documento de propriedade.

Outra conseqüência da questão urbana são os vazios urbanos, terras ociosas, normalmente mantidas desocupadas como reserva de valor. É sobre essas áreas que deve incidir o IPTU progressivo no tempo, e, caso seja necessário, utilizar uma medida extrema como a desapropriação, a fim de que sejam evitadas situações de flagrante conflito entre objetivos e usos do solo; esses espaços poderiam ser aproveitados para projetos de construção de moradias populares (SOUZA, 2004).

Por fim, cita-se a manifestação da segregação através dos assentamentos espontâneos, tipo de ocupação que, pela definição de Rodrigues (1989), ocorre em bloco, ou seja, um certo número de famílias procura juntamente uma área para

instalar-se. Esta ocupação da área ocorre, em geral, no mesmo dia para todo um grupo. Os assentamentos espontâneos caracterizam-se por uma mobilização anterior. As construções, embora de responsabilidade de cada família ocupante, são realizadas em verdadeiros mutirões familiares. Em qualquer grande cidade são visíveis os imensos vazios urbanos e são nestes vazios que as ocupações terão lugar. Qualquer material serve para construir o barraco: chapas de madeira, restos de madeira, portas, sacos plásticos e muito trabalho. Quanto mais rápido ficar pronta a casa, mais rápido se terá um abrigo e mais difícil será expulsar o ocupante.

É interessante notar que o processo de desocupação de uma área que encontra-se nestas condições, chama-se reintegração de posse, quando o que acontece é reintegração de propriedade, porque detém a posse quem a está ocupando. Rodrigues (1989) lembra que o que se reintegra é o símbolo dessa posse, que é a propriedade, e em defesa da propriedade privada sem uso, contra os que buscam, através de muito sacrifício, resolver seu problema de sobrevivência.

Em todos estes tipos de ocupação, faz-se presente um estilo de casas construídas pelo próprio morador, sem auxílio técnico, sem projeto de execução e sem aprovação pelo poder público. Afinal, é principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve seu problema de moradia, principalmente nas grandes cidades brasileiras e, de modo geral, da América Latina. Na percepção de Rodrigues (1989), a construção da casa se prolonga por muitos anos, absorvendo a maior parte do tempo livre da família, e:

A alternativa da auto-construção é considerada viável pelos poderes públicos, porque é mais barata, já que não se conta os custos de mão-de-obra, assumidos pelo trabalhador; além disso, essa alternativa é colocada, ideologicamente, como valorização do saber popular. Dá-se ênfase à cultura popular, num discurso demagógico: "o povo sabe construir sua casa". Na auto-construção recai sobre as costas do trabalhador um sobre-trabalho. No computo do salário está teoricamente incluída uma parte referente à habitação. Este valor teórico é calculado para a moradia diária e não para ao aluguel com contrato anual, compra de casa/terreno ou material de construção. Assim, como o salário não permite prover a moradia, utiliza-se de um grande número de horas de trabalho extra para se conseguir morar. Assim, num longo e penoso processo, constrói-se a casa e a cidade na periferia, termo com frequência utilizado para os setores mais precariamente atendidos por serviços públicos, e não necessariamente pela distância em relação ao centro da cidade. Não se considera periferia os loteamentos de alto padrão, bem dotados de serviços públicos, mesmo os localizados em áreas distantes do centro (RODRIGUES, 1989, p. 31, 33).

A tipologia da casa, segundo avaliação de Costa (2002), reproduz de fato valores da cultura popular, visto que extrapola a estrutura física no momento que proporciona uma identidade afetiva, simbólica, através da transposição de comportamentos que existiam anteriormente, mantendo uma representação da vida ribeirinha, bem como uma referência de estabilidade na cidade.

2.2.As políticas urbanas convencionais face às demandas dos assentamentos espontâneos

O planejamento urbano foi, tradicionalmente, pensado sobretudo por uma categoria de profissionais basicamente devotada ao planejamento da produção do espaço e das intervenções sobre o espaço: os urbanistas. Desde o final do século XIX, médicos, higienistas, engenheiros, arquitetos e empresários, preocuparam-se com as condições de vida da população trabalhadora da cidade, mais especificamente, com a sua habitação. Carpintéro (1997) lembra que um século depois, tais preocupações permanecem e, ao lado delas, a semelhança entre os discursos dominantes, que, apesar de distantes no tempo, apontam o mesmo caráter formador e moralizador da habitação higiênica.

O planejamento urbano tem sido alvo de várias críticas e objeções, sobretudo nos últimos trinta anos. Entre seus críticos podem ser encontrados tanto intelectuais de esquerda quanto políticos conservadores. Na opinião de Souza (2004), o fracasso do planejamento convencional em proporcionar melhores condições de vida, sob o ângulo da justiça social, não significa que o planejamento deva ser negligenciado, mas sim que alternativas estratégicas devam ser apresentadas.

Diversos autores já discutiram sobre as conseqüências sócio-espaciais das intervenções públicas na cidade, no entanto, poucos expuseram a reprodução da vida humana nos atos do cotidiano da cidade, ou seja, refletir sobre um novo processo de apropriação do espaço, por meio do valor de uso e como este cotidiano pode ser reestruturado através de uma ação concreta no espaço (SOUZA, 2006).

Porém, há um preconceito segundo o qual só o Estado deve fazer planejamento e pratica gestão, que se deve ao fato de que o Estado monopoliza uma grande parte dos recursos necessários à realização de intervenções e da gestão, e, segundo Souza (2004), também à própria imagem ideológica do Estado, o qual justifica todas as suas ações em nome do interesse público.

Neste contexto, não se procura saber qual a representação que a população atingida pelo planejamento tem de sua condição de vida, mas sim o que dela pensam os planejadores, baseados em levantamentos estatísticos, muitas vezes analisados em gabinetes (ABELÉM, 1989). Desta forma, parece que para produzir

planos, não há necessidade de participar do mundo material a ser representado. Em contraposição a esta postura profissional, Souza (2004) argumenta que a experiência prática cotidiana e o “saber local” dos cidadãos deverão ter livre expressão e ser incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora.

Na situação usual nas cidades dos países periféricos, o capital não tem interesse em produzir habitações para as camadas populares. Engels apud Choay (2005) denuncia que a sociedade capitalista não dá passo algum para a solução do problema fundamental, que não é o da habitação. Porém, na opinião de Corrêa (2004), a questão da habitação é um aspecto acessório de um problema central, que é o das relações entre a cidade e o campo, pois grandes massas de desempregados chegam às grandes cidades em um ritmo mais acelerado que o da construção de habitações nas cidades atuais.

O Estado brasileiro assumiu, segundo Rodrigues (1989), na década de 1930, a responsabilidade da produção e da oferta de casas populares, com a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP). De 1946 a 1964, a Fundação da Casa Popular construiu 19 mil unidades, concentradas principalmente na região Sudeste. Em 1964 são instituídos o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) com os objetivos de coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares, sendo que, entre 1964 e 1984 foram financiadas 4.369 milhões de unidades habitacionais no país.

Através da avaliação de Santos Jr. (1995), compreende-se que:

No Brasil, do ponto de vista da política urbana, o que se observou no planejamento sob o regime autoritário foi o agravamento dos problemas urbanos, gerado pela expansão industrial, pelos intensos fluxos migratórios e pelo crescimento populacional superior à absorção da mão-de-obra nas cidades. O resultado foi a despolitização do urbano e o monopólio do tipo de intervenção executado pelo poder público, através da expansão da visão tecnicista. A consequência foi a negação do planejamento urbano como instrumento de superação das desigualdades sociais.

A partir dos anos 70, a sociedade brasileira viveu um processo de redemocratização que, entre outras decorrências, trouxe a necessidade de uma reforma institucional e constitucional capaz de consolidar o estado de direito e a democracia, criando novas condições de governabilidade no país. A promulgação da constituição de 1988, ainda que com limites, definiu uma agenda reformista, sustentada pela mobilização de amplos setores da sociedade organizada, que se caracterizava por uma concepção universalista, redistributiva e democrática, no que concerne aos direitos sociais, à renda e à riqueza social e à gestão pública.

Embora o debate da questão urbana estivesse ocorrendo desde o início dos anos 80, a plataforma da reforma urbana só vai ser de fato consolidada com

o surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que se organiza a partir da busca da organização direta da sociedade no processo constituinte. Com efeito, é durante a elaboração da Constituição Federal que se consolida com maior visibilidade uma nova tendência de enfrentamento da problemática urbana, a partir de uma multiplicidade e de uma heterogeneidade de práticas sociais e políticas, conforme o ideário reformista (SANTOS JR., 1995, p. 13, 30, 43-44).

Na opinião do autor, o Estado, enfrentando uma grave crise fiscal e orgânica, não reúne mais capacidade política e técnica para assumir o papel de planejador e provedor do consumo urbano e a efetivação desses projetos tem enfrentado dificuldades, como o despreparo técnico dos quadros profissionais das prefeituras, especialmente para a adoção de novos instrumentos de regulação do solo urbano. Tem-se, assim, um poder público que institui direitos, diretrizes e instrumentos de intervenção urbana, sem que esteja capacitado, em termos políticos e institucionais, para implementá-los integralmente no âmbito do poder local.

A crise fiscal do Estado, o colapso do modelo de substituição de importações e do estilo desenvolvimentista, sob a égide ideológica do neoliberalismo, concorreram decisivamente, segundo a avaliação de Souza (2004), no Brasil da década de 1990, para enfraquecer o sistema de planejamento e a própria legitimidade do exercício de planejar. A crescente magnitude dos problemas urbanos no Brasil, país periférico onde a maior parcela da população vive em escalas geográficas consideradas urbanas - cidades e vilas - reclama uma presença cada vez mais ativa de pesquisadores, visto que as políticas urbanas convencionais podem ser consideradas fracassadas à medida que o desempenho dos planejamentos urbanos não propiciou a redução da segregação social.

A precária integração entre os diversos órgãos da administração pública, segundo a avaliação de Alfonsin (1997), despotencializa as intervenções dos órgãos encarregados da política de regularização fundiária, os quais trabalham isoladamente. Devido à precariedade do registro das intervenções, a maioria das administrações não tem conhecimento do custo das intervenções já realizadas, o que prejudica bastante uma avaliação global de um projeto.

Neste contexto, a política habitacional emerge com o propósito de diminuir o déficit habitacional e gerar novos empregos com o aumento de construções. Como a indústria da construção civil utiliza mão-de-obra em larga escala, incentivar a indústria de construção é também tentar atenuar a crise econômica. Para Rodrigues

(1989), a indústria de edificação tem sido considerada como uma indústria reguladora, capaz de diminuir as tensões sociais, à medida em que sua expansão resultará num aumento significativo de empregos e, em contrapartida, na diminuição do desemprego. A escolha da habitação como eixo da política urbana deveu-se, entre outros motivos, à tentativa de diminuir as tensões nas áreas urbanas.

A habitação tem sido, muitas vezes, segundo Abelém (1989), abordada como se fosse a causa dos males urbanos. Pensa-se, então, que resolver o problema habitacional é dar soluções aos males que atingem a classe trabalhadora nas cidades. Juntamente com as moradias, as atividades informais constituem, aos olhos das autoridades e da imprensa, um problema a ser sanado urgentemente, inclusive cogitando-se em remoção (TRINDADE JR., 1997).

Assim, apregoa-se a necessidade de extinguir as favelas, os alagados, as baixadas, oferecendo melhores condições de habitat à população de baixa renda, intervindo para a renovação urbana (ABELÉM, 1989):

O aumento da demanda por serviços urbanos torna-se maior que o crescimento da industrialização e da criação de instituições urbanas compatíveis. Ao Estado, cabe equacionar os problemas urbanos assim gerados, tornando-os objetos de planificação pois, para o setor privado tais problemas somente despertam interesse na medida em que aufera vantagens, como é próprio do sistema capitalista. Possui papel relevante o planejamento estatal, instrumento da administração e como tal fazendo parte do aparelho de Estado, que busca nos celebres diagnósticos a realidade em que deseja intervir, a fim de transformá-la em uma realidade futura desejável segundo os padrões e normas dominantes (ABELÉM, 1989, p.133).

Na política habitacional tradicional, a ênfase era a construção de novas unidades e não à recuperação urbanística dos assentamentos informais ou à valorização da cultura local, expressa na distribuição espacial encontrada no habitat das populações faveladas, como lembra Alfonsin (1997). Historicamente, os programas de urbanização têm se limitado, segundo Cardoso (2007), a atuar na melhoria das condições físico-urbanísticas, na regularização da situação fundiária e em melhorias habitacionais e sociais.

Neste sentido, Trindade Jr. (1998) percebe nas decisões a respeito da localização, uma concepção de cidade que define o lugar dos pobres na periferia distante. Segundo Turner apud Cardoso (2007), o que as políticas habitacionais

oficiais não vêem, é que a habitação exerce três funções fundamentais no processo social: localização, segurança da posse e conforto.

Não se pode ignorar que os métodos convencionais de construção de empreendimentos de infra-estrutura no Brasil têm causado grandes impactos desestruturadores das economias locais. Grande parte desses impactos já está em pleno curso, com a intensificação da grilagem de grandes áreas de terras públicas, da violência e da conversão acelerada de florestas e cerrados em monocultivos, que empobrecem as oportunidades econômicas da região.

Segundo Abelém (1989), as soluções apontadas para a recuperação das áreas alagadas de Belém apresentam-se como soluções ideológicas dos planejadores e daqueles que detêm o poder de decisão, não vindo ao encontro dos interesses e expectativas da população. Os resultados apresentam-se paliativos e a população vai reproduzir em outras áreas as condições de vida anteriores.

Promove-se um planejamento contraditório, que se caracteriza pela preocupação com a recuperação física da área e com a aplicação de verbas, ficando o aspecto social em segundo plano. Desta forma, mesmo resolvendo o problema de moradia, Abelém (1989) alerta que, desta forma, não é dada solução para os habitantes da área, pois a renda auferida a eles não possibilita pagar os custos de morar em área urbanizada. Enquanto tal tipo de solução é considerada ótima pelos técnicos ou pelo governo, esta não atende às expectativas da população. Para a autora:

O fracasso da experiência-piloto é atribuído ao paternalismo do governo, que não soube fazer a população sentir o real valor da casa recém adquirida. Subestima-se a capacidade do morador de participar do jogo; ele aceita o paternalismo, ele é removido, não tem como escapar e depois procura tirar vantagens nas brechas que são deixadas (ABELÉM, 1989, p. 141).

Nas favelas, a preocupação e a ação do Estado têm sido, para Rodrigues (1989), ao longo dos anos, marcada por duas propostas básicas: erradicação da favela através da remoção dos moradores e a liberação da área antes ocupada para outros usos, com objetivo de excluir esses aglomerados, que, sem dúvida, interferem no preço da terra das imediações. Outra possibilidade, ainda, é a permanência da favela com a erradicação de suas características – urbanização e melhorias com

introdução de infra-estrutura (água, luz, esgoto sanitário) e a abertura de vias mais amplas de circulação.

Analisando a questão das intervenções pelo ponto de vista físico, Cardoso (2007) identifica três modelos básicos de intervenção sobre assentamentos precários: urbanização, reurbanização e remoção. A urbanização significa a intervenção que não modifica a estrutura do assentamento, apenas colocando a infra-estrutura e pavimentação; a reurbanização é a intervenção que, por razões de inadequação do sítio, refaz completamente a estrutura do assentamento e o parcelamento, reassentando as famílias na mesma área; e a remoção implica a retirada da população e seu reassentamento em outra área. Para o autor:

Na prática, várias intervenções fazem uso das três alternativas, re-parcelando uma parte do assentamento e removendo uma parcela da população, diferenciando-se por qual seja a característica principal da intervenção (CARDOSO, 2007, p. 10).

No caso de famílias removidas, não se atenta para o fato de que a nova habitação, usualmente, lhes é imposta, e que a insatisfação com o tipo e com a qualidade da casa costuma ser bastante acentuada. Segundo Santos (1987), os pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou lhes fazem. E não podem manter por muito tempo os terrenos que adquirem ou lhes dão, sujeitos que estão, na cidade corporativa, à lei do lucro.

Outro impacto percebido é, para Abelém (1989), a quebra dos vínculos sociais, da organização, de parentesco, de amizade e de vizinhança, o que só não é mais grave porque se remove o conjunto de moradores de determinadas áreas. Com relação à despesa familiar, o saldo se mostra mais negativo que positivo e vai refletir na mudança dos moradores, que não estão podendo arcar com esses novos encargos. O mesmo, afirma Cardoso (2007):

O impacto da remoção na desestruturação das condições de vida da população afetada, com queda da renda familiar por aumento dos gastos com transportes e com habitação, e com elevação dos níveis de desemprego dada a distância entre os locais de moradia e de trabalho. Além disso, destaca-se a desestruturação dos laços de sociabilidade e vizinhança que permitiam melhores condições de reprodução social das famílias faveladas (CARDOSO, 2007, p. 10).

Para evitar este desfecho, Souza (2004) defende que devem ser esgotadas todas as possibilidades de manter a população em sua localização original, para evitar transtornos de várias ordens, como o afastamento dos locais de trabalho e a limitação de recursos financeiros para fazer face a numerosos e onerosos processos de busca de locais alternativos.

O reconhecimento do direito à permanência nos locais já ocupados em assentamentos consolidados, implica, na avaliação de Cardoso (2007), em desenvolver intervenções que acabam por reduzir excessivamente os padrões de densidade e de qualidade da infra-estrutura e da habitação.

Esse debate coloca, para o poder público, a alternativa do respeito ao direito de permanência da população em seu local de moradia versus a instituição de dois princípios de regulação das condições de vida urbana, criando dois padrões de mínimos urbanísticos, correspondendo, portanto, a dois níveis básicos de cidadania; um, mais exigente, válido para a cidade formal, e outro, de menor qualidade, reconhecido e legitimado pela ação do poder público em assentamentos informais regularizados (CARDOSO, 2007).

E coloca-se, simultaneamente, para o poder público, o debate com relação às possibilidades de desenvolvimento urbano das grandes cidades brasileiras. Percebe-se que a marca da ausência de políticas públicas de incentivo à fixação da mão-de-obra na zona rural, a montagem de um aparato privado que promove a ocupação das áreas centrais das cidades, o descaso para com a realização de benefícios nas áreas de ocupação e a falta de acesso universal ao crédito imobiliário, geraram distorções no espaço urbano e no cotidiano das cidades.

O Estado, lembra Castels (2000), é uma das instâncias principais, com capacidade de intervir no sentido de garantir recursos mínimos para a sobrevivência de indivíduos e de coletivos, combatendo os riscos de esgarçamento do tecido social. Além disso, analisa o autor:

Afora aqueles que têm incapacidade reconhecida para o trabalho, por problemas de saúde e outros, é preciso que o Estado se responsabilize pelos que têm capacidade para trabalhar, mas que não trabalham porque não há emprego, e pelos que, mesmo trabalhando, não conseguem garantir a subsistência da família (CASTELS, 2000, p.28).

Mas, em oposição a isso, Mautner (1999) avalia que o Estado, com raras exceções, vê o crescimento periférico como um fenômeno “residual” do processo de industrialização e urbanização, sem jamais considerá-lo como parte do processo de produção de espaço, isentando-se assim de apresentar propostas de intervenção para incorporar a “cidade real” na “cidade ilegal”, e aponta para a seguinte reflexão:

O investimento sistemático em áreas da economia consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e o descaso para com a reprodução da força de trabalho impediu uma leitura mais sutil de formas de provisão habitacional dirigidas aos setores estratégicos da força de trabalho necessária para a consolidação do desenvolvimento econômico. As análises sobre política habitacional no Brasil por muito tempo apontaram, não sem razão, para o papel meramente simbólico da intervenção estatal no setor da habitação popular; o que é compreensível dado o resultado limitado da provisão de unidades habitacionais pelo Estado e mais, do limitado alcance dessas políticas para as camadas mais pobres da população.

O Plano para Desenvolvimento Social Brasil Ano 2000 estabeleceu, em 1986, uma linha de pobreza que subdividia a pobreza em três categorias – miseráveis, indigentes e pobres – totalizando 61,2 % da população do Brasil. Não é surpreendente que um estágio de desenvolvimento capitalista no qual a pobreza pode ser dividida em três diferentes níveis tenha sido denominado “capitalismo selvagem”. Com uma larga maioria da força de trabalho recebendo salários que mal asseguram sua reprodução, não é surpreendente que a moradia jamais tenha entrado na “cesta básica” enquanto mercadoria a ser adquirida no mercado, com seu valor, portanto, incorporado ao salário. O efeito disso é sentido claramente, tanto na produção de edificações – a indústria da construção - quanto na produção do espaço urbano (MAUTNER, 1999, p. 249, 255).

Segundo afirmação de Maricato (2000), a exclusão urbanística representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da “cidade oficial”. Ela não cabe nas categorias do planejamento modernista/funcionalista, pois mostra semelhanças com as formas urbanas pré-modernas. É possível reconhecer nas favelas semelhanças formais com os burgos medievais:

A segregação territorial e todos os corolários que a acompanham – falta de saneamento ambiental, riscos de desmoronamentos, riscos de enchentes, violência – estão vinculados à matriz de planejamento urbano funcionalista. Não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório. Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil – rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei. A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo, que se

sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica (MARICATO, 2000, p. 123, 147-148).

A autora ainda acrescenta:

As atitudes permissivas dos governos conservadores não se opõem às ocupações em áreas de preservação ambiental (desprezadas para o mercado imobiliário), mas protegem terras valorizadas pelo mercado privado. A fragilidade do aparato de fiscalização do uso e da ocupação do solo, das prefeituras municipais, dos órgãos públicos ligados ao meio ambiente, das polícias florestais, entre outros, é funcional para um universo onde a ocupação é a regra, em função da falta de alternativas. Essa fragilidade é funcional também para a alimentação da relação eleitoral arcaica. As câmaras municipais se repetem na edição periódica de leis de anistia que perdoam as construções ilegais (MARICATO, 2000, p. 183).

Em Belém, esse fenômeno gerou, por um lado, uma pressão demográfica sobre as áreas urbanizadas em cotas relativamente altas, estimulando a especulação imobiliária e, por outro, uma ocupação “desordenada” das baixadas, sem infra-estrutura, por uma população de baixo poder aquisitivo. A ocupação irregular, a falta de uma infra-estrutura sanitária e o descaso de sucessivas administrações municipais para com a qualidade dos programas e projetos de políticas urbanas completam, segundo Cruz (1990), o quadro de agravamento da miséria social e da degradação ambiental.

O crescimento acelerado da cidade de Belém nas áreas alagadas agrava os problemas sociais; a escassez de terras na área central, o seu alto custo e a conseqüente especulação imobiliária; a valorização crescente das áreas alagadas através da ocupação informal do solo por pessoas de baixo poder aquisitivo; e as pressões exercidas pela população, principalmente na época de chuvas, foram, segundo Trindade Jr. (1997), fatores que conduziram o poder público a intervir de forma sistemática no espaço urbano.

Segundo a avaliação de Lima (2001), considerando o histórico recente de políticas urbanas:

Os efeitos pretendidos das estratégias espaciais traçadas nas políticas urbanas das décadas de 70, 80 e 90 em Belém, foram comprometidos por características da forma urbana não reconhecidas pelos planos diretores e pelos regulamentos urbanos, devido à forma e conteúdo de ambos. Os princípios de equidade social foram tornados mais explícitos desde o fim da ditadura militar. As similaridades entre as estratégias espaciais em todos os instrumentos analisados eram evidentes. Isto sugere que o padrão de alterações físicas enfocado, comprometeu as tentativas de dar atenção mais explícita à igualdade social, na política urbana local, o que é evidenciado

pela ênfase contínua no modelo de concentração descentralizada para guiar o desenvolvimento urbano em Belém.

As limitações das estratégias espaciais em superar as diferenças de localização, são mostradas na segregação sócio-espacial mais conspícua da periferia, oriunda da localização dos conjuntos habitacionais e condomínios de alta renda segregados uns dos outros (LIMA, 2001, p. 338).

Desta forma, o uso do solo e os esquemas de transporte, feitos para reduzir as desvantagens de localização e, conseqüentemente, aumentar a igualdade social, acabaram sendo limitados em seus efeitos devido à falta de compreensão do padrão de crescimento da cidade ao longo dos anos.

Tal quadro de omissão do poder público com relação às suas obrigações para com a parcela da sociedade que não goza de privilégios, pode ser revertida apenas através de pressão popular e de uma mobilização engajada.

Na avaliação de Castells (1984), uma política urbana não surge apenas como um efeito automático face a um desregramento do sistema, mas exige a intervenção direta - por meio da ação – de uma força social sobre o sistema político. Neste caso, gera-se um potencial de causar incômodo às elites urbanas que protagonizam e se beneficiam com fenômenos como especulação imobiliária desenfreada, destruição dos patrimônios ambiental, histórico-arquitetônico e promovem a segregação residencial.

2.3.O ideário da reforma urbana e a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos espontâneos

A concepção capitalista de desenvolvimento deve ser questionada, não apenas porque a experiência histórica dos países desenvolvidos não se deixa imitar massivamente, contrariamente à crença embutida na ideologia modernizante, mas também porque, no entendimento de Souza (1994), os países ditos desenvolvidos merecem ter sua natureza modelar posta em dúvida.

Na opinião do autor, a redução do conceito de desenvolvimento ao desenvolvimento econômico — expresso através do crescimento econômico e da modernização tecnológica, típico das teorias de modernização - vê os efeitos sociais positivos do desenvolvimento econômico como conseqüências naturais dos processos de crescimento e modernização, sem admitir a necessidade de implementação de políticas de distribuição de riqueza e de combate à pobreza.

Desenvolvimento econômico resume-se a uma conjugação de crescimento - expresso através do incremento do produto nacional bruto - com modernização tecnológica. Sendo o desenvolvimento econômico, a longo prazo, dependente de fatores como investimentos em capital humano, ele não necessariamente se faz acompanhar por uma diminuição dos problemas sociais.

Analisando a correlação entre desenvolvimento econômico e modernidade, com desenvolvimento urbano, Souza (1998) lembra que:

Desenvolvimento urbano é uma expressão que esteve ligada, desde o começo, à modernização da cidade, vale dizer, à transformação do espaço urbano com o fito de adaptá-lo à modernidade capitalista em nome do bem comum, mediante obras viárias e de embelezamento, melhoria dos transportes, etc. A busca da modernização do espaço urbano, como um fim em si, mas também como um fenômeno implicitamente portador do “bem comum”, é algo bastante difundido.

Desta forma, o desenvolvimento urbano nada mais é que a tradução, em escala local-urbana e devidamente espacializada, da idéia dominante de desenvolvimento econômico, pautada na combinação de crescimento do produto e modernização tecnológica.

Despojado da dimensão de autonomia, o desenvolvimento urbano só pode ser, na melhor das hipóteses, uma espécie de modernização com redução da pobreza e de riscos e danos ambientais, sob a tutela de elites dirigentes mais esclarecidas (SOUZA, 1998, p.9;23).

Neste contexto, argumenta-se que a urbanização de uma sociedade sempre é acompanhada de uma deterioração da vida urbana, com pessoas divididas de forma segregada no espaço.

Existe, neste aspecto, uma verdadeira contradição: de um lado a classe dominante e o Estado reforçam a cidade enquanto centro de poder e de decisão política, de outro o domínio de classe e de seu Estado faz desenvolver a cidade.

O controle do espaço e dos processos desenrolados no interior de um determinado recorte espacial é, de sua parte, uma condição para o exercício do poder, quer seja ele heterônomo ou autônomo. Na opinião de Souza (1997), não há poder sem base territorial, uma vez que esse é o fundamento do acesso às fontes de poder. Enquanto campo de força, o território adere a um substrato espacial, mas é um equívoco confundir ambos.

A propriedade fundiária e seu controle pela classe dominante tem ainda a função de permitir o controle do espaço através da segregação residencial, cumprindo portanto, um significativo papel na organização do espaço (CORRÊA, 2004). A renda fundiária urbana marca de forma durável o desenvolvimento urbano.

A renda fundiária, que é a parte do valor de troca que se destina ao proprietário, e no caso da terra urbana, como é um bem sem valor, mas com preço, como lembra Lojkine (1997), se constitui num tributo que se paga ao proprietário da terra e que resulta do monopólio da terra por uma classe. Sua principal manifestação espacial reside, a nosso ver, no fenômeno da segregação, produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo.

Na avaliação de Ultramari e Moura (1996):

Na verdade, o que se paga pela propriedade é o direito ao seu uso e ao que estiver em seu redor. Essa renda diferencial somada à renda absoluta, que é o valor intrínseco do imóvel ou do pedaço de terra, formam a renda fundiária urbana. O mercado imobiliário, no momento em que possibilita a posse de sua mercadoria apenas a quem detém condições de pagar por ela, passa a promover desigualdades. Serve-se de mecanismos que conferem ao solo urbano funções alheias à sua utilidade, enquanto bem essencial (ULTRAMARI; MOURA, 1996, p.12)

No Brasil, nos anos 1980, em contraposição a esta forma de exploração econômica, surgiu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Grazia (2003) lembra que essas preocupações emergiram no cenário nacional com a re-

democratização, que permitiu o aparecimento de mobilizações sociais que reivindicavam mudanças nas políticas públicas. Na opinião de Castells (1987), uma política urbana - conjunto coerente de intervenções de gestão - não surge apenas como um efeito automático face a um desregramento do sistema, mas exige a intervenção direta - por meio da ação – de uma força social sobre o sistema político.

Foi no final da década de 1980 que, segundo Souza (2004), amadureceu a concepção progressista de reforma urbana. Essa concepção pode ser caracterizada como um conjunto articulado de políticas públicas de caráter re-distributivista e universalista, voltado para o atendimento dos seguintes objetivos: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades. Emergiram, assim, modelos de planejamento e gestão, orientados pelo ideário da reforma urbana, enquanto reforma institucional e social, que se tornou referência ao alcance da cidadania.

A tradicional visão de planejamento centralizador e autoritário, de monopólio do processo de planejamento pelo Estado, de cidade planejada *versus* cidade irregular, de cidade onde não há lugar para diferença e onde a renda urbana é cada vez mais concentrada nas regiões nobres do território, começa a ser mudada, segundo Alfonsin (1997), a partir da introdução do ideário de reforma urbana e dos instrumentos propostos por esse ideário. Santos Jr. (2001) assinala que o ideário reformista representa uma nova forma de luta democrática, cuja questão da cidadania se dá na criação de uma maior participação popular no plano jurídico-institucional.

Nesse sentido, a reforma urbana diferencia-se de simples intervenções urbanísticas, mais preocupadas com a funcionalidade, a estética e a ordem do que com a justiça social, não obstante ela conter uma óbvia dimensão espacial. Para Souza (2006), a idéia do urbanismo reformista é domesticar as ações da iniciativa privada e das forças de mercado dentro da cidade a partir de um amparo legal baseado em planos diretores e/ou instrumentos legislativos. Para este movimento, no preço da terra está escondida a redistribuição do valor produzido em outro lugar e a ele incorporado: a mais-valia. Neste caso, há uma apropriação do trabalho coletivo em proporção maior do que a área do terreno possibilitaria e o comprador do espaço continua comprando valor de uso da distância que une sua moradia a diferentes lugares.

A perspectiva do ideário da reforma urbana expressa uma nova necessidade de conhecimento e de entendimento da complexidade da realidade urbana. Neste sentido, Ribeiro e Cardoso (2003) caracterizam o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) pelo diagnóstico centrado nas desigualdades sociais e políticas, que atingem as camadas populares da cidade; logo, o desígnio é democratizar o uso do solo urbano e a participação direta na gestão da cidade:

Consideramos reforma urbana como “o conjunto de processos sociais e institucionais que, expressando ideais de justiça social no espaço urbano, adquiriu visibilidade pública no país, a partir dos momentos que antecederam a instalação da Assembléia Nacional Constituinte” (RIBEIRO, 1990, p. 13).

Trata-se de uma proposta de democratização da cidade por meio de um inédito contexto de discussão política que, na avaliação de Santos Jr. (2001), relaciona o ativismo social com o fortalecimento de leis que favoreçam à justiça social na cidade. Para o autor, o direito à cidade seria entendido num duplo significado: como direito de acesso aos bens e serviços que garantam condições de vida urbana digna, culturalmente dinâmica e condizente com os valores éticos humanitários; mas também como direito dos cidadãos à informação e à participação política na condução dos destinos da cidade.

Na avaliação de Grazia (2003), as ações fundamentais giram em torno de três princípios básicos: a inversão de prioridades dentro da cidade, a função social da cidade e a gestão democrática. Para a autora, é preciso que prevaleça o interesse comum ao interesse individual de propriedade, o que implica o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado da cidade. A função social da propriedade e da cidade significaria o uso socialmente justo e equilibrado do espaço urbano, pois expressa as exigências fundamentais para a reversão da dominação do capital imobiliário na apropriação do espaço urbano.

Os objetivos dos instrumentos urbanísticos da reforma urbana são, segundo Alfonsin (1997), a adequação da propriedade à sua função social; priorização do direito de moradia sobre o direito de propriedade; o controle efetivo da utilização do solo urbano nas ZEIS; a preservação do meio ambiente natural e construído; a implementação de infra-estrutura básica, serviços, equipamentos comunitários e habitação; a inibição da especulação imobiliária em relação às áreas urbanas situadas nas ZEIS; o incentivo à participação comunitária no processo de

urbanização e regularização fundiária das ZEIS; e o respeito à tipicidade e características das áreas quando das intervenções tendentes à urbanização e à regularização fundiária. Os instrumentos urbanísticos têm também, para Guimarães e Abicalil apud Santos Jr. (1995), o objetivo de submeter a propriedade privada do solo urbano ao cumprimento de uma função social da cidade.

Há instrumentos regulatórios cujo caráter é eminentemente de promoção de justiça social, como o IPTU progressivo (SOUZA, 2004). O IPTU progressivo no tempo tem potencialidades de coibição da atividade especulativa em larga escala e de geração de recursos direcionáveis para dotação de infra-estrutura e regularização fundiária de áreas residenciais segregadas. É capaz de colaborar tanto para evitar a formação de vazios urbanos quanto para minorar a espoliação urbana.

A própria legislação urbanística consolidada, foi, em grande parte, geradora e responsável pela irregularidade dos assentamentos humanos formados por população de baixa renda no Brasil (ALFONSIN, 1997). A usucapião torna-se então um instrumento importantíssimo de regularização fundiária. Assenta-se sobre uma relativização do direito de propriedade, em nome da defesa de interesses legítimos como a garantia da apropriação da casa, nas situações em que o ocupante não tem o título jurídico da posse.

Outro importante instrumento de regularização fundiária acrescentado à legislação brasileira por incentivo e pressão política do Movimento Nacional de Reforma Urbana, é o “solo criado”, nome popular do instrumento conhecido como concessão ou outorga onerosa do direito de construir, que, segundo Souza (2004), constitui uma forma de tentar, via Estado, capturar para a coletividade uma parte da valorização imobiliária, e tem vocação para ser um tributo de caráter progressivo.

Além desses instrumentos, há a “concessão do direito real de uso”, para legalizar a posse de ocupantes de terrenos públicos. Trata-se de um contrato por tempo ilimitado entre o poder público e os ocupantes, extinguindo-se caso o concessionário venha dar ao imóvel outra destinação que não a de moradia para si próprio e sua família ou caso o concessionário venha a adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel. Não chega a se dar a transferência da propriedade, muito embora os ocupantes recebam garantias e vejam sua situação ser regularizada.

Na avaliação de Ribeiro e Cardoso apud Santos Jr. (1995), os principais objetos de intervenção do ideário da reforma urbana são a propriedade privada da terra, o uso do solo urbano e a participação direta das camadas populares na gestão da cidade e a crítica à apropriação privada do solo urbano e da decorrente renda fundiária gerada na produção da cidade.

A proposta do ideário da reforma urbana no Brasil vem corroborando desde 2001, quando da promulgação do Estatuto da Cidade, para regulamentar as intervenções públicas no espaço urbano. O Estatuto da Cidade é uma lei que resgata a necessidade de se instituir instrumentos participativos para a construção de novo parâmetro para o planejamento e a gestão da cidade.

Verifica-se, então, uma ampliação do papel historicamente desempenhado pelos municípios na elaboração e implementação de políticas habitacionais. Segundo afirma Cardoso (2007), as experiências de urbanização e regularização de assentamentos precários disseminam-se ao longo da década de 90 em quase todas as grandes cidades do país, porque:

A Constituição Federal, em 1988, instituiu um novo marco no quadro jurídico-institucional, destacando-se o artigo 182, em que se estabelecem os princípios da função social da cidade e da propriedade. Os instrumentos propostos foram regulamentados no âmbito do Estatuto das Cidades, aprovado em 2001. Desde então o Estatuto das Cidades passa a se configurar como o principal quadro normativo que orienta as ações na área da política urbana no país (CARDOSO, 2007, p.12).

Embora ainda em fase inicial de implementação e com poucos resultados práticos já comprovados, o Estatuto da Cidade se constitui um instrumento estratégico para viabilizar o desenvolvimento das cidades, considerando a necessidade de prever sua sustentabilidade. Sobre este tema, Cymbalista (2001) considera que grande parte de nossas cidades é constituída por assentamentos irregulares, ilegais ou clandestinos, que contrariam de alguma forma os padrões legais de urbanização e aborda os itens dos quais pode se beneficiar a parcela da comunidade excluída do direito a viver em uma cidade digna. Os instrumentos que fazem parte do Estatuto da Cidade situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir – mais do que normatizar – as formas de uso e ocupação do solo; uma nova idéia de gestão que incorpora a

idéia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade; e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas.

Os potenciais resultados da aplicação democrática dos instrumentos propostos no Estatuto da Cidade são muitos: a democratização do mercado de terras; o adensamento das áreas mais centrais e melhor infra-estruturadas, reduzindo também a pressão pela ocupação das áreas mais longínquas e ambientalmente mais frágeis; e a regularização dos imensos territórios ilegais (CYMBALISTA, 2001, p. 5).

Para Grazia (2003), esta é uma lei de desenvolvimento urbano para regulamentar a função social da cidade, por meio do controle social e fiscal sobre as disposições da propriedade no espaço urbano. Além de reafirmar a importância da implementação de um planejamento politizado.

No debate sobre a questão urbana, ganhou importância a política local como uma esfera viável de reversão da lógica segregadora e espoliadora da urbanização. A cidade começa a ser considerada como uma realidade ou um sistema, onde o bom funcionamento de cada um de seus elementos é fundamental para o bom funcionamento do todo e vice-versa.

A Constituição Federal determina que os municípios, através de seus planos diretores, disporão, dentre outras matérias, sobre o zoneamento urbano, ordenação das cidades, proteção e preservação do meio ambiente, de seus recursos hídricos, bem como a identificação de vazios urbanos e áreas subutilizadas (ALFONSIN, 1997). O artigo 148 dispõe que os municípios, através de seus planos diretores, deverão se preocupar em regulamentar que, em áreas determinadas, seja feito o adequado aproveitamento do solo não edificado, subutilizado ou não utilizado. Acrescenta-se, ainda, que as terras públicas situadas dentro do perímetro urbano, quando subutilizadas ou não utilizadas, serão destinadas ao assentamento da população de baixa renda.

A aplicação do Plano Diretor Urbano (PDU), que sempre foi identificado no Brasil como um instrumento ideológico que visava frear possíveis contestações políticas na cidade (VILLAÇA, 1999), torna-se um exemplo de uma nova articulação política na Constituição Federal.

Os objetivos mais imediatos dos instrumentos regulatórios previstos no plano diretor são, segundo Souza (2004), inibir a especulação imobiliária, propiciar uma boa qualidade ambiental por meio da inibição do adensamento excessivo, da

degradação do meio ambiente ou da dilapidação do patrimônio histórico-arquitetônico, induzir ao rebaixamento geral do preço da terra, propiciar o aumento da arrecadação tributária e garantir uma alocação espacial de recursos mais justa.

Com a emergência da idéia de plano diretor como promotor de igualdade social, que para Lima (2001), foi influenciado pelo debate sobre reforma urbana, o zoneamento devia ainda ser usado para esse propósito e, apesar do zoneamento alternativo social estabelecido em 1992 - particularmente os esquemas de zoneamentos adicionais, direcionando melhoramentos na infra-estrutura e políticas de conjuntos habitacionais em Zonas Especiais de Interesse Social - foi estabelecido no Plano Diretor Urbano do Município de Belém (1993) um esquema de zoneamento baseado na diferenciação de uso do solo, sem que houvesse consideração pelas diferenças sociais (LIMA, 2001).

O autor afirma, ainda, que há uma dissociação entre regulamentos urbanos e fiscais, além de falta de compreensão das relações entre os padrões urbanos. Aspectos sociais possivelmente compensatórios poderiam resultar do controle sobre a distribuição de uso do solo e parcelamento da terra, porém, a implementação inadequada limita a capacidade da política urbana local em assegurar um funcionamento social e econômico mais efetivo das diferentes partes da cidade.

Em uma avaliação crítica à promulgação de tal lei, considera-se que a exigência de elaboração de Planos Diretores foi uma resposta dos conservadores aos avanços do MNRU, na Assembléia Constituinte formada em 1987, contudo as contingências particulares da época deram ao Plano Diretor Urbano (PDU) o status de instrumento da Reforma Urbana. Para Souza (1998):

Aos instrumentos de planejamento específicos cumpriria definir os parâmetros legais, no contexto do plano diretor, para a efetivação dessa domesticação da propriedade privada ou da função social da cidade. Não se trata de negar a propriedade privada ou fazer-lhe oposição sistemática, mas sim de uma estratégia que visa ao amparo na legalidade e busca jogar com as próprias contradições da sociedade existente, na expectativa de que a propriedade privada pudesse ser domesticada, desempenhando uma função social, o que tornaria a própria cidade mais justa (SOUZA, 1998, p.).

Porém, para o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), trata-se de incorporar aos planos diretores, princípios tais como a gestão democrática da

cidade, o fortalecimento da regulação pública do solo urbano e uma inversão de prioridades inspirada nos ideais de justiça social.

Enquanto os planos diretores convencionais estão vinculados ao planejamento regulatório clássico, com forte influência do urbanismo modernista, os novos planos diretores são aqueles elaborados mais claramente sob a égide do ideário da reforma urbana, no momento em que este ideário já passava por uma reconversão para o “planejamento politizado”, uma versão de esquerda do planejamento estratégico situacional de Matus (1989).

Visto que um zoneamento funcional pode ser um instrumento de exclusão e um plano diretor tecnocrático pode ser um instrumento de legitimação da classe dominante, há diretrizes para o plano diretor da cidade, no sentido de promover o desenvolvimento do sistema produtivo com a devida integração das parcelas marginalizadas, incentivando sua participação, bem como o controle social nas ações da municipalidade.

Ainda assim, na avaliação de Souza (2004), com a transferência das responsabilidades para os planos diretores municipais e o esvaziamento de uma amarração da reforma urbana em nível nacional, ocorreu uma derrota estratégica.

Nesse sentido, Guimarães e Abicalil apud Santos Jr. (1995) apontam que a obrigatoriedade de planos diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes, determinada pela Constituição Federal, não surgiu da pressão popular ou das necessidades das administrações municipais, e pode ser explicada partindo da idéia de que a unificação do movimento popular pela reforma urbana e, conseqüentemente, os avanços que obtiver, poderiam ser freados ou mesmo enfraquecidos com sua dispersão; daí deixar-se para uma instância político-administrativa mais pulverizada (os municípios) definições como a da função social da propriedade e, por conseguinte, a das prioridades no processo de desapropriação.

No caso do Município de Belém:

Anos após a promulgação de seu Plano Diretor Urbano, o governo local em Belém ainda luta para implementar os regulamentos urbanos socialmente orientados. Apesar da combinação dos regulamentos comuns do uso do solo com o zoneamento alternativo ter parecido adequada para atingir os objetivos sociais estabelecidos pelo Plano Diretor Urbano, que favorece ao *status quo* na cidade, suas suposições funcionalistas sobre a configuração

presente, especialmente da periferia, causam impedimentos nos mecanismos fiscais delineados no mesmo plano (LIMA, 2001, p. 342).

Diante da carência de moradias, típica de cidades de países periféricos, a manutenção de grande quantidade de terra urbanizada em ociosidade, valorizando-se artificialmente na esteira da especulação imobiliária é, para Alfonsin (1997), um atentado aos direitos coletivos, expressos na exigência constitucional de que a propriedade cumpra uma função social, a qual está muito voltada para o processo de valorização imobiliária.

Porém, no entendimento de Souza (2004), o ideário da reforma urbana encontra-se atualmente em uma encruzilhada. Ele se ressentido de diversos problemas, como a crise, em muitas cidades, desde os fins dos anos 1980, dos movimentos sociais urbanos que haviam dado um suporte decisivo ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). O que parece certo, é que os instrumentos regulatórios que permitem alterar os rumos da segregação habitacional, não têm o alcance de promover o desenvolvimento urbano.

Embora se considere extremamente importante o controle especulativo, é preciso considerar, também, outros elementos que ultrapassem a dimensão material, pois, na avaliação de Souza (2006), existem aspectos da ordem imaterial, que caracterizam a vida urbana e são fundamentais para a construção de um planejamento e uma gestão democrática.

De todo modo, avalia-se que a reforma urbana é necessária, porque a maioria da população brasileira mora nas cidades e, segundo Rodrigues (1989), a maior parte se encontra em favelas, cortiços ou loteamentos clandestinos na periferia não-urbanizada, e não consegue participar do mercado imobiliário devido ao seu baixo poder aquisitivo e ao alto preço da moradia, objeto de especulação.

A reforma urbana é necessária, também, porque apenas uma parte da população tem acesso à infra-estrutura, aos equipamentos e aos serviços públicos urbanos, embora a cidade seja uma construção coletiva.

Analisar este ideário à luz das práticas desenvolvidas pelos técnicos e urbanistas e pela população moradora do Paracuri 3, ajuda a compreender como este instrumental tem sido mobilizado no trabalho técnico e nas lutas políticas cotidianas.

3.A BACIA DO PARACURI E SUA INSERÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE BELÉM

3.1.A produção do espaço urbano de Belém e as áreas alagadas

Pensar o significado de áreas alagadas como a ocupação Paracuri 3, é pensar sua relação com a metrópole belenense. Tal ocupação é entendida enquanto espaço segregado, socialmente excluído, com insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários, situação em que Santos apud Trindade Jr. (1997) consideraria como espaços “sem cidadãos”. Para os habitantes destes espaços, conforme afirma o autor, é negado o direito à cidadania; os meios de consumo coletivos estão ausentes ou são insuficientes, como se as pessoas lá não estivessem.

Áreas alagadas como a bacia do Paracuri, são locais onde a moradia é efetivada por pessoas de baixa renda e que geralmente têm um contato com a metrópole marcado pela distância, tanto aquela do ponto de vista físico, ou aquela onde existe uma distância “social”, em que as condições de acesso são precárias.

Segundo Trindade Jr. (1997), novos padrões de segregação residencial são definidos a partir de alguns processos muito comuns nos grandes centros urbanos, a saber: saída da elite do centro para áreas privilegiadas, ocupação das áreas centrais pela população de baixa renda e expansão da periferia distante por uma camada imigrante e de baixo status social.

No caso de Belém, é recorrente que ocupações se localizem em áreas em torno de igarapés e rios urbanos, o que evidencia a relação histórica de seus habitantes com a água. Essa relação com a água, é, segundo Martins (2006), na maioria das vezes, anterior ao processo de ocupação dessas áreas e pode ser um fator decisivo na escolha da moradia pelos ocupantes, já que elas apresentam semelhanças com os lugares de origem dos ocupantes, que na maioria das vezes são provenientes do interior do Estado.

Desta forma, as áreas alagadas situam-se como uma parte da reprodução do espaço metropolitano, com características específicas de uma região como a amazônica. Entre elas, o fato de que nestas áreas a população vive em contato

direto com o rio (Fotografia 1), condição que marca a sua especificidade. O rio é, então, uma condição de reprodução social das pessoas que lá moram, o que faz dele produto, condição e meio de existência social.



Fotografia 1: Igarapé Paracuri.

Comentário: Vista do igarapé Paracuri e de palafitas em sua margem.

Foto: Yuko Hoshino, 26/112005.

No caso específico de Belém, Trindade Jr. (1997) considera que a extensão original das terras alagadas ou sujeitas a alagamento chega a ser significativa no conjunto do sítio urbano da cidade – cerca de 40%. A forma de produção do espaço nessas áreas confere, por conseguinte, uma certa particularidade às mesmas; daí a sua importância enquanto unidades de análise.

Para o autor, a imagem que se tem das baixadas, a partir da experiência cotidiana da vida urbana, está diretamente relacionada à precariedade de moradia e dos equipamentos de consumo coletivo que apresentam, e costuma-se identificar as baixadas a partir de certas características que se remetem às condições sócio-econômicas de seus moradores. Acrescentam-se a esse perfil, as condições de insuficiência e precariedade dos serviços e equipamentos urbanos e comunitários, bem como as deficiências de infra-estrutura.

Os alagados de Belém são ocupados principalmente por migrantes que, em busca de melhores condições de vida, procuram a cidade grande. Abelém (1989) observa, na época de seu estudo, que não era dos lugares onde está havendo conflitos de terra, onde o capitalismo está avançando mais celeremente, como no sul do Pará, que vêm os migrantes das baixadas. Eles se originavam de municípios próximos a Belém, cujo acesso é mais fácil. Segundo a autora, isto demonstra a perda de atração da capital paraense com relação a outras cidades beneficiadas com os novos eixos rodoviários, tais como Santarém, Marabá, Altamira e outras fora do estado.

A autora avalia que:

O migrante, ao chegar à cidade, vê dissipada sua ilusão de liberdade de opção pelo emprego que mais lhe convém ou agrada. Muitas vezes não encontra nenhuma chance de obter qualquer emprego no mercado formal de trabalho. recorre então ao mercado informal – de qualquer forma a cidade lhe oferece maiores vantagens do que o campo em termos de oportunidades de educação, de assistência médica e também de trabalho – desempenhando diversas atividades nas quais geralmente tem a participação de toda a família.

Conseguindo um rendimento pequeno, não tem igualmente o direito de opção por local e tipo de moradia: terá que procurar a solução mais viável para se instalar com a família, e esta será a de ocupar áreas insalubres ou afastadas do centro, ou ainda encostas de morros, enfim aquela ainda não sujeita à especulação do mercado imobiliário (ABELÉM, 1989, p.21-22).

Segundo Abelém (1989), morar nas baixadas é um mecanismo de sobrevivência na cidade, e torna-se evidente que, com a urbanização, esse mecanismo será desarticulado. A população acaba por se antecipar ao poder público no processo de desenvolvimento urbano, estabelecendo-se em áreas onde têm garantias de que não há despesas fixas, caracterizando-se uma localização residual, ao invés de se estabelecer escolhendo uma área da cidade com fácil acesso ao mercado de trabalho.

São áreas com poucas ruas já trabalhadas, como se pode observar através da Fotografia 2, sendo sua consolidação obtida por aterro fornecido pela prefeitura municipal e realizada pela população em mutirão. Muitas vezes é a própria população que consegue o material de aterro - caroço de açaí, serragem de madeira e casca de castanha. Trata-se pois, segundo Abelém (1989), de soluções espontâneas encontradas pelos moradores para poderem habitar as baixadas. São terrenos sem qualquer infra-estrutura física, geralmente pertencentes à prefeitura ou

a particulares, que passaram a ser ocupados por casebres de madeira, cujo acesso é possível graças a pontes de madeira - estivas - construídas por seus moradores (ABELÉM, 1989).



Fotografia 2: Rua da Paz, Paracuri 3.

Comentário: Vista da disposição das casas em rua aterrada, na ocupação.
Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Já Lefèbvre (1991), ressalta que:

O espaço informal é duramente constrangedor nas periferias e subúrbios, onde os bairros emergentes completam os subúrbios residenciais. Esses espaços separados da produção, como se neles se pudesse esquecer o trabalho produtivo, são os lugares de recuperação. São precisamente lugares onde se reproduzem as relações de produção. Através das contradições existentes entre habitat, as segregações e a centralização urbana – que se torna essencial para a prática social – se manifesta uma contradição. Ao permitir a reprodução das relações de produção que são relações de classe, a segregação constitui uma negação teórica e prática ao urbano. (LEFÈBVRE, 1991, p. 128).

Trindade Jr. apud Martins (2006) afirma que, em Belém, esse processo está ligado a três fatores. O primeiro está relacionado à formação do cinturão institucional, em que grandes áreas são apropriadas pelo poder público para servirem de base às instituições, provocando uma espécie de barreira contínua à expansão, após a primeira légua patrimonial. O segundo fator é a concentração dos

investimentos e serviços públicos em terra firme que valoriza a terra e expulsa a população de baixa renda para áreas mais baixas e alagadas. O terceiro fator considerado é o rápido crescimento e empobrecimento da população que ocupam essas áreas, especialmente os migrantes do interior. Esses fatores contribuem para que esses espaços sejam associados à exclusão e à ausência de cidadania.

Dentre os agentes que produzem o espaço urbano, Trindade Jr. (1997) aponta para o papel importante que desempenham os chamados grupos sociais excluídos que, entre outras necessidades e fatores de exclusão a que estão sujeitos, inclui-se a moradia, transformada em mercadoria na relação capitalista.

Para o autor, a forma de se tratar a questão da habitação parece enviesada, no momento em que se coloca a precariedade dessas áreas como algo de *per se*. Esta caracterização, na visão do planejamento e do aparelho de Estado, transformou-se numa espécie de clichê, associando as baixadas às condições sócio-espaciais que expressam uma face da pobreza urbana em Belém:

Se analisarmos o sentido de baixada a partir da imagem ou da concepção que comumente se faz das mesmas, constata-se que a noção de espaço construído socialmente é bem mais difundida, em detrimento à forma natural, geomorfológica, desses espaços. Esta última é muitas vezes desconsiderada. (TRINDADE JR., 1998, p. 26).

A padronização espacial, para Trindade Jr. (1998), rompe com a tendência de uma urbanização predominantemente ribeirinha em Belém, uma vez que as condições naturais e o processo histórico da região aproximavam a cidade para este tipo de forma metropolitana. Ocorre a produção de um espaço inteiramente desvinculado das necessidades subjetivas do homem. No entanto, as particularidades regionais resistiram através da experiência imediata, que permitiu que a reprodução da vida se concretizasse em lugares que mantiveram valores não idealizados para as metrópoles:

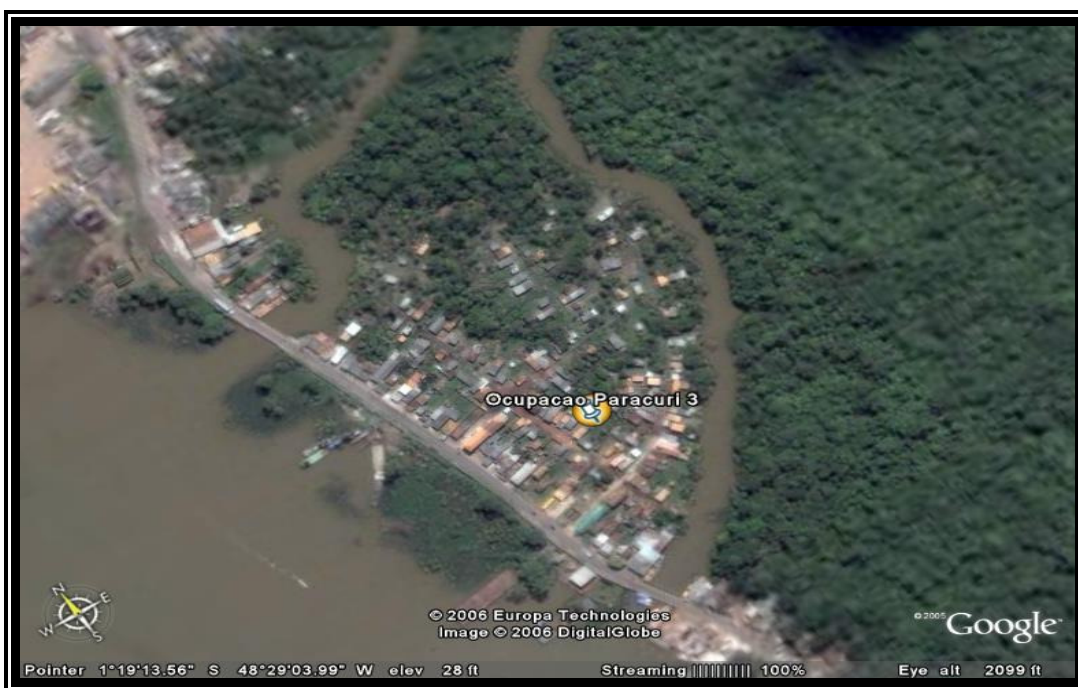
Os efeitos podem ser descritos através de um caso pesquisado por Abelém (1989):

O Plano de Ação Imediata (PAI) previa a remoção de famílias da área que iria sofrer a drenagem para a construção do canal e aterramento da mesma. No entanto, o plano não teve o sucesso esperado, uma vez que as famílias não conseguiram se fixar na área para a qual foram removidas. A área para intervenção não recebeu o tratamento prometido, as famílias que permaneceram na área não foram beneficiadas; e a valorização do espaço

ficou garantida, não só no local, como também na área destinada à remoção.

Iludidos com o discurso da facilidade de aquisição da casa própria, os moradores mostram-se bastante descontentes. Observa-se que as casas não atendem às necessidades de seus moradores e percebe-se igualmente que, se fosse facilitada a construção por sua conta, estariam mais satisfeitos (ABELEM, 1989, p.121).

Segundo afirmação de Abelém (1989), é comum atribuir-se à ruralidade uma série de características das pessoas pobres da cidade, “sem levar em consideração que pessoas que nasceram em áreas urbanas também as possuem e, ainda mais, que o homem do campo, quando vem para a cidade, principalmente para a capital, já acumulou uma série de experiências urbanas, seja por ter morado algum tempo em cidades menores (migração por passos), seja com atividades relacionadas com a cidade, apesar de morar em área rural”, enfim, conhece o mecanismo urbano que lhe possibilita sobreviver na cidade, e dele faz uso.



Fotografia 3: Imagem aérea de Belém

Comentário: Vista superior da ocupação, entre dois igarapés e à margem da baía.

Fonte: Google Earth, 05/07/2005.

Desta forma, não se percebe que eles estão altamente integrados à vida da cidade:

Dela fazem parte procurando usufruir de suas vantagens à medida que lhes é permitido. Possuem forte poder associativo e participam dos problemas locais através da ajuda mútua, o que é demonstrado pela própria possibilidade de habitar as baixadas. Esquece-se que foram eles que tornaram boa parte dessas áreas habitáveis, através do aterro e da construção de estivas (ABELÉM, 1989, p.137).

No entanto, o morar na baixada é percebido de maneira diferente até entre os próprios moradores. Para os trabalhadores de baixa renda, morar em baixadas representa a possibilidade de adquirir casa própria. Segundo Abelém (1989), para muitos o único inconveniente é o alagado, a lama; mas para outros nem isso conta.

A ocupação urbana do Paracuri é, também, um produto desse processo de reprodução do espaço capitalista, cuja abstração se repete em níveis distintos e hierarquizados. Trata-se, segundo Souza (2006), de um espaço ainda não valorizado pelos agentes capitalistas, menos pelas condições topográficas desfavoráveis, do que pelo significado de assentamentos humanos segregados – baixadas - em Belém.

3.2. Paracuri: caracterização sócio-espacial de um assentamento espontâneo

O bairro do Paracuri, em Belém, é tradicionalmente conhecido pela sua forte ligação com o artesanato, pois é do igarapé Paracuri e de outros igarapés vizinhos que os artesãos de Icoaraci retiram argila, matéria-prima para produção da tradicional cerâmica marajoara.

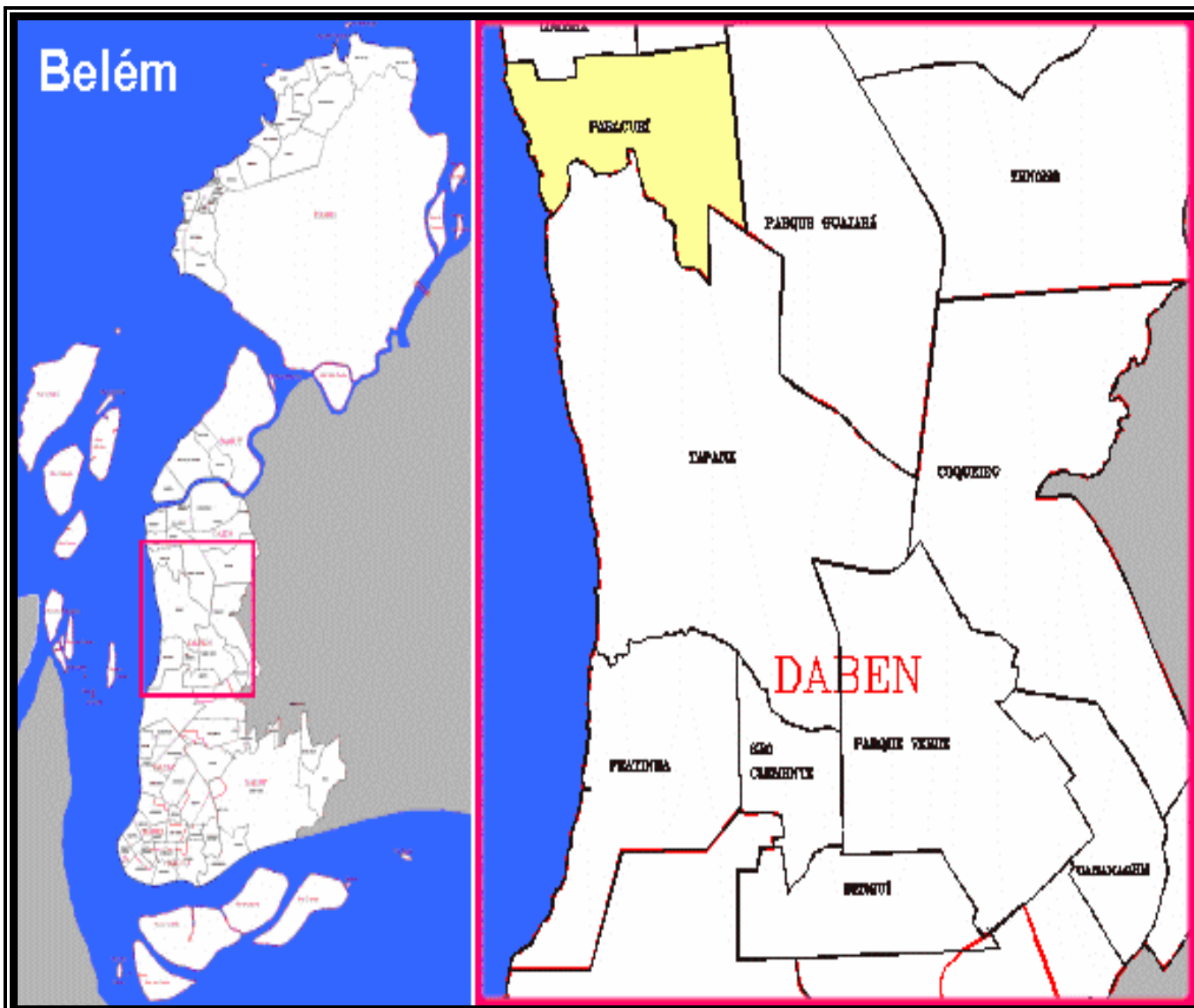
Em 1997 alguns moradores do bairro da Pratinha, localizado no distrito vizinho (Bengui), ocuparam as margens livres do igarapé Paracuri e deram origem à ocupação Paracuri 3. Este assentamento humano tem uma posição geográfica privilegiada por estar situado próximo à orla fluvial e entre dois igarapés e às margens da Rodovia Arthur Bernardes, mas tem a desvantagem de se localizar distante do centro da cidade como demonstra o Mapa 2 (ABRAHÃO, 2006).

A ocupação Paracuri 3 é uma opção de moradia para quem não tem recursos para custear a permanência nas áreas centrais da Região Metropolitana e, ao mesmo tempo, é um local estratégico como entreposto para quem exerce atividades que dependem da proximidade do rio, basta observar a quantidade de serrarias e estâncias sediadas na área. Segundo Samarone (2006), trata-se de uma ocupação em um terreno de marinha, na orla de Belém em frente à Baía do Guajará. A área pertence, portanto, à União, e enfrenta os mesmos problemas de outras ocupações irregulares.

Segundo descrição de Cardoso (2002), os assentamentos da Arthur Bernardes foram originadas na rua principal e dirigidas a um rio, como se pode observar através da Fotografia 2. São exemplos de ocupações recentes típicas da área de expansão de Belém, onde assentamentos informais e conjuntos habitacionais são desconectados de suas redondezas. A autora ainda complementa:

Nos assentamentos localizados entre a avenida Arthur Bernardes e o rio Bacuri, as ruas ainda estão em processo de formação (aterro), em condições físicas de um modo geral são bastante precárias. Os habitantes pobres que migram para as cidades procuram por melhores perspectivas de vida para superar a sua pobreza. Eles buscam uma gama mais ampla de meios legais de acesso (direito de acesso à renda, à saúde, à educação), melhores provisões (acesso à habitação, infra-estrutura e serviços públicos ao menor custo), e liberdade de seguir suas motivação, por meio de escolhas e definição de prioridades que permitem a ampliação das

perspectivas de longo prazo do indivíduo, da família e da comunidade em relação às condições de vida presentes (CARDOSO 2002.p.79).



Mapa 2: Localização geográfica da área do Paracuri

Comentário: Desenhos da posição geográfica de Belém e detalhe do bairro do Paracuri.

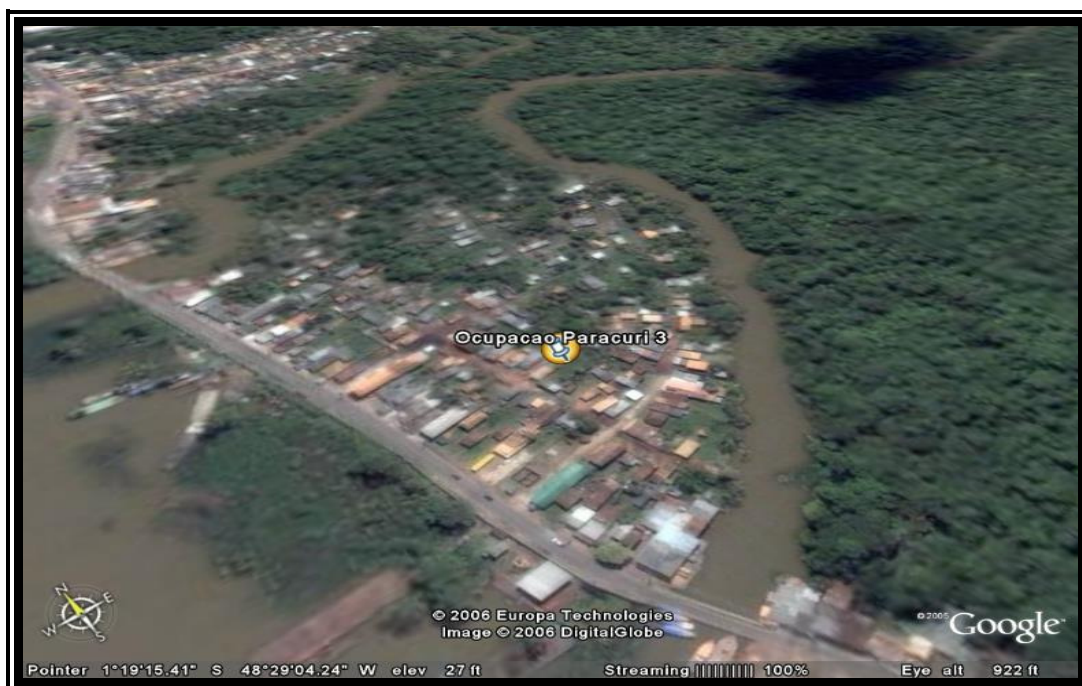
Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 1997.

Legenda:

- Área do Paracuri
- Baía de Guajará

Analisando-se aspectos ambientais, históricos, espaciais, econômicos, sociais, culturais e paisagísticos, além do histórico de políticas públicas implementadas na área, a história da ocupação e as condições de vida dos habitantes de um assentamento do Município de Belém, observa-se uma população com cultura ligada ao ideário ribeirinho, marcada pela segregação urbana e pela degradação habitacional devido à falta de acesso a serviços básicos de infraestrutura urbana e aos serviços públicos obrigatórios.

Na área pesquisada, a cobertura vegetal original ainda é significativa, como mostra a Fotografia 4. Para Cardoso (2002), os rios servem como fonte de matéria prima para a produção da cerâmica que caracteriza a região, como via de escoamento da produção de tijolos e artefatos de cerâmica e como local de lazer da população (balneário), em que pese a contaminação da água causada pelo lançamento de esgoto *in natura* nos mesmos.



Fotografia 4: Imagem aérea de Belém

Comentário: Vista da ocupação, às margens do igarapé Paracuri.

Fonte: Google Earth, 05/07/2005.

Grande parte dos moradores da ocupação, informa Samarone (2006), é proveniente de locais como a Ilha do Marajó, destacando-se a cidade de Muaná, e as do Baixo Tocantins, no caso dos moradores oriundos de Igarapé-Miri. Segundo o

autor, os motivos da migração são diversos, mas destaca-se a procura por melhores oportunidades de trabalho ou emprego; para alguns, motivos comerciais ou mesmo a troca de ramo de negócio obrigou a mudança de local.

Segundo informação da Associação de Moradores, a ocupação Paracuri 3 é constituída por 160 casas e vivem na comunidade cerca de 100 jovens em idade inferior a 14 anos, sendo 60 crianças na faixa etária entre 5 a 10 anos. A Fotografia 5 oferece uma vista parcial da disposição das habitações e da configuração das ruas na área da ocupação.



Fotografia 5: Rua da Paz, Paracuri 3.

Comentário: Vista da disposição das casas em rua atterrada, na ocupação.
Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

No intuito de descrever fisicamente a área, percebe-se que, em sua grande maioria, as casas possuem apenas dois cômodos e são habitadas por uma ou duas famílias. Muitas residências não possuem banheiro interno, e estes, por não possuírem fossa, despejam o esgoto sanitário diretamente nos igarapés Paracuri e Bacuri. Quando ocorre a maré cheia, a água do igarapé Paracuri infiltra-se nos poços de abastecimento das casas, carregando consigo resíduos de esgoto doméstico e industrial. Este quadro implica em permanente contaminação dos solos

e das águas que servem para o abastecimento das casas e como fonte de alimento através da pesca.

Para os moradores da área, o espaço das ruas funciona como uma extensão do espaço privado, o que se confirma através da Fotografia 6. As pessoas ainda temem remoções, e na análise de Cardoso (2002), tem uma condição mais marginal e mais dificuldades relacionadas à infra-estrutura do que em outros lugares, já que as ruas ainda não estão propriamente definidas em direção às bordas e não há água encanada.



Fotografia 6: Faixas etárias

Comentário: Presença de crianças e de idosos na ocupação Paracuri 3.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Segundo a própria autora:

Algumas famílias possuem poços, que são compartilhados com a vizinhança; estivas formam as bases das ruas a partir da rodovia. A atividade industrial em frente ao assentamento ajuda a diversificar as atividades comerciais e serviços, criando uma diferença visível entre os usos e tipologias que fazem a rodovia e aqueles internos ao assentamento (CARDOSO 2002. p.187).

Uma característica relevante sobre a área é a quantidade de empresas localizadas nas proximidades, principalmente às margens da Rodovia Arthur

Bernardes. A maioria são estâncias⁶ que costumam empregar parte da mão-de-obra local. Dentre as principais empresas podemos citar: Estância Brito, Estância Paracuri, Estância El Shadai, Estância Apocalipse, Estância Beirada, Estância Braga, Estância São Miguel, Estância Porto Seguro, SNI - fabricante de hélices, BRASILIT Indústria e Comércio Ltda. e frigorífico SOCIPE - Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária de Belém. Esta característica não é muito diferente do restante da orla fluvial de Belém, que em geral é ocupada por empresas, a exemplo do que ocorre ao longo da Avenida Bernardo Sayão, no bairro do Guamá, em Belém.

O emprego nas estâncias costuma ser temporário e sem carteira assinada, pois consiste basicamente em serviço braçal, como carregar e descarregar carretas, onde os trabalhadores recrutados recebem pagamento diário ou por semana. Por ser um trabalho esporádico ou sazonal, é muito comum, segundo Cruz (2006), presenciar pela manhã um aglomerado de moradores na entrada das ruas da ocupação à espera de um trabalho. A escassez de empregos fixos aumenta a marginalidade na área, principalmente entre os jovens, que passam a maior parte do dia sem qualquer ocupação. No máximo 20 (vinte) moradores da ocupação trabalham com carteira de trabalho assinada. Alguns moradores afirmaram que sua subsistência vem da pesca de mariscos, camarão e siri, realizada no igarapé Bacuri.

Para as mulheres, há mais possibilidades de emprego na região central de Belém, mas o deslocamento até lá só é compensado, caso haja possibilidade de dormir nas casas onde trabalham, pois a infra-estrutura de transportes entre estas áreas e o tempo despendido na viagem, inibem o deslocamento diário; a infra-estrutura de transporte urbano na área, se restringe às linhas de ônibus que trafegam pela Rodovia Arthur Bernardes, com serviço ainda deficiente, pois não atende à demanda crescente de viagens ao bairro de Icoaraci e à área central do município de Belém (ABRAHÃO, 2006)

Os trabalhos que as mulheres têm maior facilidade em conseguir são, como informa Brasil (2006), em geral, na função de doméstica em residências de baixo padrão aquisitivo, o que lhes rende por mês, em média, 30% de um salário mínimo, configurando um quadro aflitivo no que concerne à assistência aos seus filhos, em decorrência, não só da falta de emprego fixo, como também da impossibilidade de

⁶ Termo utilizado no Estado do Pará para designar galpões que comercializam peças de madeira bruta (troncos de árvores, madeiras-de-lei, etc.).

deixar em casa seus filhos menores de idade, enquanto vão em busca de trabalho. Aquelas que conseguem algum trabalho externo, costumam deixar seus filhos aos cuidados de alguma vizinha, já que, dada a precariedade de assistência do poder público, não existem creches na área. Algumas mulheres, porém, possuem uma participação importante na economia doméstica, ajudando na renda familiar através de serviços domésticos ou de atividades autônomas.

Outra atividade que gera renda, é a venda a retalho, uma modalidade de comércio que abrange os consumidores que não têm condições financeiras de comprar o conteúdo integral dos produtos industrializados. Em uma banca, vende-se produtos alimentícios em quantidades pequenas, menores do que na embalagem original (ABRAHÃO, 2006).

Os programas públicos de transferência de renda deveriam complementar a renda de algumas famílias, mas em alguns casos representam a única fonte de renda familiar. O programa bolsa-família atende a quase todas as famílias da área, que recebem mensalmente, em média, 15% de um salário mínimo; o valor da ajuda do programa de transferência de renda do Governo Federal varia de acordo com o número de filhos de um casal: uma família com três filhos recebe 25% de um salário mínimo. Até o ano de 2004, o programa “bolsa-escola”, programa de transferência de renda da Prefeitura Municipal de Belém, contribuía com o valor equivalente a um salário mínimo para cada família inscrita no programa. Apesar destas possibilidades de acesso à renda, na ocupação Paracuri 3, os moradores afirmaram em entrevista que há na área pessoas que não tem rendimentos e passam fome (ABRAHÃO, 2006).

A presença na área de várias empresas madeireiras, estâncias e serrarias, além de contribuir para a geração de renda aos moradores da área, levanta também questões sobre o tema do desmatamento como propulsor do desenvolvimento econômico local, além de produzir uma imagem da orla invadida por propriedades particulares (ABRAHÃO, 2006). O igarapé Bacuri é profundo, inclusive durante o período de maré vazante, e os artesãos oleiros de Icoaraci, de lá retiram o barro com que trabalham. Principalmente por isto, o igarapé já apresenta sinais de degradação ambiental em algumas partes erodidas e assoreadas em seu leito. Mesmo assim, devido à tradição ceramista de Icoaraci, os artesãos ganharam na justiça o direito de

continuar retirando argila desta fonte de matéria-prima, desde que não retirem argila do igarapé nas proximidades da pista da Rodovia Artur Bernardes.

O desmatamento, a contaminação e a poluição da água, também contribuem fortemente para degradação ambiental da área. A contaminação ocorre principalmente devido à ausência de instalações sanitárias adequadas e pelo lançamento direto de lixo e resíduos nas águas por moradores, enquanto a poluição ocorre através do lançamento de resíduos de produtos químicos e resíduos minerais de indústrias instaladas na área. Há um alto índice de mortalidade neste assentamento, relacionado ao contato de pessoas com a água poluída por amianto de uma indústria, que é despejado no igarapé Bacuri (ABRAHÃO, 2006). Um matadouro lança seu efluente líquido diretamente na baía de Guajará e, durante os períodos de cheia da maré, a água da baía enche de resíduos químicos e orgânicos os dois igarapés que margeiam a ocupação Paracuri 3.

Considerando-se tais fatores, a inexistência de um posto ou serviço de saúde pública na área, torna-se um grave problema. As farmácias mais próximas localizam-se no bairro do Tapanã e no centro de Icoaraci, e o atendimento de saúde na área restringe-se a visitas esporádicas de agentes de saúde, que usualmente não trazem consigo medicamentos. Agentes de saúde do programa do Família Saudável⁷, moram em uma área central do distrito e, eventualmente, providenciavam consultas para as crianças da área. Mesmo em casos de emergência, a ambulância do serviço de emergência “192”⁸ demora a chegar à área. Como consequência, os moradores, principalmente idosos e as crianças têm que recorrer ao Pronto Socorro de Icoaraci. Como uma espécie de compensação a esta falta de assistência pública, grande parte dos remédios usados pelos moradores é de origem caseira.

O Estado tem se mostrado não-efetivo quanto ao atendimento dos interesses e necessidades sociais na área e, por outro lado, a quase inexistência de um processo de mobilização e organização, ou seja, o baixo capital social da comunidade, impede que haja pressão sobre o poder público. Assim sendo, a comunidade tem ficado à mercê de ações eventuais praticadas individualmente por políticos, sem que estas venham a transformar-se em políticas públicas.

⁷ Extinto programa de assistência médica preventiva, que atendia de forma ampla os bairros mais distantes do centro do Município de Belém, implantado pela Prefeitura Municipal de Belém nos mandatos do prefeito Edmilson Brito Rodrigues (1997-2004).

⁸ Serviço de pronto socorro ambulante, da Prefeitura Municipal de Belém.

Avaliando-se outros aspectos ligados à vida cotidiana dos moradores da área, Cruz (2006) aponta que o nível de educação dos moradores da área da ocupação também é muito baixo. Existem os não-alfabetizados, mas a maioria das pessoas entrevistadas admitiu possuir o ensino fundamental incompleto. E esta condição parece destinada a se perpetuar, visto que há grande dificuldade de realização de matrícula das crianças da área em escolas públicas, e também de transporte escolar para as crianças se deslocarem até o centro do distrito de Icoaraci ou para outros bairros. Isto geraria um custo diário de passagens de ônibus para as famílias, sendo que parte delas não teria como absorver esta nova despesa.

Já entre os adolescentes, a principal diversão é jogar bola (ver Fotografia 7), porém, também com relação a estes, existem vários problemas: muitos pararam de estudar, acabam se envolvendo com drogas e não possuem uma ocupação. Segundo depoimentos, entre as meninas é comum haver gravidez precoce, o que fatalmente requer o amparo dos familiares. Algumas acabam tendo que trabalhar como domésticas para sustentar os filhos, deixando-os sob os cuidados dos avós. Já entre os meninos, constatou-se o uso de bebidas alcoólicas, marginalidade e uso de drogas.



Fotografia 7: Espaço de lazer.

Comentário: Área para prática de futebol, improvisada entre um conjunto de residências.

Foto: Omar Abrahão, 10/12/2005.

Com relação ao acesso à infra-estrutura urbana, na ocupação Paracuri 3 não existem serviços públicos de distribuição de abastecimento de água e de coleta de esgoto. A extensão das redes destes serviços até a área, demandaria recursos de investimento do poder público e da iniciativa privada, que devem, depois, ser devolvidos às concessionárias investidoras, na forma de tarifas de água, de coleta de esgoto e de energia.

O alto custo do fornecimento de energia elétrica é mais uma preocupação dos moradores (ABRAHÃO, 2006). A distribuidora privada de energia Rede Celpa⁹ instalou, recentemente, medidores de consumo de energia do tipo “olhão”¹⁰ nas residências localizadas à beira da pista da Rodovia Artur Bernardes. O preço mínimo da fatura de energia nas residências contempladas passou para o equivalente a 5% de um salário mínimo, enquanto a tarifa social de iluminação é equivalente a 0,8% de um salário mínimo, nas residências não contempladas com o “olhão”.

No entanto, o maior problema apontado pelos moradores é a falta de rede de abastecimento de água potável. A água utilizada para tomar banho e lavar roupas é a própria água do igarapé. Não há água potável disponível para beber ou para cozinhar, sendo que, no inverno amazônico, em alguns horários do dia, a área do assentamento fica totalmente alagada.

Em geral, a água utilizada para consumo humano, é levada para as casas em baldes, abastecidos na cisterna de uma indústria localizada na área ou em casas vizinhas que possuam poços, mas que estão constantemente sujeitos a transbordamentos e contaminação com água dos igarapés quando a maré enche. Alguns moradores utilizam a água do próprio igarapé para cozinhar, sem deixar de acrescentar gotas de hipoclorito de sódio. Em função da contaminação das águas, há foco de muitas doenças, por isso, relatam alguns, há muitos casos de desintéria e também constantes casos de gripe e outras doenças respiratórias. Apesar da existência de coleta regular de lixo doméstico pela prefeitura, observa-se grande quantidade de resíduos domésticos às margens do Igarapé Paracuri e nas proximidades das casas, o que interfere na vazão de água no igarapé.

⁹ Concessionária privada de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará.

¹⁰ Modelo externo de edidor de consumo da concessionária de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará.

No ano de 2004, o SAAEB¹¹ - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém - tinha previsão de construir na área uma cisterna para abastecimento de água, mas o planejamento incluía o fornecimento de água a uma tarifa mínima equivalente a 2,5% de um salário mínimo, mas com uma previsão de ter alto índice de inadimplência, o que tornou o projeto economicamente inviável (ABRAHÃO, 2006). Na tentativa de solucionar tal problema, os moradores do Paracuri 3 foram orientados pelo SAAEB a comprar tubos, comprometendo-se a autarquia a executar o serviço de assentamento da tubulação. Uma coleta entre os moradores da área arrecadou então o equivalente a 30 salários mínimos, para a compra de tubos. A tubulação foi instalada pela Prefeitura Municipal de Belém apenas até a entrada das principais vias de acesso à ocupação (Rua da Paz e Rua Aleluia). Mas, segundo Hoshino (2006), não houve prosseguimento na ligação do sistema de abastecimento para dentro das casas. Como última alternativa, alguns moradores realizaram o serviço de escavação, assentamento dos tubos de PVC, ligação das redes domiciliares e aterro da rede de abastecimento.

Como solução temporária, os moradores têm recorrido a uma cisterna localizada na propriedade da indústria BRASILIT¹² que, devido ao avanço da área de ocupação, cercou a propriedade deixando um único acesso à fonte de água. Algumas casas possuem calha para apurar água da chuva para uso doméstico. Outra alternativa para os moradores é recorrer aos donos de estância, que nem sempre atendem às solicitações de fornecimento de água, ou até buscar água em Icoaraci, pedindo ou comprando um balde de água por R\$ 0,50.

Visando a solucionar problemas estruturais básicos, como os descritos neste capítulo, os moradores da área demonstram interesse em reorganizar a Associação Comunitária e passar a lutar por seus direitos de cidadania. Porém, antes disso, precisam superar algumas barreiras, como a conscientização sobre seus direitos e a solicitação de uma orientação jurídica.

Desta forma, pode-se avaliar que a realidade espacial e social da ocupação Paracuri 3, como aponta Araújo (2006), é desoladora. Nesse sentido, cabe lembrar o

¹¹ Autarquia municipal responsável pelo abastecimento de água e pela coleta de esgoto sanitário no distritos do Bengui, Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro, cujo presidente é indicado pelo prefeito Municipal de Belém.

¹² Indústria de telhas de amianto, com sede na Rodovia Artur Bernardes, em área vizinha à "invasão" Paracuri 3.

conceito de realidade sustentável utilizado por Simonian (2005), que o vincula à garantia de reprodução social. As precárias condições de moradia, o baixo nível de renda, o esgotamento de recursos naturais que servem à sobrevivência da comunidade local, tanto pela garantia de trabalho quanto pela alimentação, a necessidade de ampliação dos programas sociais sob a responsabilidade do Estado, o baixo nível de educação formal de adultos e jovens e a evasão escolar infantil, são fatores que atestam a gravidade dos problemas dos moradores da ocupação Paracuri 3.

4. O ESPAÇO DE VIVENCIA NO PARACURI E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO URBANOS

4.1 Na concepção da população moradora

Os moradores da área pesquisada possuem algumas particularidades, como, por exemplo, a linguagem, o comportamento econômico e sócio-cultural, a interação com a natureza e a interação entre os próprios moradores. Estes podem ser considerados atributos de uma vida cotidiana singular:

A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente (BERGER, 1990, p.36).

Deste ponto de vista, pode-se afirmar que o mundo cotidiano é tomado não somente como uma realidade certa, mas como um mundo que tem origem no pensamento e na ação dos homens comuns. Isto não significa dizer que há uma aceitação ou conformismo com determinada realidade vivenciada.

Desde o início do processo de ocupação, no final da década de 1990, a paisagem arborizada, típica do lugar, foi bastante modificada. O parcelamento excessivo dos lotes na várzea, causou impacto ambiental pela diminuição da largura e alteração de curso dos igarapés em um local sujeito a influência da maré, o que provoca enchentes que alteram rotineiramente as condições de acesso às habitações.

Como se pode observar através da Fotografia 8, as habitações são construídas sem planejamento, dando ao lugar um aspecto de vila de ribeirinhos o que é uma reprodução da paisagem típica da região amazônica, já que são todas em madeira e erguidas sobre estacas (palafitas) para evitar alagamentos durante as cheias dos igarapés Paracuri e Bacuri, e são ligadas entre si através de pontes de madeira, conhecidas como estivas.

Os alagamentos dos lotes pelas águas do igarapé Paracuri são constantes, sobretudo no período das grandes marés. Porém, os moradores, em sua maioria, já estavam habituados com essa realidade, pois são oriundos de regiões ribeirinhas e

aproveitam esse período para retirar do rio alimentos para subsistência de várias famílias que se dedicam à pesca no Igarapé Paracuri.



Fotografia 8: Palafitas e estivas na Rua Aleluia, Paracuri 3.

Comentário: O acesso às casas é feito através de estivas, em ruas não aterradas, na ocupação.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Segundo Santos (2003), os homens e suas atividades não se encontram em sua presente localização exclusivamente por causa da interação de fatores atuais; uma localização presente, muitas vezes resulta, direta ou indiretamente, de fenômenos que deitaram raízes previamente. O autor nos fala de território usado como categoria de análise: “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. É por isto que o estudo de localizações individuais, assim como o estudo da organização do espaço, não pode passar por cima da dimensão temporal” (SANTOS, 2003, p.56).

Ao buscar compreender o processo de ocupação da área do Paracuri, torna-se importante considerar o relato do morador Mexiana, que vive no Paracuri 3 há 8 anos. Segundo o relato, originariamente, esta ocupação denominava-se “invasão” da

Pedro Carneiro devido ao fato de ali ser sediada a fábrica Pedro Carneiro¹³. Ele afirma ter havido ordem de despejo e ação da Polícia Federal no sentido de retirar as famílias, desencadeando a formação de uma comissão orientada por um procurador da justiça, que forneceu um estatuto para o centro comunitário. De acordo com o entrevistado, o processo continua tramitando na justiça, na tentativa de legalizar, através do instituto do usucapião¹⁴. A situação dos moradores é difícil, na sua avaliação, porque ninguém possui documento do terreno que ocupa. Apesar da indefinição da situação, a maioria não tem para onde ir, considera o entrevistado.

Uma matéria jornalística evidencia tal ameaça de despejo dos moradores da ocupação. Nesse documento, há uma foto da então deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA), em audiência em Brasília, em 2002, com o chefe de gabinete do então ministro da justiça, Miguel Reale Junior. É um documento importante, demonstrado na Fotografia 9, que corrobora com o depoimento dos moradores de que a referida deputada esteve no Paracuri naquele ano prometendo intervir junto aos órgãos competentes para evitar a desocupação da área.



Fotografia 9: Matéria Jornalística.

Comentário: Cópia de artigo de jornal sobre ameaça de despejo dos moradores da área do Paracuri 3, em 20/10/2002.

Foto: Yuko Hoshino, 26/11/2005.

¹³ Fábrica voltada à produção de malva.

¹⁴ O usucapião é a figura jurídica que resguarda o modo de aquisição de propriedade, móvel ou imóvel, pela posse pacífica da coisa durante certo tempo ininterrupto.

Porém, este não é o desejo dos moradores da área. Nas entrevistas realizadas, os moradores¹⁵ foram categóricos ao afirmar que deixaram os seus lugares de origem, no interior do estado, em busca de melhores oportunidades de emprego, renda e educação, o que se pode comprovar através dos seguintes depoimentos:

Vim de Muaná, Marajó. Vim pra cá porque as condição do interior é mais... não tem muitas coisas que tem na cidade. Principalmente o trabalho, mais dificultoso (Entrevista concedida pelo morador Muaná, janeiro, 2008).

De Muaná. Vim pra cá porque meu marido veio atrás de trabalho, e eu vim atrás. Aqui a gente já tá há uns 7 anos. A gente morava lá em Coqueiro, aí depois que a gente comprou aqui (Entrevista concedida pelo morador Muaná 3, janeiro, 2008).

Os moradores costumam, inclusive, voltar às suas cidades de origem para buscar suas famílias ou para visitar parentes, e muitas vezes trazem consigo outros familiares para morar na mesma residência:

Eu me casei, aí teve esses filhos, aí vieram aqui pra Belém morar, depois eles mandaram me buscar. Por isso que eu vim pra cá, já por intermédio deles (Entrevista concedida pelo morador Joannes, janeiro, 2008).

Agora, o momento, eu tô morando aqui, mas eu sou de Portel. A gente veio porque o meu marido trabalhava pra cá, ele fazia frete pra cá e a gente veio morar pra cá. Ele era abaeteense (Entrevista concedida pelo morador Portel, janeiro, 2008).

O morador Boa Vista 2, proveniente do Município de São Sebastião da Boa Vista, que trabalha em uma mercearia, complementa:

A gente veio de lá pra vir morar pra cá, já. porque pra mim, lá, no meu interior mesmo, não tava bom mais pra mim. A minha vidinha lá tava difícil, porque o trabalho lá pra nós tava ficando difícil, era só viajar, viajar. Procurei meu irmão, que morava pra cá, já. Eu tô aqui há 6 anos (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista 2, janeiro, 2008).

Já o morador Limoeiro, veio do Município de Limoeiro do Ajuru porque não conseguia nenhuma ocupação permanente, e aqui trabalha com venda de peixe:

Um dia a gente acha um lugar melhor pra viver. Mas se fosse agora eu preferia tá lá, porque aqui o que mata pra gente é a água. Todo dia o cara compra R\$ 2,00 de água, aqui (Entrevista concedida pelo morador Limoeiro, janeiro, 2008).

¹⁵ Visando preservar o anonimato dos entrevistados, identifica-se os moradores entrevistados através de nomes de municípios do Estado do Pará, discriminadas no quadro de entrevistados da página 15.

Aos 46 anos de idade, o morador Muaná 4, que trabalha com venda de açaí e mercearia, veio de Muaná porquê, segundo ele, lá não tinha acesso a estudo para os filhos. Já o morador Boa Vista, afirma que morava no Município de São Sebastião da Boa Vista. Segundo Cruz (2006), alguns moradores são atraídos à ocupação Paracuri 3 devido ao baixo preço da terra; outro motivo que contribui para o deslocamento de pessoas de outras áreas para esta, é a herança familiar. O morador Muaná 6, por exemplo, é proveniente de Muaná e exerce a atividade de pescador:

O motivo é mais a procura da melhora das pessoas. Pra gente, pra mim foi isso. Vim pra cá, depois que a gente começou essa “invasão” aqui. Aí começou essa “invasão” pra cá e o meu pai de criação, que hoje ainda mora com nós, pegou este terreno pra gente. Aqui é só uma família (Entrevista concedida pelo morador Muaná 6, janeiro, 2008).



Fotografia 10: Rua e estiva.

Comentário: Intersecção entre rua de terra e o piso de madeira das estivas.
Foto: Yuko Hoshino, 26/11/2005.

Os moradores Muaná 2 e Muaná 5 moram na ocupação há 9 anos. Provenientes de Muaná, vieram procurar emprego e se hospedaram na casa da mãe do morador Muaná 5, que então já morava na área. O morador Muaná 2 tem a atividade de pescar camarão, e afirma gostar de morar na área, a não ser pelo fato

de não ter abastecimento de água; quando necessita de água, ele pede nas estâncias ou busca na caixa d'água da indústria BRASLIT (ABRAHÃO, 2006).

Buscando argumentos para definir alguma forma pertinente de intervenção para melhoria das condições de moradia na área, tornou-se adequado consultar os próprios moradores sobre sua satisfação com as unidades habitacionais em que vivem e comparar com a descrição técnica do ambiente em questão.



Fotografia 11: Instalação sanitária.

Comentário: Sanitário localizado em área externa à residência.

Foto: Yuko Hoshino, 26/11/2005.

Apesar das condições precárias de infra-estrutura urbana na área, como é possível observar pela Fotografia 12, líderes comunitários afirmam que ainda há comercialização de lotes e casas, e continuam chegando novos moradores. Segundo Hoshino (2006), o preço de uma benfeitoria com área de 90 m² é equivalente a 5 salários mínimos. O preço é baixo porque as casas não têm sistema de abastecimento de água. Já um terreno sem benfeitoria, em lotes que têm 7 metros de frente, custa o equivalente a 30% de um salário mínimo. Segundo Rodrigues (1981), as condições estruturais específicas da periferia limitam sua capacidade de crescimento, quando esse tipo de economia se vê entregue ao curso espontâneo das forças do mercado.



Fotografia 12: Pontes de madeira.

Comentário: O acesso às residências e aos sanitários é feito por meio de estivas.

Foto: Lindomar Silva, 26/11/2005.

É importante frisar que a realidade dos moradores não deve ser julgada apenas pela condição material que apresentam. Nem mesmo deve ser medida pelo fato de algumas famílias possuírem uma renda maior do que outras ou pelo fato de tirarem algum sustento de vida do igarapé. Cruz (2006) avalia que os problemas da área são reais e complexos, por isso, devem ser tratados de forma conjunta pela população local e pelo poder público.

A despeito do baixo nível de renda, a condição material dos moradores do Paracuri 3 contrasta com a realidade social (Fotografia 13). Algumas casas possuem poucos ou nenhum eletrodomésticos e móveis; outras, porém possuem vários. Dentre as casas visitadas, apenas as do morador Salvaterra, desempregado, e do morador Muaná 2, pescador, não possuíam eletrodomésticos, mas sim alguns móveis velhos, como cama e mesa.

Mas ao questionar os moradores da área sobre as condições das casas em que moram, não foi frisada a necessidade de alteração nas condições das

habitações, o que denota que, na concepção dos moradores da área, habitar em casas do tipo palafitas, com poucos cômodos e feitas com madeira, não está em desacordo com suas necessidades de sobrevivência. Nota-se, também, que, independentemente do nível de conforto da habitação, o que realmente interessa aos moradores é o fato de se sentirem proprietários das casas, mesmo quando não possuem o título de propriedade do terreno. Os moradores que são ou foram inquilinos ou moravam na casa de familiares, demonstram seu descontentamento com estas situações, exatamente por não serem considerados os donos da casa.



Fotografia 13: Moradores da ocupação.

Comentário: Família posa para foto sobre estiva em frente à sua residência.
Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Isto pode ser percebido quando das entrevistas, em que o morador Muaná, que trabalha em um açougue, reforça que está satisfeito com a atual casa em que mora. Sua antiga casa era de madeira, coberta com palha:

Aqui, todo mundo já tem uma casa melhorzinho, mas, o que pega mesmo é só a água. Até o próprio aterro que falta da rua, a gente mesmo já dava um jeito. O problema é a água, porque não tem aqui, pra cavar poço. Se tivesse, a gente mesmo dava jeito (Entrevista concedida pelo morador Muaná, janeiro, 2008).

O morador Muaná 3 está satisfeito, pois avalia que sua casa atual é melhor do que a casa que tinha antes. Já o morador Portel, que trabalha em uma mercearia, está satisfeito com a casa que mora, mas lembra que sua casa anterior era melhor, por ser de alvenaria:

Era casa de madeira, assim, mas não era muito boa, também. Eu não tô muito satisfeita, porque a casa não é minha mesmo, né? Aqui eu moro na casa de uma senhora que ela me deu pra mim morar, sabe, não é minha mesmo (Entrevista concedida pelo morador Joannes, janeiro, 2008).

Aquela não era minha, era da minha cunhada e a gente morava emprestado. E aqui é melhor, porque é minha casa. Eu comprei. A de Muaná era bem pequena, e era no interior, que a gente morava (Entrevista concedida pelo morador Muaná 3, janeiro, 2008).

O morador Muaná 4 diz estar mais ou menos satisfeito com a casa em que mora, devido à falta de abastecimento de água na área:

Faz 7 anos que a gente mora aqui. Porque a gente não tinha onde morar. A gente morava com outras pessoas, a gente morava com o irmão dele. Aí a gente veio pra cá, conseguimos este lugar aqui, que é o lugar próprio da gente. Morar com os outros, assim, não é muito bom, não (Entrevista concedida pelo morador Muaná 4, janeiro, 2008).

O morador Limoeiro, que antes não tinha nenhuma casa e por isto morava junto com outros, conforma-se com a condição atual de moradia:

Era melhor, um pouco. Era como aqui, beira de rio, não tinha as coisas. Tinha água sem ser a do rio, encanada. Mas não era nossa, não era da gente, era dos outros, e a gente sempre quer ter o que é da gente, né? (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista, janeiro, 2008).

O morador Afuá, um dos mais recentes moradores da área, manifestou ser oriundo do Município de Muaná, e vem de uma grande temporada residindo no bairro do Jurunas, onde até hoje mantém suas atividades profissionais. Transferiu-se para a área devido à impossibilidade de viver naquele bairro, ao alto preço dos aluguéis e do excesso de violência urbana. Aqui, diz ele, as coisas são menos caras; deixo a família e vou trabalhar de bicicleta. Seus filhos, uma moça de 19 anos e um rapaz de 17 anos, não têm nenhuma ocupação.

Ao constatar que as condições de degradação percebidas por uma avaliação técnica do espaço das habitações da área da ocupação Paracuri 3, não representam um problema para os próprios moradores, buscou-se reconhecer quais são as

questões atreladas à questão da habitação, que significam para os moradores algum problema de moradia. Cada morador teve uma importante contribuição na pesquisa, na medida em que acrescentou evidências e informações novas sobre os problemas e o cotidiano da vida local.



Fotografia 14: Moradores da ocupação.

Comentário: Família posa para foto sobre estiva em frente à sua residência.
Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

No entendimento de Cruz (2006), os problemas da falta de água, saúde e desemprego estão entre as principais reclamações. A ausência de um sistema de abastecimento de água é, sem dúvida, ressalta Martins (2006), a grande angústia dos moradores.

Com a casa eu tô satisfeita. A única coisa que é ruim é a água. Acho que pra mim eu queria era a água, que é muito importante pra gente. A gente tem um sacrifício muito grande pra carregar (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista, janeiro, 2008).

Apesar da relação historicamente positiva com as águas do Igarapé Paracuri, os depoimentos de moradores apontam como problema central da comunidade justamente a falta de abastecimento de água potável.

A gente compra água, aqui, a 50 centavos cada um balde de água. Pra tomar banho é aqui do igarapé que o pessoal puxa, coloca o cloro, aí que a

peessoa utiliza pra tomar banho (Entrevista concedida pelo morador Muaná 4, janeiro, 2008).

A comunidade não possui serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, e o solo argiloso dificulta a construção de poços nas residências. Algumas famílias captam água da chuva para uso doméstico. Vários casos de doenças, sobretudo em crianças, são causados pelo consumo de água retirada do rio, por famílias que, em alguns casos, não tem condições de comprar uma lata de água por R\$ 1,00:

Com esse problema de água que temos aqui nessa área, eu trabalho trazendo água pro pessoal. Eles me pagam e eu vou buscar água pra eles, lá, de bicicleta. Compra água pra beber. É 4 balde que eu trago nessa bicicleta (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista 2, janeiro, 2008).



Fotografia 15: Placa de rua.

Comentário: Placa improvisada com os nomes das ruas, atribuídos pelos próprios moradores.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Com relação às possibilidades de investimento de recursos públicos para solucionar os problemas de infra-estrutura urbana que atingem a área, o morador

Mexiana afirma que a COSANPA¹⁶ - Companhia de Saneamento do Pará - alega não poder investir numa área desse tipo, em que a água potável só pode ser obtida com 120 metros de profundidade, porque esta condição torna o serviço muito caro. Outros moradores da área consideram este o maior problema estrutural:

Acho que a água é o mais urgente pra gente. Precisa tanto dessa água, aqui, porque a gente não temo água. Só tem que trazer um copo de água pra cá. Se tem bicicleta, tudo bem, quem não tem é na cabeça que carrega (Entrevista concedida pelo morador Joannes, janeiro, 2008).

A única coisa que a gente acha ruim aqui é a água, que não tem. A gente tem que tirar água do rio pra lavar as coisas, tomar banho, tudo a gente faz com essa água. A única coisa que a gente não faz é beber. A gente não bebe essa água. A gente trata a água, a gente joga cloro, joga "Q-Boa", essas coisas, pra poder a gente usar. Mas aí é uma coisa muito ruim, né? Muito difícil pra gente. A gente tá lutando pra conseguir água. Ainda não conseguimos, até agora. A gente tem que carregar água, pra fazer as coisas (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista, janeiro, 2008).

Segundo o morador Mexiana, houve, há algum tempo, uma proposta da Prefeitura Municipal de Belém no sentido de aplicar o equivalente a 312,5 salários mínimos para a realização do serviço, restando ainda o equivalente a 106 salários mínimos a serem pagos ao longo de 30 anos pelos moradores da área. Mas esta condição não foi aceita pelos moradores.

Outra solução foi tentada pela própria população da área:

Aqui não existe água pra gente. A gente fez a tubulação, tudinho, a gente comprou a tubulação, tudo e fizemos. Aí deu dois meses, só, depois sumiu. Já fui umas três vezes na SAAEB e ela nunca resolve (Entrevista concedida pelo morador Muaná, janeiro, 2008).

Já lutaram muito por essa água, e ela chegou, até, um pouquinho, uns tempos, aí depois não veio mais. Ao invés de desenvolver, piorou, porque voltou tudo ao zero, porque vai ter que buscar lá longe, a gente compra água, porque a gente não pode ir buscar. Tem que comprar pra gente tomar. Aí já pra lavar roupa, tem que ir no igarapé, mesmo. A gente não tem condições de comprar pra lavar roupa, pra fazer tudo (Entrevista concedida pelo morador Muaná 3, janeiro, 2008).

Sem solução para garantir o abastecimento de água nas residências, os moradores da ocupação Paracuri 3 recorrem a diversos expedientes para suprir diariamente suas necessidades básicas, como se pode notar em seus depoimentos:

¹⁶ Órgão público estadual, concessionário de fornecimento de água potável e pelo tratamento de esgoto em todo o Estado do Pará.

Meus filhos tomam tudo banho na maré. Não tem jeito do cara comprar água. Só pra fazer comida e beber, mesmo (Entrevista concedida pelo morador Limoeiro, janeiro, 2008).

Aqui, o que é muito difícil é a água. As outras coisas ainda dá pra ir “tamancando”, só que no momento, a gente não tem água, aqui, pra nada. Só usa a água da maré. É a coisa mais difícil que a gente acha, aqui O mais mesmo que tá, é essa água, aqui, que a gente não tem. É o ponto principal que a gente precisa, mais rápido. Precisa carregar água, ali da outra “invasão”, todo dia é a luta dos morador daqui, no momento é essa água (Entrevista concedida pelo morador Portel, janeiro, 2008).

Como não tem água, as pessoas se sujeitam a pegar a água aqui do fundo. Não bebem essa água aqui, não, mas tomam banho. E olha, pra tomar banho, dá uma coceira no corpo, que a pessoa se sujeita. Até se acostuma. E não tem jeito, porque é longe, é perigoso, essa pista aí. Quantas pessoas já se acidentaram com balde cheio de água, aí? (Entrevista concedida pelo morador Caviana, janeiro, 2008).



Fotografia 16: Caminho de madeira.

Comentário: Percurso das estivas ao longo da ocupação.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Também para o morador Boa Vista 2, o problema mais urgente a ser resolvido na área é o abastecimento de água, o que se percebe através da análise de seu depoimento:

Essa água que a gente pega aqui, pra gente beber ela, ela tem que passar pelo um tratamento assim, o necessário: filtrar ou ferver. Na verdade, mesmo, que agora é só água mineral mesmo, porque essa água tá causando problema até no meu filho.

Pego ali no igarapé, que tem uma caixa d'água que a comunidade preparou. A caixa não deu conta de mandar a água pra cá pra essa área, porque

devido que a bomba é muito fraca, não consegue alimentar. A gente pegava água na casa de um rapaz, lá. Já tava ficando difícil pra ele, porque queriam tomar banho na frente da casa dele, lavar prato, e já tava assim...(Entrevista concedida pelo morador Boa Vista 2, janeiro, 2008).

Analisando-se os dados coletados em entrevistas, avalia-se que, na concepção da população moradora da área da ocupação Paracuri 3, a melhoria da qualidade do ambiente vivido não está vinculada a questões materiais, como a qualidade e o tamanho das habitações, mas sim ao acesso ao sistema de infraestrutura urbana, como por exemplo o abastecimento de água potável.

Ainda que nestas condições, a maior parte dos moradores gosta de morar na área. Chama a atenção o fato de que a maioria dos entrevistados não pensa em deixar a área para morar em outro bairro, ou mesmo para voltar à sua cidade de origem, postura esta que sugere condições de vida anteriores em condições mais precárias do que a atual. Segundo depoimentos:

A gente gosta daqui, eu gosto de morar aqui, sabe? Um lugar calmo, não é um lugar violento. Violento é pra aí pra frente. Esse nosso bairro eu não acho. Eu moro aqui há 7 anos e não acho (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista, janeiro, 2008).

É um lugar muito bom de morar, esse lugar aqui. Eu acho que não é só eu, acho que um monte de gente acha. Só a dificuldade nossa, aqui, é a água, e está faltando uma estrutura, mais, aqui na nossa área: um aterro, uma coisa assim (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista 2, janeiro, 2008).

Como argumentos de avaliação da qualidade do ambiente vivido, lembra-se que, antes de morarem na área, muitos moradores precisavam pagar aluguel e agora conseguiram construir sua própria casa; há menos violência no Paracuri 3 do que nas áreas em que moravam anteriormente; e ainda que, mesmo precariamente, conseguem retirar algum alimento dos igarapés e do rio. Nos depoimentos de alguns deles é possível notar esta tendência:

Porque um dia pro cara morar no centro da cidade, é melhor o cara tá assim no meio do mato do que ele tá lá. Essa bandidagem (Entrevista concedida pelo morador Limoeiro janeiro, 2008).

Vou à pé, vai pra feira, vende pro dinheiro do ônibus. Tem dia que a gente tem, tem dia que a gente não tem. Mas eu gosto de morar aqui (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista, janeiro, 2008).



Fotografia 17: Reunião familiar.

Comentário: Família cede entrevista em frente à sua residência.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Para o morador Moju 2, que chegou do Município de Moju há 8 anos, e mora com o cônjuge em uma casa com dois compartimentos, morar na ocupação Paracuri 3 representa tranquilidade para a família. A irmã de seu cônjuge, também procedente de Moju, chegou antes na área, está muito acostumada e não pensa em se mudar.

Aqui não dá carapanã e as crianças brincam na ponte. O problema maior é a água, que o esposo pega lá onde ele trabalha (Entrevista concedida pelo morador Moju 2, janeiro, 2008).

Com relação à segurança pública na área, Araújo (2006) avalia que, de um modo geral, os moradores do Paracuri 3 consideram a área tranqüila, havendo apenas alguns casos de roubo que são praticados por rapazes da própria área. Os moradores Câmara e Condeixa têm três filhos e deixaram o bairro do Bengui devido à falta de segurança pública. Moram em uma palafita de um cômodo, que atualmente abriga cinco pessoas, e gostam da área porque não tem marginalidade.

Já, para o morador Afuá:

Aqui é como um interior, porque é muito calmo em comparação com o Jurunas onde morei antes de vir para cá (Entrevista concedida pelo morador Afuá, janeiro, 2008).

Apesar das declarações quase unânimes dos moradores de que o lugar é bom para se morar e que gostam da área, não se pode negar que a própria constituição de uma associação comunitária é um indicador da organização social e da pré-disposição em mudar a realidade em que se encontram. Na avaliação de Cruz (2006), o inconformismo pode não estar evidente, mas ele existe; o problema está na forma de interpretação da realidade. Como analisa Berger (1990), as outras realidades são significativamente finitas em relação à realidade dominante e a consciência sempre retorna à realidade dominante. Logo, a realidade pode ser objetiva - direta e clara - porém a consciência é subjetiva – relativa - embora sempre intencional.



Fotografia 18: O ambiente da ocupação Paracuri 3.

Comentário: Varal com roupas estendidas, em frente a uma palafita.

Foto: Ligia Simonian, 26/11/2005.

Ao ser questionado sobre a atuação de algum órgão na área ao longo do tempo em que lá reside, o morador Mexiana responde que já se fizeram presentes na ocupação Paracuri 3 o MOVA - Movimento Nacional de Alfabetização de Adultos e Adolescentes, o SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos,

órgão da defensoria pública do Pará, e a CBB¹⁷ - Comissão de Bairros de Belém, órgão associativo de centros comunitários do município - que proporcionou o registro da ocupação para facilitar a obtenção de recursos junto ao poder público.

Acontece que, usualmente, investimentos públicos em áreas degradadas (como se observa na Fotografia 18), ocorrem em forma de intervenções urbanas que não levam em consideração as especificidades do local e o ambiente vivido, provocando desagregação da comunidade e êxodo dos moradores devido à especulação imobiliária.

Indagados sobre as possibilidades de permanência dos moradores na área, caso haja uma intervenção urbana que visasse solucionar aos problemas apontados pelos próprios moradores, os entrevistados alegaram não ser provável o êxodo da população da área. Entre os argumentos dos moradores para justificar sua permanência na área em caso de intervenção, estão os seguintes:

Tem muita gente pobre, aqui, que não tem condição pra ir pra outro lugar, aí tem que ficar aqui mesmo, né? (Entrevista concedida pelo morador Joannes, janeiro, 2008).

Se vai melhorar, acho que vem até mais gente pra cá. Porque tem gente que vem e não faz casa aqui porque não dá água. A maioria vende casa porque não tem água (Entrevista concedida pelo morador Limoeiro, janeiro, 2008).

Eles vão permanecer e ainda vem mais família deles. Já veio umas quantas famílias, só que não ficam porque o trabalho se torna um pouco difícil, que pra arranjar um trabalho tem que ir pra Belém ou centro de Icoaraci (Entrevista concedida pelo morador Muaná, janeiro, 2008).

Ninguém quer vender aqui. A gente veio de lá, a gente optou aqui (Entrevista concedida pelo morador Muaná 4, janeiro, 2008).

Na concepção dos moradores da área, a associação política da comunidade é o único meio de encaminhar demandas estruturais aos poderes públicos para promover desenvolvimento urbano. Apesar de não haver muito engajamento nas atividades coletivas, todos os entrevistados fizeram referência à importância de um centro comunitário atuante para ajudar na solução dos problemas.

¹⁷Órgão associativo de lideranças comunitárias do Município de Belém.



Fotografia 19: Momento de entrevista.

Comentário: Moradores cedem entrevista para pesquisa exploratória.

Foto: Omar Abrahão, 2005.

Porém, um fator determinante é que a organização social dos moradores do Paracuri 3, não obstante a gravidade dos problemas enfrentados, é extremamente débil. A antiga diretoria do centro comunitário não prestou contas à comunidade e nem encaminhou reivindicações básicas ao longo de quase 7 anos, sem enfrentar nenhuma reação dos moradores. Na opinião de um morador, a comunidade não é unida. Tal desunião, que implica em pouca colaboração na solução de problemas comuns, foi citada também por outros entrevistados, que a consideram um agravante para o desenvolvimento urbano da área.

Para o morador Curralinho, que veio do bairro do Jurunas e comprou seu lote de um invasor, ao mesmo tempo que a comunidade não faz nada para melhorar a própria situação, os políticos só aparecem em épocas de eleição. Ele possui uma pequena marcenaria; seus clientes são de Belém, e ele foi atraído para a área devido à facilidade de comprar madeira para seus móveis. Também na opinião de outros moradores, a dificuldade de organização atrasa o desenvolvimento da área:

Se houvesse um centro comunitário atuante a área melhoraria muito. Haveria possibilidade de trazer escola, pois há muitas crianças na idade de estudar que estão fora da escola (Entrevista concedida pelo morador Mexiana, janeiro, 2008).

Um centro comunitário, que a gente não tem pra continuar representando. O único que tem lutado é ele, Cristiano. E não tá definitivo (Entrevista concedida pelo morador Muaná 6, janeiro, 2008).

Aqui na comunidade não tem ninguém que teja na frente pra tomar as decisões, pra fazer. Continua a mesma coisa, né? Não desenvolveu aqui nada (Entrevista concedida pelo morador Muaná 3, janeiro, 2008).

Uma vez aí na frente, que eles puseram um negócio de fogo pra poder colocar água pra cá pra dentro, interditaram a rua. Só que não colocou, né? Só falaram! (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista, janeiro, 2008).

Avaliando-se, desta forma, o aspecto da organização e da mobilização social na ocupação Paracuri 3, faz-se necessário considerar não apenas a importância da possibilidade de união e cooperação da comunidade para enfrentar os inúmeros problemas comuns aos moradores, como também as tensões e conflitos existentes internamente. Estes fatores vêm retardando ainda mais que as ações coletivas possam lograr êxito junto às instâncias governamentais.

Já com relação à construção e manutenção de equipamentos públicos de saúde e educação infantil, e o incentivo à geração de renda e de empregos, como por exemplo a absorção da mão-de-obra local por empresas estabelecidas no entorno da área, estes fatores compõem, prioritariamente, a concepção dos moradores sobre desenvolvimento urbano. Em certos momentos, o discurso de alguns moradores se assemelha ao discurso convencional dos responsáveis pela gestão municipal, que reforça a idéia de implementação de alterações simples e funcionais, por exemplo o aterro de uma rua sem considerar questões paralelas associadas a esta intervenção, como o meio-ambiente, a navegabilidade do igarapé e o aumento das possibilidades de geração de renda local.

O fato de se tratar de um assentamento espontâneo irregular, não justifica a falta de investimentos de intervenção pública na área. No entanto, para os moradores da ocupação Paracuri 3, o acesso aos direitos fundamentais expressos na Constituição Federal e a uma vida digna, parece muito distante, visto que, segundo Araújo (2006), vivem em uma situação de abandono, sem escolas, creche, posto de saúde, água encanada ou coleta de esgoto. A demanda por equipamentos públicos de saúde e de educação é, na visão das mulheres entrevistadas, a garantia de desenvolvimento da área com inclusão social, pois alteraria a rotina de crianças atualmente não matriculadas em escolas e de mães que tem empecilhos para trabalhar em tempo integral.



Fotografia 20: Extensão da área da moradia.

Comentário: Crianças e adolescentes descansam nas pontes de madeira.
Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Outro problema detectado, relativo ao acesso à educação infantil, que poderia ser objeto da mobilização das famílias da área, visto que permanece sem solução, é a falta de transporte das crianças para a escola.

Para o morador Muaná 4, a distância da ocupação até o centro de Belém não gera problemas:

Porque na realidade é distante, mas o ônibus leva e a gente pega aqui na frente. Não tem essa dificuldade de andar, só se for pra Almirante Barroso é que vai mais pr'ali (Entrevista concedida pelo morador Muaná 3, janeiro, 2008).

Este problema provoca grande evasão escolar, considerando-se a distância a ser percorrida a pé até o destino. Neste sentido, o morador Caviana reage à caracterização do abastecimento de água como se fosse a única necessidade dos moradores:

A gente não precisa só de água, não. E uma escola, também. Não tá vendo as crianças, tudo na rua? Tudo fora da escola.

Tem uma comunidade ali adiante, que é a Guará, que tem uma escolinha, lá. Pago não sei por quem, mas funciona. Mas não atende à demanda das crianças. E aqui, todos esses meninos e todas essas meninas, fora do colégio e a gente não consegue vaga no colégio. Funcionava uma escolinha, aqui no centro comunitário, pago também não sei lá por quem, mas depois não pagaram mais a professora, não funcionou mais. Todas essas crianças são pessoas carentes que precisam.

Os colégio é tudo longe. Tudo pra Icoaraci: na 4ª rua, 5ª. A maioria das crianças vão à pé, porque o ônibus não leva a maioria das crianças. Tem que ir pai pra parada, ir alguém pra pegar.

Comecei dando aula, mas aqui em casa é pequeno demais. Eu também to estudando, pra poder ajudar as outras pessoas. Comecei com 4 alunos e quando eu vi, dentro de uma semana tinha 10, 12. Mas não atendia. Até o final do ano eu consegui ficar com eles, mas tem criança de 10 anos, que não sabe ler. Eles estão interessados, eles vêm, os pais não têm condições, é caderno, é isso, são várias crianças que precisam. A gente olha por um lado que o governo não se importa. Pra falar verdade, nem político passa por aqui. É esquecido (Entrevista concedida pelo morador Caviana, janeiro, 2008).

Outras moradoras, neste caso, necessariamente mulheres, apontaram o problema da dificuldade de acesso à educação infantil (Fotografia 21) como um entrave ao desenvolvimento da área:

Principalmente uma escola, porque tem muita criança e só tem escolinha pra ali, já pra longe. É até arriscado as crianças ir pela rodovia. Mas eu acho que o principal aqui é a escola e água, mesmo. As outras coisas dá pra gente ir levando, empurrando com a barriga (Entrevista concedida pelo morador Muaná 3, janeiro, 2008).

Tem que ter uma escola, aqui, água pros morador. Tem que melhorar muitas coisas, aqui (Entrevista concedida pelo morador Portel, janeiro, 2008).

Quanto à escolaridade dos moradores da área, constata-se baixo nível de instrução dos entrevistados e de suas famílias. À exceção de uma única pessoa entrevistada que está cursando o ensino médio, todos os demais entrevistados pararam de estudar nos primeiros anos do ensino fundamental. Esta é uma das questões agravantes para solucionar os problemas da área. A precariedade da educação formal e não-formal, certamente contribui para uma certa passividade diante da situação, tendo em vista a falta de perspectiva quanto à busca de emprego com salário garantido, pelo menos nos patamares mínimos legais e de condições de vida mais dignas. Na concepção de Cruz (2006), ainda que estejam estudando, é inevitável se perguntar que futuro terão as crianças que estão vivendo em condições precárias e sem a menor assistência social.



Fotografia 21: Lazer infantil.

Comentário: Crianças brincam com pedaços de madeira.

Foto: Lígia Simonian, 26/11/2005.

Outro item considerado pelos moradores como fator de desenvolvimento local, diz respeito ao emprego da mão-de-obra local. A extração da argila pelos artesãos e as transações comerciais de mercadorias via fluvial para as estâncias, funcionando, segundo Samarone (2006), como entreposto entre a capital e o interior, além das vendas informais de açaí, bacaba, peixe, camarão, siri e pequenos comércios residenciais compõem a economia no Paracuri 3:

Podia ter uma fábrica. A prefeitura podia entrar pra fazer uma atencãozinha nas casas, também, porque as casas, elas são boas, mas são tudo de madeira, banheiro mesmo em cima do solo Aqui perto tem a Brasilit, tem a Sonave, tem aí a Pedro Carneiro. Agora se fizesse uma fábrica pra dar atenção pro pobre. O presidente veio até um tempo desse ampliar ela mais, e veio apresentar pro povo e tal que tava fábrica boa, mas é só o barão que arranja emprego lá, tem um bom estudo. Uma pessoa como nos aqui, é um bocado de gente jogado aí no sol quente, aí no beiradão, pra trabalhar aí, no sol quente, porque não tem condição de ir pra lá (Entrevista concedida pelo morador Muaná, janeiro, 2008).

A pesca (Fotografia 22) e a atividade madeireira são as principais fontes de renda das famílias, sendo poucos os que possuem carteira de trabalho assinada. Há, conforme as informações coletadas, muitos moradores desempregados e alguns

que trabalham com pesca apenas para a subsistência da família, pois apenas o camarão e o siri são vendidos com facilidade.



Fotografia 22: Atividade pesqueira artesanal.

Comentário: Pesca e transporte de barco pelo igarapé Paracuri.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

A chegada do período de inverno é, também, um fator agravante para a geração de emprego, pois dificulta a venda de material de construção, ramo no qual trabalham vários homens que moram no Paracuri 3. Nesses períodos, informam os entrevistados, alguns desempregados assaltam transeuntes na rodovia Arthur Bernardes, que liga o centro de Belém ao do distrito de Icoaraci e é um dos limites geográficos da ocupação.

Aqui só não é muito bom porque a gente não tem trabalho. Nós também não temos água, essa rua é muito pobrezinha, os pessoal não olham a gente pra cá. Só é visitado, assim, quando é tempo de eleição, que as pessoa aparece, mas depois disso não aparece mais nada pra gente. Igual o problema é o emprego pra gente aqui, tem que ir lá pra dentro de Belém pra conseguir alguma coisa (Entrevista concedida pela morador Joannes, janeiro, 2008)

Araújo (2006) aponta que, à exceção de uma única casa, nas demais famílias que foram entrevistadas, a renda familiar mensal fica bem abaixo de um salário

mínimo, sendo que em uma delas o valor mensal é equivalente a apenas 12,5% de um salário mínimo.

Para quem vive da pesca, o peixe bacú é o mais frequentemente utilizado para consumo próprio. Cinco moradores da área produzem matapi¹⁸, e na época de pesca camarão, nove pescadores pegam camarões em baldes, à beira do igarapé, na Rua da Aleluia e rapidamente os vendem, ainda vivos:

Pesco só aqui na beirada, camarão. Hoje eu vendi 2 litros de camarão. Eu peguei, curti... quando chove muito não dá. Ela recebe bolsa família. Se não fosse a bol.sa família, nos tava lascado (Entrevista concedida pelo morador Muaná 6, janeiro, 2008).

Quanto às especificidades da rotina das mulheres, enquanto algumas ficam em casa cuidando dos filhos, outras desenvolvem trabalho externo, em geral como domésticas na área central de Belém ou em Icoaraci. Segundo o morador 2, algumas mulheres ficam em casa e outras trabalham empregadas em casas de família, mas a renda é muito baixa. Não há, segundo Martins (2006), creche em condições de atender a quantidade de crianças do Paracuri 3, o que liberaria os adultos da área, e em especial as mulheres, para o trabalho externo.

Observa-se a importância da flexibilidade de emprego das mulheres, analisando-se o caso do morador Soure, procedente do município de Muaná (Ilha do Marajó), residente há seis anos na área, que possui uma casa com três cômodos, toda pintada, com alguns móveis (cama, guarda roupa e uma penteadeira) e vários eletrodomésticos como aparelho de som, fogão, televisão, geladeira e máquina de lavar. Uma possível explicação para essa condição material superior à dos vizinhos pode estar no fato de sua esposa ajudar na renda familiar vendendo salgados, ocupação através da qual ela obtém por semana o equivalente a 9% de um salário mínimo.

Um dado que se considera importante em termos de autonomia dos moradores da área, é que as famílias da comunidade abastecem suas casas fundamentalmente por produtos adquiríveis em Icoaraci, e não no centro de Belém (BRASIL, 2006). Em Icoaraci, chegam e partem diariamente barcos com mercadorias para serem negociadas tanto no entorno de Icoaraci, como nas áreas centrais de Belém.

¹⁸ Artefato feito em madeira, utilizado para pesca de camarão.



Fotografia 23: Atividade comercial.

Comentário: Taberna de venda de produtos a retalho.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Os moradores Igarapé-Miri e Igarapé-Miri 2, provenientes de Igarapé-Miri, casados há 19 anos, vieram há 3 anos do bairro do Jurunas. Em sua palafita de madeira com quatro compartimentos, vivem 5 habitantes. O morador Igarapé-Miri compra farinha de seu sogro, no Acará (localidade da Ilha de Marajó), e revende na feira do Jurunas, para onde vai de bicicleta. O morador Igarapé-Miri 2 parou de trabalhar perto do mercado de Icoaraci, porque só conseguia emprego entre 06h00min e 22h00min, e tinha pouco tempo para organizar a própria casa. Eles pescam camarão e acará e consomem feijão, arroz, charque, peixe, câmara, açaí e ovos, e utilizam ervas como remédio caseiro. Estão pensando em voltar ao Jurunas, bairro que possui maior infra-estrutura de serviços. Querem vender sua casa por causa da falta de água encanada e porque não tem escola próxima para garantir o estudo de seu neto.

Em certas situações, famílias inteiras da área não possuem renda própria. O morador Moju, procedente do município de Mojú, residente há mais de 7 anos na área, afirma que está desempregada e depende da renda da mãe, que trabalha como empregada doméstica, para sustentar os seus três filhos. Na sua casa, um

barraco de madeira com apenas um cômodo, no entanto, ela possui uma cama, uma televisão de aparência nova, um aparelho de som e uma máquina de lavar roupa.



Fotografia 24: Estabelecimento de comércio local.

Comentário: Placa de propaganda e vendedora e consumidora de açai.

Foto: Ligia Simonian, 26/11/2005.

Já o morador Camará mora em uma casa de dois cômodos que divide com o ex-cônjuge e os 7 filhos. Para garantir o sustento da família, somado à pensão do pai das crianças, equivalente a 45% de um salário mínimo, ela é lavadeira e vende bombons para angariar por mês o equivalente a 60% de um salário mínimo.

Para os moradores, nos últimos anos houve algum tipo de desenvolvimento na área devido ao acréscimo de unidades habitacionais e ao aterro de alguns acessos à ocupação. De outro lado, moradores descontentes com a existência de estivas e com a inexistência de rede de abastecimento de água, minimizam o valor do desenvolvimento percebido pelos primeiros.

O morador Muaná 4 considera que, desde que chegou à ocupação, o Paracuri 3 se desenvolveu, pois agora tem muitas casas e moradores, especialmente vindos do interior do Pará. Além disto, ele lembra que o serviço de aterro das ruas foi realizado com recursos próprios dos moradores da área:

Melhorou um pouco só, mas parou. A gente tá lutando pra o pessoal colocar água e nunca chega. É uma luta muito grande. Outro dia até passou pela televisão essa área aqui, que a água é que pega aqui. Muita gente, às vezes, estão indo embora por causa disso (Entrevista concedida pelo morador Boa Vista, janeiro, 2008).

Nada! Continua no mesmo. Os morador já jogaram aterro um bocado, só que só os esforços dos morador, até porque ninguém tem dinheiro, todos são baixa renda, aqui (Entrevista concedida pelo morador Portel, janeiro, 2008).

Acho que não, porque a gente quer melhora pro nosso bairro. Porque aqui é tudo na ponte (Entrevista concedida pelo morador Joannes, janeiro, 2008).

Acho que não desenvolveu. Aqui só é promessa (Entrevista concedida pelo morador Limoeiro, janeiro, 2008).



Fotografia 25: Estabelecimento de comércio local.

Comentário: Açougue de carne bovina e aves.

Foto: Ligia Simonian, 26/11/2005.

Já o morador Muaná detalha o porquê dele considerar que houve desenvolvimento na área:

Estou aqui há 10 anos. Quando eu cheguei aqui, era tudo só água, não tinha terra aqui. E outras fábricas, só existia a BRASILIT e outra ali. Aqui tem 3 estaleiros, já, que foi formado depois que eu cheguei aqui. Estâncias, que vendem material de construção, madeira, eles tinham só umas 6, agora se reside numas 50, aí vai evoluindo mais. Casa de alvenaria não existia nenhuma, agora trem mais de 20 casas de alvenaria. São as duas ruas principais e duas travessas: a passagem Santa Terezinha e Menino Jesus (Entrevista concedida pelo morador Muaná, janeiro, 2008).



Fotografia 26: Distribuição de brindes.

Comentário: Fila de moradores aguardando receber brindes de Natal.

Foto: Omar Abrahão, 23/12/2005.

Os moradores, em geral, não têm conhecimento do ideário do Movimento Nacional por Reforma Urbana ou de seus desdobramentos, como o Estatuto da Cidade. Mesmo em casos em que o morador é uma liderança comunitária, não se percebe o conhecimento dos ideais reformistas. Como, por exemplo, no o caso de Muaná, quando questionado se já ouviu falar sobre o MNRU:

Já ouvi falar, só não tenho muita experiência (Entrevista concedida pelo morador Muaná, janeiro, 2008).

Não ouvi falar (Entrevista concedida pelo morador Joannes, janeiro, 2008).

Analisando-se o discurso dos moradores da área, percebe-se que sua concepção de desenvolvimento urbano está, em geral, atrelada ao aumento da densidade demográfica da ocupação Paracuri 3. Neste caso, a expansão do ambiente é vista, pelos próprios moradores, como um ponto positivo, mesmo considerando-se as condições precárias de infra-estrutura e a ausência do poder público no que tange à possibilidade de regularização fundiária, ao acesso a programas de geração de renda e à implementação de regulamentações urbanísticas que possam beneficiar exclusivamente os moradores da área.

4.2 Na concepção de técnicos e urbanistas

A ocupação Paracuri 3 se configura como mais um exemplo da falta de políticas públicas para os segmentos excluídos da sociedade, construindo um quadro em que as ocupações irregulares na região metropolitana da cidade se enquadram como consequência da ausência de políticas.

A Prefeitura Municipal de Belém não possui em seu planejamento, projetos para ampliação da infra-estrutura urbana na área. A Administração Regional de Icoaraci recentemente patrocinou a troca das madeiras das estivas da ocupação Paracuri 3, enquanto o aterro no acesso à área foi financiado pela própria comunidade; assim, a maré cheia não mais impede o tráfego de pedestres. Antes de existir a atual ponte de madeira na área, um canoeiro cobrava para transportar os moradores que fossem atravessar o igarapé; para escapar da tarifa da travessia, alguns moradores derrubavam açazeiros e cruzavam o igarapé por cima destes.

Por ser esta, uma área de ocupação que possui igarapés, mangue, cobertura vegetal com açazeiros e outras árvores, além de ser local de reprodução de crustáceos e peixes regionais, o IBAMA (Instituto Brasileiro de Assistência ao Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) órgão federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, segundo Samarone (2006), ao tomar conhecimento da utilização desenfreada de argila, do desmatamento e das intenções da comunidade em aterrar algumas áreas, questionou a presença de moradias nesta área. Mas avaliando o impacto de uma possível intervenção urbana, Souza (2004) reconhece que se faz necessário esgotar as possibilidades de manter a população em sua localização original, antes de tomar a decisão técnica de remanejá-la.

Percebe-se, assim, a forma simplista de planejamento, comumente utilizada por técnicos vinculados ao poder público. Para Senge (2001), esta situação é recorrente porque as pessoas se tornam o cargo que ocupam e não vêem como suas ações afetam as outras posições. O autor afirma que, na maioria dos casos, elas não aprendem com a própria experiência, porque as conseqüências mais importantes das suas ações ocorrem em outras partes do sistema e acabam voltando para criar os próprios problemas cuja culpa colocaram em outros.

Nesta pesquisa, tratou-se de coletar informações sobre as possibilidades de atuação do poder público na área pesquisada, através da consulta a profissionais que possuem reconhecido potencial técnico para participar de intervenções urbanas, e que conhecem ou já trabalharam na área em questão. Buscaram-se idéias e concepções técnicas de infra-estrutura e habitação pertinentes para as especificidades do local e para utilizar o potencial de uma ocupação espontânea de espaços alagados.



Fotografia 27: Palafita e ponte de madeira.

Comentário: Exemplo de habitação do tipo palafita com acesso por estiva, em horário de maré baixa.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Indagados sobre as condições de moradia na área em estudo, os técnicos¹⁹ avaliaram como insatisfatórias, tanto as condições de salubridade das habitações, quanto a precariedade de infra-estrutura da área. O arquiteto F as avalia como insalubres, sem condições de habitabilidade e de uma moradia digna. Para ele, o espaço físico das habitações também não é adequado para as famílias. Em sua opinião:

¹⁹ Visando preservar o anonimato dos entrevistados, identifica-se os técnicos entrevistados através de letras e de suas profissões, discriminadas no quadro de entrevistados da página 15.

São tipos de edificação inadequadas para moradia em relação à saúde e em relação ao bem-estar, à acomodação física. Elas podem ter uma boa solução do ponto de vista espacial em relação à questão do solo ou do ambiente, como palafita, mas não dá boas condições, porque não tem um destino adequado dos dejetos., do lixo, uma boa qualidade de captação de água para consumo. Neste sentido não apresenta condições adequadas para moradia urbana (Entrevista concedida pelo arquiteto F, janeiro, 2008).

Segundo ele, existem soluções técnicas para os problemas de moradia, sem preservar as unidades habitacionais atuais, devido à sua precariedade funcional e estrutural, e porque durante a realização do serviço, as estruturas destas habitações seriam sobrecarregadas. Porém, dever-se-ia manter um padrão de habitação do tipo palafita, com um sistema que forneça condições de habitabilidade digna.



Fotografia 28: Vista lateral de uma estiva, em horário de maré baixa.

Comentário: Palafita e estivas representam uma solução habitacional, mesmo em um ambiente natural degradado e em área de solo argiloso.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

O educador A também considera a situação das habitações precária, como mostra a Fotografia 28. Ele ressalta que os processos de urbanização do entorno e de adensamento populacional da área, não ocorrem simultaneamente ao processo de melhoramento das habitações. Assim, a melhoria das habitações fica diretamente associada à melhoria das condições financeiras da família, ao aumento da renda

familiar devido ao número de pessoas empregadas, pois quanto mais habitantes da casa tiverem salário, maior a condição de investir na melhoria da própria habitação.

Para ele, o processo de adensamento se intensifica, mas a estrutura de serviços públicos não evolui, o que contribui para piorar as condições de moradia da população:

Há casos em que a casa, em si, talvez tenha alguma melhora, mas os serviços como saneamento, coleta de lixo, como não acontecem de uma forma mais efetiva, as condições de habitação acabam piorando. A insalubridade da água acaba sendo o pior (Entrevista concedida pelo educador A, janeiro, 2008).

O mesmo problema é detectado pelo arquiteto F:

As pessoas estão muito próximas umas das outras para poder se interligar no “gato” que puxam da energia elétrica; o sistema de abastecimento de água, o esgoto é lançado no próprio igarapé. Uma das especificidades da Amazônia é sempre estar em contato com rios e igarapés, que com o crescimento urbano, ao longo do tempo vão sendo aterrados, vão sendo usados como destino de dejetos e esgoto, o que degrada o ambiente, vão sendo retificados conforme a engenharia queira e concretados (Entrevista concedida pelo arquiteto F, janeiro, 2008).

Já o engenheiro sanitaria D, corrobora com a idéia de que a área em estudo é imprópria para habitação. Com ênfase nas questões relativas ao abastecimento de água, ele conclui:

Está ali, às margens de um rio, que tem influência da maré, influência sazonal, influencia da chuva, e você não tem sistema de esgoto sanitário. Seria importante fazer um estudo da qualidade de água que esta sendo consumida, já que se tem uma rede que está sujeita à contaminação (Entrevista concedida pelo engenheiro sanitaria D, janeiro, 2008).

Em determinado momento, lembram alguns dos técnicos, houve uma explosão demográfica na área e o número de famílias que foi para a beira destes igarapés foi bem maior do que se previa; além disto, a área continua sem nenhuma infra-estrutura de saneamento básico e a conseqüência disto tem sido a degradação dos igarapés e do rio e a piora das condições de vida dos moradores da área.

Porém, eles sugerem formas de intervenção diferentes da forma convencionalmente aplicada pelos gestores públicos, que, em geral, consiste numa descaracterização estética e espacial da área atingida. Do ponto de vista dos

técnicos entrevistados, o espaço construído pelos atuais moradores da área tem uma representação cultural que os une aos seus locais de origem, devendo este ser preservado através da construção de casas similares às existentes, suspensas, construídas com madeira, mas com a diferença de ser mais ampla e ter acesso à infra-estrutura urbana – serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, eletricidade, coleta de lixo:

Não é uma solução de vida ideal para ninguém, mas a gente compreende o processo. Há necessidade de intervenções para se tentar melhorar isto, mas claramente não é transformando rios em canais de concreto, como geralmente as intervenções governamentais acontecem em Belém (Entrevista concedida pelo administrador B, janeiro, 2008).



Fotografia 29: Área livre entre residências da Rua Aleluia, Paracuri 3.

Comentário: Vegetação rasteira recebe dejetos atirados por moradores, provocando sensação de insalubridade da área.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

O urbanista C considera as condições de moradia precárias por vários aspectos: a primeira determinante desta precariedade é o fato desta área estar em terreno inadequado para fins de moradia, principalmente do ponto de vista geológico. São áreas alagáveis, e algumas até alagadas o tempo todo, onde lixo e serragem servem de aterro das ruas, para que se possa ter acesso às palafitas (como se observa na Fotografia 29). O técnico afirma ainda, que, por ser inadequada à moradia, acabou sendo uma área desprezada. E continua:

Por ser desprezada, não interessante ao mercado imobiliário, acabou sendo o resto da cidade, do espaço urbano, que é acessível a estes que não tem outras possibilidades de moradia. Saíram da Terra Firme ou de outros bairros violentos e foram morar aí. Saíram de casas alugadas e foram morar aí. Acabou sendo uma alternativa com baixo custo de moradia.

Deve-se melhorar a qualidade da habitação, mas não naqueles moldes de conjuntinhos de caixinhas de fósforo. Uma coisa mais regional e que despertasse menos interesses de outras classes. O mercado imobiliário sempre acha um jeito de se apropriar dos elementos e transformar em valor (Entrevista concedida pelo urbanista C, janeiro, 2008).

Seguindo este mesmo raciocínio, o administrador B argumenta que não se deve interferir no tipo de construção das casas existentes na área. Ele considera que a tipologia das moradias deve respeitar a realidade local; no caso de uma área representativa da Amazônia, devem continuar predominando as habitações de madeira, e a solução para o desenvolvimento local não é aterrar áreas alagáveis, como no caso da área mostrada na Fotografia 30. Neste sentido, as soluções de habitação e moradia para a cidade têm que ser pensadas localmente:

Nós estamos numa cidade com áreas alagáveis devido à baixa cota. Tanto na questão da tipologia da habitação quanto na questão das condições ambientais para uma boa qualidade de vida, a gente tem que inicialmente respeitar a característica local. Não dá para a gente importar modelos (Entrevista concedida pelo administrador B, janeiro, 2008).



Fotografia 30: Ambiente do Paracuri 3

Comentário: Moradores caminham por estivas, na ocupação Paracuri 3. Onde não há construções, a vegetação permanece preservada.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

E não é possível falar do desenvolvimento local, sem referência a conceitos como pobreza e exclusão, participação e solidariedade, produção e competitividade. As idéias de que o desenvolvimento significa algo mais próximo ao alívio da pobreza do que ao mero alcance do crescimento econômico agregado, foram amplamente aceitas nos círculos acadêmicos e dentro da comunidade internacional de profissionais do desenvolvimento (DOSI, 1991).

É neste sentido que Fischer (2002) avalia que o avanço da ciência e da tecnologia tem se revelado impotente para minimizar a pobreza, o desemprego e as desigualdades sociais, e que o terceiro mundo está presumivelmente destinado a repetir a experiência do capitalismo individual ou de Estado, no qual o crescimento é obtido com um custo social e humano enorme.

Segundo a argumentação de Telles (2001):

A pobreza brasileira, persistente no decorrer das décadas, é o retrato de uma sociedade que confundiu e ainda confunde modernização com modernidade, uma sociedade na qual as noções de igualdade, liberdade e justiça – valores definidores dos tempos modernos – não têm função crítica. A “pobreza é horrível”, mas não pode ser nomeada enquanto tal – é a aversão ao real de que fala Buarque de Holanda – pois isso obrigaria à escolha, ao julgamento e ao questionamento da forte estrutura de privilégios que caracteriza a sociedade brasileira (TELLES, 2001, p.20).

Segundo Garces e Silveira (2002), o desenvolvimento sustentável - desenvolvimento com equidade e sustentabilidade ambiental, propiciando distribuição de renda, garantindo internalização regional dos efeitos do desenvolvimento e usos sustentáveis da base natural - introduziu a necessidade de combinar planejamento setorial com planejamento territorial e ações públicas e privadas para objetivos de administração pública.

Este ideário, que vem orientar políticas públicas, tem como obstáculo um ambiente institucional conservador, que atribui a agentes e setores pré-estabelecidos, uma primazia quase natural. São atores privados que, para Costa (2004), com o suporte de instituições do Estado, têm historicamente aportado a região com matrizes tecnológicas inadequadas. Já na opinião de Bunker (1983), o desenvolvimento econômico sustentado é impossível de ser atingido, devido a

interesses econômicos e políticos de curto prazo que podem romper os padrões dos assentamentos e os sistemas ecológicos dos quais eles dependem completamente.

Na opinião de Corrêa (2004), o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia. A sociedade moderna e a homogeneização dos produtos do desenvolvimento não permitem descobrir uma diferenciação a partir da qual se possa planejar um desenvolvimento com características locais. Acselrad (2002) lembra que a sustentabilidade deriva dos propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento.

Assim, surge a idéia de um tipo de desenvolvimento endógeno, assentado, segundo Lima (2001), em raízes locais, produtor de equidade social e sustentabilidade ambiental, exigente de produção e difusão de tecnologias apropriadas, formador de condições favoráveis aos esforços de cooperação intra-empresas e produtor de alianças estratégicas e resultados coletivos. Costa (2004) sugere um tipo de desenvolvimento menos agressivo em relação à natureza, mais culturalmente enraizado, mais penetrante nas estruturas produtivas tradicionais de base agrária e com considerável potencial distribuidor de renda.

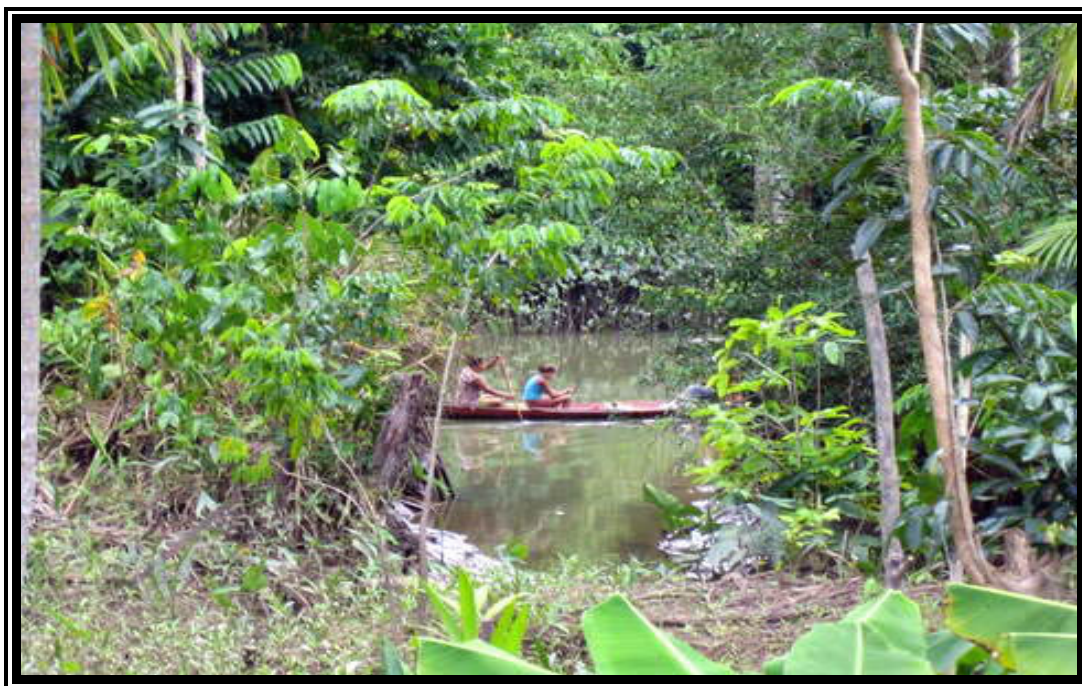


Fotografia 31: Estabelecimentos de comércio local.

Comentário: À beira da rodovia Artur Bernardes, proliferam lojas, mercados e estâncias.

Foto: Ligia Simonian, 26/11/2005.

Seguindo esta tendência, o arquiteto F lembra que houve uma grande campanha do Ministério das Cidades para elaboração dos planos diretores municipais dos municípios acima de 20 mil habitantes, de uma forma participativa, com horizonte de 10 anos e incentivos para que este plano diretor tivesse influência no Plano Pluri-Anual e nas decisões do poder legislativo.



Fotografia 32: Atividade pesqueira.

Comentário: Pescadores aproveitam a maré cheia para realizar seu trabalho diário.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Ele considera que o plano diretor como legislação de desenvolvimento do município é muito importante; é um ponto de partida que orienta para que o orçamento do município seja aplicado de uma forma mais coerente. Além disso, todo o município, e não mais apenas a parte urbana, deve ser considerado na elaboração do plano diretor municipal, reconhecendo todas as diferenças que existem dentro do próprio município, entendendo como elas se relacionam, e propondo, na forma de zoneamento urbano, uma proposta de desenvolvimento.

Segundo informação do geólogo E, em 1997, a COHAB elaborou um projeto habitacional para esta área em expansão, que não foi implementado porque ficou

sub-dimensionado. O engenheiro sanitaria D explica que foi elaborado um projeto para extensão no qual o SAAEB – Serviço Autônomo da Água e Esgoto de Belém - entraria com a orientação técnica, e que a própria comunidade já tinha se organizado para obter recursos para adquirir a tubulação. Para ele, deve-se prover a área com saneamento, abastecimento com água de qualidade e com destino adequado ao esgoto que é gerado:

Primeiro pavimentar de uma forma adequada, fazer uma base, o que já é complicado, porque você já tem todas as residências estão instaladas lá. Até pra abastecer com água seria um desafio, ali. A partir daí teria condição de assentar a rede de abastecimento de água de uma forma adequada (Entrevista concedida pelo engenheiro sanitaria D, janeiro, 2008).

Porém, existe um problema histórico, em que as companhias sempre reclamam por não ter receita para fazer uma gestão adequada do sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário. O engenheiro sanitaria D explica que o SAAEB e a COSANPA têm as tarifas sociais para tentar sanar isto. Mesmo assim, sempre vão existir ligações clandestinas, o que do ponto de vista do gestor, representa um déficit devido a um consumo que não é faturado pela empresa:

Em um bairro onde não há coleta e tratamento de esgoto, é de praxe utilizar fossas, que é onde cada morador constrói à sua maneira a sua fossa negra ou sem boa impermeabilização, que acaba infiltrando e contaminando o solo e por consequência o lençol freático, de onde é tirada a água pro consumo (Entrevista concedida pelo engenheiro sanitaria D, janeiro, 2008).

Do ponto de vista técnico sanitário, a ligação clandestina é um ponto de potencial contaminação da rede. O cidadão acha que está ganhando, mas está perdendo (Entrevista concedida pelo engenheiro sanitaria D, janeiro, 2008).

Mesmo quando as ligações são regulares, ocorre um alto índice de inadimplência, o que segundo alegação do geólogo E, deixa a operadora da concessão de abastecimento de água com incapacidade de investimento. Do seu ponto de vista:

A população pensa que água e esgoto é de graça. Tem que entender que os direitos são importantes, mas tem que ter deveres. Se todo mundo deixa de pagar, a operadora fica sem capacidade de investimento (Entrevista concedida pelo geólogo E, janeiro, 2008).

O fato é que existe tecnologia para resolver este problema e, na opinião do engenheiro sanitaria D, o poder público tem obrigação de garantir o fornecimento de água de qualidade a todos, e que a solução é investir sem pensar em retorno; mesmo se a arrecadação for pouca. Existem áreas em que o índice de inadimplência ou de ligações clandestinas é elevado, enquanto determinados bairros e sistemas se tem uma boa arrecadação:

Se fizer um levantamento nos órgãos, a gente vai ver que dá pra balancear. Se tem muita inadimplência numa área, mas há adimplência em outra, já dá pra cobrir o investimento (Entrevista concedida pelo engenheiro sanitaria D, janeiro, 2008).

O administrador B lembra que, usualmente, as intervenções urbanas recorrem ao vício de transformar rios em canais de concreto, e como resultante tem-se um esgoto a céu aberto. Ele argumenta que, ao planejar o desenvolvimento de uma cidade que tem seis grandes bacias hidrográficas, não se deve deixar de considerar a lógica do rio como um fator de desenvolvimento.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, o urbanista C argumenta que, para os moradores, aquela condição geológica é apenas um incômodo, e aterrar os igarapés seria uma forma para eles adentrarem no meio urbano, mas para quem tem uma leitura do senso crítico acadêmico, a área em questão tem uma significação ambiental. Por isto, compreende que o poder público poderia propor outras possibilidades de se apropriar do espaço, por exemplo tornar os cursos de água navegáveis para pequenos fluxos e pequenas necessidades dos moradores, ou promover uma intervenção na orla que possa trazer alguma qualificação turística, urbanística, áreas de lazer e de contemplação para a população.

Na concepção dos técnicos, o desenvolvimento local não depende apenas da melhoria da qualidade das moradias e de seu entorno; o poder público municipal deve se responsabilizar por elaborar programas de geração de renda, para garantir que os moradores consigam permanecer na área, mesmo em caso de ocorrência de aumento de impostos após uma intervenção. Para eles, a valorização da produção artesanal já existente na área, é outra forma importante de planejamento que associa geração de renda local e possibilidade de permanência dos moradores na área. É isto o que se percebe através da análise dos depoimentos seguintes.

Do ponto de vista do arquiteto F, a elaboração de um programa de planejamento e gestão urbana poderia oferecer condições de satisfazer às necessidades da população. Deve-se fazer um estudo da área em todos os aspectos, considerando-se que há áreas de mangue, local de coleta de argila para cerâmica marajoara, o que é uma tradição de Icoaraci, e particularmente, do Paracuri; o que serviria para garantir a sustentabilidade da tradição da cultura local, aspecto que influencia diretamente esta área e indiretamente no município como um todo. Porém:

Os técnicos não estão preparados para isto, pois carregam determinados tipos de preconceito. Existem também interesses dentro da própria comunidade que dificultam, mas só desta forma pode-se fazer um projeto que ganhe a confiança dos moradores, de forma que de condições de vencer as dificuldades que eles enfrentam no dia-a-dia (Entrevista concedida pelo arquiteto F, janeiro, 2008).

Embora o Paracuri 3 seja uma área de periferia urbana, foi constatada ali uma ciência popular, um conhecimento tradicional enraizado na arte da pesca, na coleta de ervas, na confecção do matapi²⁰, camaroeira²¹ e em outras atividades. Trata-se de “... uma fonte de sabedoria e tradição que, em sua aparente simplicidade, nos oferece as pistas e mesmo as respostas para a crise social atual” (BORDA, 1981). Uma prova de que nem todas as coisas são constantes ou absolutas e que a interação entre o observador (sujeito) e o processo (objeto) não pode ser desprezada. Outros, ainda coletam ervas na mata próxima, como é o caso de Francisco Farias Lobato de Moraes, de 65 anos, que além da pesca do camarão, faz coleta de verônica (espécie de cipó, usado como erva medicinal para cura de doenças como anemia, ferimentos, etc.), recebendo o equivalente a 1,56% de um salário mínimo por cada maço coletado.

Incluído neste contexto, aparece o complexo de artesanato do Paracuri, que pode ser considerado um sistema produtivo local, já que possui potencial inovador e exclusivo de quem participa do processo de produção. Assim, o planejamento do desenvolvimento regional deveria considerá-lo como sendo a atividade econômica que vai encabeçar a decolagem do desenvolvimento local na área de Icoaraci. Trata-se de uma das potencialidades existentes na várzea, que pode vir a ajudar, inclusive, na solução da questão da moradia. Além disso, o Paracuri 3 é próximo a

²⁰ Instrumento de madeira utilizado para captura de camarão

uma antiga área onde estão instaladas muitas empresas, sendo possível desenvolver ações de qualificação profissional para os moradores tentarem aumentar sua própria renda. Mesmo assim, por enquanto, a absorção de mão-de-obra da própria área é muito pequena.



Fotografia 33: Atividade industrial de construção de barco.

Comentário: Pescador da área constrói o seu próprio barco de pesca, em frente à sua residência.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Além da elaboração de planos de desenvolvimento ou de geração de renda local, outras possibilidades de políticas públicas a serem implementadas para garantir a permanência dos moradores na área após uma intervenção, são as instrumentos urbanísticos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade. Trata-se de um conjunto de instrumentos urbanísticos que pode ser utilizado pelos poderes públicos municipais para garantir para a população de baixa renda, o direito à cidade.

Neste contexto, o ideário da reforma urbana ganha corpo e tem, na figura das Zonas Especiais de Interesse Social, seu mais forte instrumento de regulação urbana. Neste sentido, baseando-se no ideário do Movimento Nacional por Reforma

²¹ Espécie de armação de tala em forma de cilindro usado para capturar camarão

Urbana e no Estatuto da Cidade, o educador A sugere aprofundar a implementação das ZEIS e de normas urbanísticas que impeçam a especulação imobiliária na área, após uma intervenção.



Fotografia 34: Lazer infantil no igarapé Paracuri.

Comentário: Crianças pulam no igarapé localizado nos fundos das casas.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Porém, estas normas devem ser acompanhadas de outros programas sociais que ajudem a aumentar a renda dos moradores, para não provocar, com a vinda da urbanização, a expulsão natural dos moradores devido à necessidade de se pagar taxas de manutenção dos serviços públicos. Afinal, no momento em que a área sofre intervenção, os moradores passam a ter de pagar taxas e impostos antes inexistentes, e para cumprirem estes novos compromissos, precisam ter a renda incrementada:

Quando vem isto, muitas famílias acabam fugindo para outras ocupações, porque elas não tem condições de manter o padrão, a manutenção dos impostos. Ali dá condições para ela sobreviver, porque ela vive com “gato”. Porque a água, ela fura o chão e pega água de lá: é o poço. Mas quando vêm as taxas, ela não tem condições de manter (Entrevista concedida pelo educador A, janeiro, 2008).



Fotografia 35: Estivas conectando palafitas e ruas de terra.

Comentário: Pontes feitas com pedaços de madeira em más condições, são parte integrante do dia-a-dia da população da área.

Foto: Omar Abrahão, 26/11/2005.

Segundo Cardoso (2007), o principal instrumento de regularização urbanística tem sido a Zona de Especial Interesse Social (ZEIS) que têm se mostrado um instrumento eficiente para a garantia da posse, evitando as remoções. Na opinião do administrador B:

Se tivesse aplicação efetiva das ZEIS, era meio caminho andado. A outra coisa é o IPTU progressivo. Porque o que acontece em Belém é que a população carente vivendo na lama e na primeira légua patrimonial há mais de 1500 terrenos desocupados, servindo como moeda de especulação imobiliária. Precisava de uma ação efetiva do governo utilizando o estoque de terra para poder fazer projetos de habitação popular e tirar o povo da lama.

E tem outra característica muito grande que são as terras da União. Uma cidade que tem um número muito grande de patrimônio da União e isto tem que ser discutido como Governo Federal, na perspectiva de que estas terras sejam disponibilizadas para programas de habitação de interesse social (Entrevista concedida pelo administrador B, janeiro, 2008).

Verifica-se então, que, na avaliação da maior parte dos técnicos entrevistados, as possibilidades de desenvolvimento urbano em assentamentos

espontâneos não se resumem ao crescimento da área e aos recursos financeiros disponíveis para a realização de uma intervenção, mas incluem também a elaboração de planos de desenvolvimento, a consulta à população moradora da área atingida e o reconhecimento da cultura regional e seus desdobramentos na produção do espaço e do ambiente vivido, pelos moradores.

Analisando os dados coletados em entrevistas com tais técnicos, que conhecem ou que já trabalharam em projetos na área da ocupação Paracuri 3, percebe-se também, que, em sua maioria, eles reconhecem nos técnicos do poder público, o discurso e a prática convencionais, geralmente associados a profissionais não engajados em promover mudanças qualitativas na qualidade de vida da população de baixa renda.

4.3 Entre o vivido e o concebido: um balanço necessário

Após a realização de entrevistas semi-estruturadas com as partes interessadas em processos de intervenção físico-urbanística em área de assentamento espontâneo, guiadas por uma relação de pontos de interesse do entrevistador, observou-se, entre outros pontos que, tanto as concepções técnicas dos gestores públicos, quanto as dos moradores, têm vários limites.

Primeiramente, foi possível constatar que a ocupação Paracuri 3 é um assentamento espontâneo que possui uma parcela significativa de habitantes migrantes de municípios do interior do estado do Pará. Preservam aspecto de ribeirinhos e produzem um espaço que se assemelha às condições de vida ribeirinha, tanto pelo aspecto estético, como pela tranquilidade revelada pelos moradores da área. Por outro lado, parte dos técnicos indagados sobre a área ocupada, observou que, independentemente da importância de se considerar o espaço construído, esta é uma área de preservação de mananciais, portanto imprópria para moradia.

Analisando-se os conceitos de moradia e de espaço urbanizado, nota-se que, com relação às possibilidades de melhoria da moradia, nenhum dos moradores entrevistados reivindicou alguma alteração na unidade habitacional, seja quanto ao material utilizado na construção ou quanto às dimensões internas. Porém, vinculam à questão da moradia, uma demanda generalizada por acesso à infra-estrutura urbana. Acredita-se que isto ocorre em virtude de imaginarem que, quando houver nas casas o acesso a uma rede de abastecimento de água, a própria relação dos moradores com suas habitações podem ser alteradas. Emprestando-se, para efeito desta análise, os parâmetros estabelecidos por Cardoso (2007) para qualificar os tipos de intervenção em assentamentos espontâneos, segundo sua abrangência, pode-se dizer que os moradores se sentiriam atendidos caso ocorressem intervenções pontuais, restritas a tratar de um pedaço do assentamento.

A maior preocupação dos moradores da área com a moradia, encontra-se no âmbito da posse da residência em que habitam. Ter a posse da casa - o que, no entendimento da população, representa a casa própria - atende aos interesses e promove segurança patrimonial ao ocupante. Enquanto isso, alugar uma casa que

seja de posse de outra pessoa, representa a insegurança de, a qualquer momento, ficar desalojado por decisão ou por necessidade daquele que é reconhecido pelos próprios moradores como o dono da posse.

Por outro lado, do ponto de vista dos técnicos, as habitações não atendem a requisitos mínimos de conforto e salubridade, pois têm dimensões ínfimas e não são contempladas pelos sistemas básicos de abastecimento, configurando-se como moradias impróprias. A solução para a melhoria da moradias, em sua concepção, seria a extinção das atuais, e construção de novas unidades habitacionais providas de infra-estrutura, porém, com tipologia adequada à realidade local, preservando-se os traçados das ruas e os materiais de construção utilizados. Esta concepção se enquadra no conceito de Cardoso (2007) sobre uma intervenção com abrangência integral, pois visa a tratar a totalidade do assentamento:

Este tipo de intervenção acarreta problemas com relação à necessidade de recursos em quantidade suficiente, o que não é a realidade da maioria das administrações locais, já que os programas de financiamento em nível são bastante restritos e os recursos municipais também são insuficientes (CARDOSO, 2007, p.13).

Verificou-se, também, que, para os moradores da ocupação Paracuri 3, o Estado, enquanto um dos principais atores sociais e responsável por promover elementos que garantam condições de sobrevivência e direitos, é percebido como um ente cujas ações na área têm sido esporádicas. Mesmo assim, esperam do Estado a iniciativa para promover ações de desenvolvimento urbano, que, como percebido pelos moradores da área, remete ao constante aumento do número de unidades habitacionais, desde o início da ocupação, e às possibilidades futuras de melhoria de acesso às residências a partir do aterro de ruas e de geração de emprego através da instalação de mais indústrias nas redondezas do assentamento. Observa-se, apenas no discurso feminino, a identificação do tema desenvolvimento com a possibilidade de tirar as crianças das ruas através da construção de escolas. No caso de esta demanda vir a ser contemplada, provavelmente as mulheres seriam as maiores beneficiárias, pois atualmente são elas as responsáveis por preencher o tempo livre das crianças na área.

A ausência de uma formação cidadã reduz as possibilidades de os cidadãos conhecerem a diversidade de concepções de desenvolvimento e as possibilidades de inclusão social de que possam se beneficiar, sem precisar necessariamente

haver uma adequação a padrões urbanos. Um exemplo disso é a existência, no discurso dos moradores, de uma contradição entre a possibilidade de preservação da cultura ribeirinha, representada pelo contato direto dos moradores com o rio, com a sazonalidade dos alagamentos e a dependência de estivas, versus a concepção urbana da demanda popular por aterro das ruas, como forma de incluir os moradores da área no contexto urbano do Município.

Novamente emprestando os parâmetros estabelecidos por Cardoso (2007) para qualificar os modelos de intervenção em assentamentos espontâneos, percebe-se que, a concepção dos moradores da área está em sintonia com o modelo de urbanização, ou seja, uma intervenção que não modifica a estrutura do assentamento, apenas colocando a infra-estrutura e pavimentação. Segundo os padrões de qualidade físico-urbanística, pode-se dizer que os moradores reivindicam uma intervenção com padrão mínimo, com a expansão das redes de água, esgoto, energia e drenagem. No discurso das mulheres, foi identificada uma reivindicação de caráter intermediário, no que diz respeito à necessidade de equipamentos urbanos, no caso, uma escola.

Por outro lado, os técnicos rejeitaram a possibilidade de planejar uma intervenção convencional, baseada na retificação e no aterro de ruas. Segundo suas experiências, a solução mais satisfatória encontra-se na criação de programas de geração de renda, visando a prover os moradores da área de recursos para arcarem com as despesas adquiridos a partir da ampliação da rede de infra-estrutura urbana. e uma das possibilidades para esta geração de renda local, seria o incentivo a atividades já existentes na área, como, por exemplo, a produção de artesanato cerâmico. Esta concepção está em sintonia com o que Cardoso (2007) considera um modelo de reurbanização, uma intervenção que refaz completamente a estrutura do assentamento, refazendo o parcelamento e reassentando as famílias na mesma área. Segundo os padrões de qualidade físico-urbanística, pode-se dizer que os técnicos propõem uma intervenção com padrão intermediário, com readequação do sistema viário e intervenções no entorno de forma a tratar problemas ambientais e de estrutura urbana.

Indagados sobre as possibilidades de permanência na área após uma intervenção, os moradores entrevistados vinculam sua permanência na área ao fato de lá possuírem um ambiente familiar e por não haver histórico de violência urbana

na área. Em suas colocações, não visualizaram possíveis conflitos causados pela valorização imobiliária da área, dando a impressão de não imaginarem a influência de fatores não-urbanísticos que seriam advindos de uma possível intervenção. Sem o prévio conhecimento do ideário do Movimento Nacional de Reforma Urbana – MNRU - provavelmente não possuem estratégia própria para o enfrentamento de questões como a regularização fundiária, limitando-se, com relação às possibilidades de desenvolvimento urbano, ao interesse pela intervenção físico-urbanística na área.

Já os técnicos entrevistados, apostam na idéia de que, após uma intervenção a área adquirirá valor no mercado imobiliário, e se não houver ação do poder público, protegendo a área dos efeitos da especulação, há forte tendência de êxodo dos moradores para outras áreas da região Metropolitana de Belém.

Evidencia-se, no discurso de parte dos técnicos entrevistados, a necessidade de intervenção em áreas de assentamento “desordenado” e de habitações degradadas. Para eles, a urbanização é sempre necessária para um crescimento ordenado da cidade. Preserva-se, ainda, um discurso comum formado entre técnicos de pensamento convencional, que sustenta algumas ideologias já ultrapassadas, que contesta a implementação de infra-estrutura urbana em áreas de habitação degradada, devido aos habitantes não terem condições de financiar tal infra-estrutura e evidenciam a dificuldade dos técnicos convencionais em aceitarem propostas populares de desenvolvimento urbano, culpando a própria população pelos males urbanos.

Outra parte dos técnicos entrevistados não corrobora com o procedimento convencional de planejamento de políticas públicas, demonstrando concordância com consultas à população e sintonia com os ideais da reforma urbana. Atualmente, com a implementação de novas experiências de gestão e participação, surge nos responsáveis pela gestão e pelo planejamento do espaço urbano, um discurso e uma prática que destoam da concepção técnica convencional, aproximando-se das concepções dos moradores da área sobre as possibilidades de intervenção pública visando ao desenvolvimento local e a melhorias das habitações, sob o risco de promover intervenções que promovam o êxodo dos moradores para outras áreas da cidade com características similares a esta.

Ao tomar como referência o ideário proposto pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana, nota-se que os técnicos entrevistados possuem uma visão mais próxima a esse ideário, do que os moradores da área pesquisada, pois avaliam que a permanência dos moradores na área após um processo de intervenção urbana, pode ser incentivada por programas de geração de renda, objetivando o desenvolvimento sócio-econômico dos moradores, e pela aplicação de instrumentos regulatórios previstos no Estatuto da Cidade, visando a inibir os efeitos da especulação imobiliária. Mesmo assim, a amplitude da visão dos técnicos que conhecem o ideário da Reforma Urbana está limitada ao desenvolvimento físico-territorial.

Nesse sentido, as soluções apresentadas pelos técnicos para a melhoria das condições habitacionais visando à permanência da população na área, e para a promoção de desenvolvimento urbano, estão em descompasso com os interesses dos próprios moradores. Desta forma, percebe-se que existe uma tensão entre tais concepções, e uma estratégia de desenvolvimento urbano revelada na tensão social. Isto configura-se como um problema para a formulação de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições de moradia e de subdesenvolvimento encontradas na ocupação Paracuri 3, não diferem de muitas outras áreas da cidade de Belém. Esta é uma realidade que resulta de decisões que estão sob a responsabilidade do Estado, através do poder público em seus diferentes níveis, e das elites políticas da região. Reflete, também, as conseqüências do modelo político e econômico hegemônico, que têm contribuído mundialmente para sedimentar as diferenças entre os que têm poder de comando porque estão no centro das decisões econômicas, e os que se encontram na periferia do sistema.

Se conjectura com otimismo, que o crescimento econômico é a solução de todas as necessidades materiais e espirituais, porém, o crescimento econômico e o desenvolvimento social não podem ser confundidos. Esta idéia desmorona como conseqüência do mal-estar urbano, da destruição da natureza e de seus recursos, devido a bloqueios de todo tipo que paralisam o desenvolvimento social.

Porém, é certo que o modelo de desenvolvimento em curso no país e mundialmente, embora hegemônico, não conseguiu combinar crescimento econômico com justiça social e qualidade de vida, especialmente nos países do chamado capitalismo periférico. Então, para resolver os conflitos existentes entre interesses particulares e interesses gerais, surge a figura do Estado, que supostamente estaria acima das classes, e representaria o interesse coletivo.

Para compreender o planejamento estatal e a ação dos planejadores urbanos, torna-se imprescindível uma análise teórica do sistema de representações desses agentes, de como os planejadores representam para si e para a comunidade a realidade sobre a qual desejam intervir via planejamento (ABELÉM, 1989). Embora cada classe tenha uma representação de sua prática social, essa representação é sufocada pela classe dominante.

No Brasil, afirma Telles (2001), o agravante é que a pobreza, na dinâmica política, nunca foi enfrentada no campo da cidadania. A autora menciona os não-cidadãos, ou não-iguais, que são os que escapam às regras do contrato no mundo do trabalho.

Neste contexto político e econômico, a classe trabalhadora não tem como se inserir no processo de reprodução capitalista, a não ser como exército industrial de reserva, e as formas de demonstrar sua criatividade ao usar o espaço, aparecem no espaço socialmente construído pela população ribeirinha, no método construtivo de suas casas e na forma cotidiana de viver, buscando encontrar a dimensão ribeirinha da cidade.

Sem condição de usufruir do direito à cidade, os cidadãos terminam por aceitar a segregação urbana imposta pela estrutura do mercado e fortalecida pelo Estado; porém, além disso, no caso da ocupação Paracuri 3, existe também uma relação de topofilia e de aproximação com o espaço vivido, pelos moradores de origem ribeirinha. Percebe-se, desta forma, que a questão da habitação não se resume apenas à própria habitação e que as razões para morar à beira do igarapé não são apenas econômicas. Em resumo, existem restrições de ordem macro-estrutural que, segundo Cardoso (2007) tornam a ocupação a solução possível para a carência de moradias. No entanto, as políticas voltadas especificamente para o enfrentamento desse problema mudaram, criando-se hoje um certo consenso acerca da necessidade de urbanização e melhoramentos, em detrimento das ações de remoção.

Há muitos limites para a solução dos graves problemas identificados na ocupação Paracuri 3, que estão em grande medida condicionados à atuação do poder público e à organização da comunidade local. Em uma sociedade onde aumenta constantemente o número de excluídos, o governo precisa pensar qual é o sentido do desenvolvimento que almeja. Nesse sentido, os planos diretores municipais devem responder onde vai morar a população de baixa renda dentro da cidade, encarando as questões de habitação, saneamento e transporte através de investimentos maciços, beneficiando a classe trabalhadora.

Para atingir este objetivo, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento, o Estado e seu papel de definir e implementar políticas públicas, lembrando que considerar o espaço vivido como pressuposto de planejamento e gestão urbanos, pode vir a ser um conceito importante para se propor avanços nas gestões públicas.

Compreende-se que a elaboração de um processo de planejamento participativo poderia definir alternativas condizentes com a realidade dos moradores,

compensando a fragilidade das políticas públicas convencionais de desenvolvimento urbano, e poderia configurar um processo de desenvolvimento deliberativo, em que a organização social das comunidades atingidas pela intervenção cumpra papel decisório no processo. É uma estratégia em que o morador é co-autor do plano, participando de todo o processo decisório sobre a transformação do local, com caráter participativo e de desenvolvimento da população local, por isto tende a incentivar a permanência dos moradores na área após uma intervenção urbana.

Outra alternativa aos problemas enfrentados nas intervenções, aparece através da adoção do modelo de intervenções graduais planejadas, que, segundo Cardoso (2007), permite a atuação em vários assentamentos ao mesmo tempo, o que, na maior parte dos casos, só se viabiliza financeiramente, alongando o tempo das ações. O grande desafio das intervenções graduais planejadas é sobreviver às mudanças administrativas entre diferentes governos.

Analisando-se as estratégias de desenvolvimento urbano que possam melhorar a habitabilidade na ocupação Paracuri 3, reforça-se a necessidade de realizar uma intervenção para reconstruir as casas existentes, preservando-se a disposição das habitações, assim como o material e o estilo construtivos, mas provendo-as com fornecimento de infra-estrutura urbana. Lembra-se que a participação popular nas deliberações sobre desenvolvimento altera significativamente as referências de um projeto de intervenção urbana, pois exige a incorporação de temas vividos cotidianamente pela comunidade, em detrimento da monocultura da visão ideal tecnicista.

Como incentivo à permanência dos moradores na área após tal intervenção, conclui-se que seria estratégico utilizar os instrumentos de regulação urbana em parceria com interesses da comunidade, como garantia para inibir a sobrevalorização do solo urbano após tal transformação, corroborando com o ideário da Reforma Urbana e contrapondo-se à pressão exercida pelo capital imobiliário especulativo através, por exemplo, da alteração das leis de zoneamento.

Transformando a área atingida em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS - solução que cria problemas para o mercado imobiliário especulativo, admite-se que o espaço se torna condição e meio para que as vivências sociais se reproduzam, e não mais para que as condições capitalistas se reproduzam. Associando-se esta, com mais um instrumento de regulação urbana, como a usucapião urbana, promove-

se a garantia de propriedade ao ocupante do terreno, proporcionando mais uma forte condição para sua permanência na área.

Considerando-se que as melhorias possíveis de serem realizadas na área da ocupação Paracuri 3, acabam por afetar, também, áreas adjacentes, sustenta-se a necessidade de se planejar a provisão de infra-estrutura básica, simultaneamente, para outras áreas de assentamento. Diante desta questão, sugere-se a elaboração de um plano de desenvolvimento urbano e ambiental para a bacia hidrográfica do Igarapé Paracuri, que, através de reestruturação habitacional, revitalização dos igarapés e redefinição do uso do solo, pode promover melhorias significativas, tanto na vida dos moradores, como nas atividades de integração comunitária, cultura e lazer, na produção e no comércio locais.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: porque e para quem?** Belém: UFPA, 1989.

ABRAHÃO, O. N. *Survey* realizado na ocupação Paracuri 3. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará**; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 21-36.

ACSELRAD, Henri. Território e poder: a política das escalas. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos de avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório de políticas urbanas/IPPUR/FASE, 1997.

ARAÚJO, Rosane de S. Brito. Conformismo ou indignação latente com a pobreza no Paracuri 3? In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará**; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 37-51.

BERGER, P. L. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. In: BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1990.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

BRASIL, W. *Survey* na área do Paracuri 3: relatório ou abordagem relatorial. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará**; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 52-63.

BUNKER, Stephen G.. **Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange and failure of the modern state**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Global Editora, 1985.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios**. In XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém: NAEA/UFPA, 2007

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte **O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Belém: UFPA, 2002.

CARDOSO, Ruth C. L.. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: DURHAM, Eunice R. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. **A construção de um sonho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

CASTELS, R. **A escolha do Estado social**. Sociologias, Porto Alegre, ano 2, n. 3, p. 18-35, jan.-jun. 2000.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, Francisco de Assis. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Suas possibilidades como conceito na constituição de um sistema de planejamento para uma Nova Sudam. Belém, 2004.

COSTA, Solange M. Gayoso da. **Razões ou ilusões de estabilidade**: representações e referências imaginárias sobre a habitação na "ocupação espontânea" Riacho Doce – Belém - Pará. Dissertação de mestrado do departamento de Sociologia CFCH/UFPA, Belém, 2002.

CRUZ, A. G. Pesquisa realizada na área de ocupação Paracuri 3. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará**; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 89-105.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Políticas urbanas e movimentos sociais urbanos**. Belém: NAEA/UFPA, 1990.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CYMBALISTA, Renato. Estatuto da Cidade In PAULICS, Veronika (Org). **125 dicas – Idéias para a ação municipal**. São Paulo: Instituto Pólis, 2001.

DOSI, G. **Una reconsideración de las condiciones y los modelos de desarrollo**. São Paulo: Pensamento Iberoamericano, 1991.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos de avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, Jose Paulo. **Gestão pública orientada para resultados no Brasil**. Revista do Serviço Público, ano 53, n. 4, Brasília, dez 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1989.

GRAZIA, Grazia de. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz; CARDOSO, Adauto L. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003.

HOSHINO, Yuko. Fotos sobre o bairro Paracuri 3/ Diversas, inclusive a da capa. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará**; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. 229 p., il.

HOSHINO, Y. Relatório de *survey* em Paracuri 3, distrito de Icoaraci, município de Belém. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará**; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 106-119.

LEFÈBVRE, Henri. **Espacio y politica**. Barcelona: Edicións 62, 1974.

LEFÈBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, José Júlio Ferreira. **Estratégias espaciais e forma urbana: a questão da equidade social em Belém**. Tese de doutorado: Universidade Oxford Brookes, 2001.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUCAS NETO, José. dos Santos. Paracuri 3: relatório de visita de campo. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará**; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 120-128.

MARICATO, Erminia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Roberto Araújo. Problemas sócioambientais da ocupação Paracuri 3 em Icoaraci. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará**; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 138-148.

MATUS, Carlos. **Adeus, Senhor Presidente** - Planejamento, antiplanejamento e governo. Recife: Editora Litteris, 1989.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão de capital In DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, R C. de. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, USP, v.39, n.1, p.13-37, São Paulo, 1996.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A reforma e o plano: algumas indicações gerais. In: GRAZIA, Grazia de (Org.). **Plano diretor**: instrumento de reforma urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. MetrÓpole e pesquisa: os desafios contemporâneos. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1989.

RODRIGUES, Octavio. Introdução geral. In Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981.

SAMARONE, A. Levantamentos ambientais, históricos, sociais e econômicos da ocupação Paracuri 3 (Icoaraci). In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará**; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 188-196.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

SANTOS, Milton. Difusão de inovações ou estratégia de vendas?. In: SANTOS, Milton.. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS JR., Orlando Alves dos. **Reforma urbana**: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE/UFRJ-IPPUR, 1995.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**. São Paulo: Ed. Best Seller, 2001.

SILVA, Fabio Carlos da. Raízes amazônicas, universidade e desenvolvimento regional. In: MELLO, Alex Fiúza de.(Org.). **O futuro da Amazônia**. Dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI.. Belém: EDUFPA, 2002. p 55-70.

SILVA, Lindomar de J. de S. Fotos sobre o bairro Paracuri 3/ Diversas. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci**, Belém do Pará; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. 229

SIMONIAN, Ligia Terezinha L. Fotos sobre o bairro Paracuri 3/ Diversas. In: SIMONIAN, Ligia Terezinha L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci**, Belém do Pará; dossiê sobre pesquisa exploratória. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. 229 p., il.

SIMONIAN, Ligia Terezinha L. **Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas**. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, série Ciências Humanas, Belém, v.1, n.2, p.5-19, mai-ago 2005.

SIMONIAN, Ligia Terezinha L (Org.). **Dossiê de pesquisa exploratória Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci**. NAEA / UFPA, Belém, jul 2006.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque **Desenvolvimento Local e Gestão Participativa: Concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce**. Belém-PA. Dissertação de mestrado do:NAEA/UFPA, Belém, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O subdesenvolvimento das teorias do desenvolvimento**. Revista Princípios, nº. 35, São Paulo, 1994 b.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial**. Revista Território, ano 1 nº 1, Rio de Janeiro, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social**. Revista Território, ano 2 nº 3, Rio de Janeiro, 1997

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial**. Revista Território, ano 3 nº 5, Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TELLES, V. da S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Dissertação de mestrado. Belém: NAEA / UFPA, 1997.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **A Cidade Dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da. **Belém: Forma metropolitana e cotidianidade na Amazônia brasileira**. Revista Humanitas. CFCH/UFPA. Volume 15. nº 2. p.143-158, Belém, 1999.

ULTRAMARI, Clóvis.; MOURA, Rosa. **O que é periferia urbana?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Reforma da orla de Icoaraci começa em novembro. O Liberal, Belém, 20 out. 2002. Caderno Atualidades. Disponível em:<<http://200.242.252.70/oliberal/aquivo/noticia/atualidade/n.20102002default8.asp>>. Acesso em: 27/11/2005.

<http://www.oliberal.com.br/plantão/imprimir.asp?id_noticia=54692>, acesso em 05/12/2005

<<http://www.icoaraci.com.br/historia.htm>>, acesso em 05/12/2005

ANEXOS

Questões apresentadas aos moradores da área

1. De onde você veio? Porque você veio para cá?
2. Como eram a sua casa e as condições de moradia antes de você morar no Paracuri 3?
3. Você esta satisfeito com a casa em que você mora?
4. O que você acha da infra-estrutura e das condições de vida no Paracuri 3? (direcionar para segregação)
5. O que precisa melhorar na ocupação para as pessoas viverem melhor?
6. O que é mais urgente a Prefeitura ou Governo do Estado fazer para melhorar as condições de moradia dar uma guaribada aqui? (concepção de desenvolvimento urbano)
7. Você acha que o Paracuri 3 tem se desenvolvido ao longo do tempo? Porque?
8. Se tiver alguma melhoria, os moradores vão permanecer na área? (garantia de que sejam beneficiados)
9. Você já ouviu falar do movimento por reforma urbana? Sabe o que ele defende?

Questões apresentadas aos técnicos urbanistas

1. Como você avalia as condições de moradia e de vida urbana no Paracuri 3?
2. Como deveria ser a casa, considerando a especificidade dos moradores, sua trajetória de vida e suas vivências cotidianas?
3. Num processo de intervenção urbana, que elementos devem ser considerados para garantir moradia de qualidade?
4. Num processo de intervenção urbana, o que deve ser considerado para a implantação de uma infra-estrutura adequada? Que equipamentos urbanos e comunitários devem ser priorizados em um processo de intervenção urbana?
5. O que seria uma intervenção urbana adequada, visando o desenvolvimento urbano em uma realidade como a do Paracuri 3?
6. Que instrumentos e elementos da Reforma Urbana devem ser considerados para garantir uma melhor qualidade de vida dos moradores do Paracuri 3 e a permanência dos mesmos no local após um processo de intervenção urbana?